

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE HUMANIDADES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

### RODOLFO RODRIGO SANTOS FEITOSA

PROCESSOS SOCIAIS DE SUBALTERNIZAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR À EMPRESA AGRÍCOLA NO PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO EM PETROLINA-PE

CAMPINA GRANDE PARAÍBA – BRASIL 2012

#### FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

**F311p** Feitosa, Rodolfo Rodrigo Santos.

Processos sociais de subalternização do pequeno agricultor à empresa

agrícola no perímetro irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE / Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa. - Campina Grande, 2012.

148f.: il., color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal

de

Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientadores: Prof. Roberto Véras de Oliveira, Prof. Aldenor Gomes

da

Silva.

Referências.

1. Ciências Sociais. 2. Subalternização. 3. Agroindústria. 4. Capital.

I. Título.

CDU 316 (043)

### RODOLFO RODRIGO SANTOS FEITOSA

# PROCESSOS SOCIAIS DE SUBALTERNIZAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR À EMPRESA AGRÍCOLA NO PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO EM PETROLINA-PE

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de março de 2012

Prof. Roberto Véras de Oliveira (Orientador) (UFPB)

Prof. Aldenor Gomes da Silva (Coorientador) (UFRN)

Profa. Roseli de Fátima Corteletti (UFCG)

À minha mãe.

À minha esposa

À minha irmã.

À minha sobrinha.

Às minhas tias.

À minha avó.

Às minhas amigas

Às mulheres da minha vida.

### **AGRADECIMENTOS**

À Deus por tudo.

À Universidade Federal de Campina Grande, em especial aos professores dessa Instituição com os quais pude me relacionar e destes apreender os cruciais ensinamentos.

Ao Professor Roberto Véras de Oliveira, pela orientação, inúmeras instruções e, acima de tudo, pela compreensão e paciência.

Ao Professor Aldenor Gomes da Silva, por aceitar coorientar este trabalho e pelas indicações e sugestões para que o mesmo ficasse menos falho.

À Professora Roseli de Fátima Corteletti por compor a banca de qualificação e a banca da defesa final desta dissertação, sendo sempre muito solícita às mudanças de data.

À Professora Ramonildes Alves Gomes pelas orientações quanto aos procedimentos burocráticos junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pela disponibilidade em presidir a banca de defesa nessa situação atípica.

Aos amigos Manoel Pedro da Costa Junior e Aline Rocha, sem os quais este trabalho não estaria concluído, meu muito obrigado.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com os quais tive o prazer de conviver e aprender.

Aos amigos Magno Leite e José Ferreira Júnior pelos conselhos e incentivos.

Aos produtores rurais do Projeto Senador Nilo Coelho que cederam seu tempo, na realização de entrevistas e questionários, contribuindo para a realização da pesquisa.

Ao bolsista de Iniciação Científica Thiago Ferreira da Nóbrega, pela ajuda em atividades importantes do processo de pesquisa.

Aos colegas de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano-*campus* Petrolina Zona Rural, pelo estímulo e incentivo.

Aos coordenadores e diretores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – *campus* Petrolina Zona Rural, cuja compreensão e sensibilidade forma determinantes para que eu conseguisse cumprir as atividades referentes à pesquisa.

À CODEVASF, DINC e PLANTEQ, pelos dados cedidos.

À minha esposa, pela alegria, felicidade e amor que cercam minha vida.

À minha mãe, pela ternura e carinho.

À minha tia Patrícia pela força, pelas palavras de incentivo e pelo empenho em ajudarme com os procedimentos burocráticos para os quais nem sempre pude comparecer.

Aos meus familiares, pelo incentivo e confiança.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste processo, os meus sinceros agradecimentos.

### **RESUMO**

FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, M.Sc., Universidade Federal de Campina Grande, março de 2012. **Processos sociais de subalternização do pequeno agricultor à empresa agrícola no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE**. Orientador: Roberto Véras de Oliveira. Coorientador: Aldenor Gomes da Silva

O desenvolvimento de perímetros públicos irrigados na região do Vale do São Francisco, ocorridos na segunda metade do século XX e marcado pela intensa participação do Estado, faz parte das políticas para impulsão econômica da região Nordeste. O Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho, na cidade de Petrolina-PE, é atualmente um dos maiores perímetros públicos de irrigação do Brasil, tendo surgido na década de 1980 com a proposta da modernização da produção agrícola em tal espacialidade. Juntamente com os demais projetos de irrigação inseridos no submédio São Francisco, promoveu a valorização do espaço agrícola a partir da fruticultura com fins ao mercado externo. A formação de espaços produtivos com intensa dinâmica de relações internas é uma tendência da agricultura moderna encontrada no Perímetro de Irrigação Nilo Coelho. Este estudo teve o intuito de apreender um aparte referente as dinâmicas relacionais. O foco, neste caso, girou em torno da compreensão dos processos de subalternização, advindos de relações comerciais entre pequenos produtores cultivadores de acerola e agroindústrias processadoras fabricantes de concentrados a partir deste fruto, que se destinam ao abastecimento de outras indústrias fora do Brasil, à exemplo da indústria de cosméticos, suplementos e medicinal. Utilizou-se, nesta pesquisa, de ferramentas de coleta de dados tais como a entrevista e a aplicação de questionários, tendo sido aplicados 51 questionários no Núcleo produtivo N-04 do Perímetro Senador Nilo Coelho, e realizadas 10 entrevistas com produtores. Além disso, foram coletados dados em instituições oficiais responsáveis pela gestão atual do perímetro e pela assistência técnica. A escolha pelo referido núcleo ocorreu em virtude do mesmo apresentar a maior quantidade de pequenos produtores cultivando acerola e por possuir a maior área plantada no âmbito do PISNC. A partir do presente estudo pode-se perceber que a condição subalterna que emerge da relação entre pequenos produtores e agroindústrias é bastante elevada e acaba por se configurar como algo determinante na reprodução do capital das agroindústrias. Além disso, foi possível perceber que a força da vinculação entre estes dois grupos de atores sociais tem uma forte tendência de se perpetuar historicamente e, ao passo que isso ocorre, acaba por fortalecer uns e fragilizar outros.

Palavras-Chave: Agroindústrias; Pequena produção; Subalternização; Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho

### **ABSTRACT**

FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, M.Sc., Universidade Federal de Campina Grande, March, 2012. Social processes of the subordination of the small farmer by agricultural enterprise in the Irrigated Project of Senator Nilo Coelho In Petrolina-PE. Adviser: Roberto Véras de Oliveira. Co-adviser: Aldenor Gomes da Silva

The development of public irrigated perimeter in the Vale do São Francisco ocurred in the second half of the twentieth century, marked by intense involvement of the state, they are part of the policies responsible for the economic takeoff in the Northeast region of the country. The Irrigated Perimeter Senator Nilo Coelho in the city of Petrolina, Pernambuco, is currently one of the largest public irrigation perimeters of Brazil, having emerged in the 1980s, with the purpose of modernizing agricultural production in such a spatiality. Along with other irrigation projects developed in San FranciscoValley Municipality, the Senator Nilho Coelho irrigation project promoted the enhancement of fruit-based agricultural, targeted at foreign markets. The formation of productive spaces similar to the Senator Nilo Coelho Perimeter, where you find an intense dynamic of internal economic relations, ie, arising from the exchange within the spaces of the project itself is a tendency of modern agriculture found in the social space to be analyzed. This study aimes to capture some of these relational dynamics. The focus in this case revolves around the understanding of the processes of subordination arising from commercial relations between smallholder farmers of the acerola fruit and agribusinesses factories that process a concentrated form of the fruit, intended to supply other industries outside of Brazil such as cosmetics, medicine and supplements. This research uses data collection tools such as interviews and questionnaires; 51 questionnaires were applied in the productive Nucleus of N-04 in the Perimeter Senator Nilo Coelho, and 10 interviews with producers were also conducted. In addition, data were collected in official institutions responsible for managing the current scope and technical assistance. The said sample was chosen in order to include the highest number possible of small producers cultivating acerola and by having the largest area planted under PISNC. The present study gives light to the reality that the subordinate status emerging from the relationship between small producers and agribusinesses are quite high and ends up being crucial in the reproduction of capital for agribusinesses. Furthermore, it was revealed that the links between these two groups of social actors has a strong tendency to perpetuate historically, and in the process, this dynamic ultimately strengthens some and weakens others.

Keywords: Agribusiness, Small production; subordination; Irrigated Senator Nilo Coelho

### LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução da área plantada de acerola no PISNC (1997-2004)	50
Gráfico 2 - Evolução da área plantada de acerola no PISNC (2006-2011)	51
Gráfico 3 - Área plantada de acerola no PISNC Colonos/Empresas (2001-2004)	52
Gráfico 4 - Grau de escolaridade entre os produtores analisados	56
Gráfico 5 - Percentual de venda da produção de acerola para as Agroindústrias processadoras.	70
Gráfico 6 - Tempo de relação comercial com as Agroindústrias	82

### LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Divisão de propriedades no Perímetro de Irrigação Senador Nilo	
Coelho.	35
Quadro 2 - Divisão de pequenos produtores de acerola e área plantada por núcleo.	47
Quadro 3 - Cultivo de acerola no PISNC (Levantamento de dados de produção em 2011)	49
Quadro 4 - Área do lote e área destinada à acerola entre os produtores analisados.	61
Quadro 5 - Tempo de produção no PISNC/Tempo de cultivo de Acerola no PISNC.	64
Tabela 1 - Percentual de produtores com rendimentos além da agricultura	57

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNB Banco do Nordeste do Brasil
- BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CHESF Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco
- CODEVASF Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
- CVSF Comissão do Vale do São Francisco
- DINC Distrito de Irrigação Nilo Coelho
- DNOCS Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO Food and Agricultural Organization
- FINOR Fundo de Investimento do Nordeste
- FNE Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- GEIDA Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola
- GTDN Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IOCS Inspetoria de Obras Contra as Secas
- IFOCS Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
- MIN Ministério da Integração Nacional
- PIN Programa de Integração Nacional
- PISNC Projeto (Perímetro) de Irrigação Senador Nilo Coelho
- POLONORDESTE Programa de Desenvolvimento do Nordeste
- PLANTEC Planejamento e Engenharia Agronômica LTDA.
- PNDR Política Nacional de Desenvolvimento Regional
- PND Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNI Plano Nacional de Irrigação
- PNID Plano Nacional de Irrigação e Drenagem
- PPI Programa Plurianual de Irrigação
- PROINE Programa de Irrigação do Nordeste
- PRONI Programa Nacional de Irrigação
- PROVARZEAS Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis
- PROFIR Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

### SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O NORDESTE E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20
1.1 A irrigação como Política de Desenvolvimento Regional e a Região Irrigada do Submédio São Francisco	23
1.2 A formação histórica do Submédio São Francisco	30
1.3 O Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho - PISNC	34
2 AS NOVAS POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO E AS CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO	36
2.1 As configurações atuais do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho e a pequena produção de acerola	47
3 OS PEQUENOS PRODUTORES DE ACEROLA E A CONDIÇÃO SUBALTERNA FRENTE ÀS AGROINDÚSTRIAS PROCESSADORAS	54
3.1 Perfil social dos Pequenos Produtores de Acerola	54
3. 2 Aspectos gerais da Pequena Produção de Acerola	60
3.3 Caracterização das Agroindústrias Processadoras	71
3.4 As relações comerciais entre pequenos produtores e Agroindústrias processadoras da acerola e a dimensão da "subalternização"	74
3.5 Outras relações comerciais em torno da acerola	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE	99
ANEXO	118

### INTRODUÇÃO

A discussão em torno do desenvolvimento regional no Brasil é permeada por reflexões de cunho não apenas científico, mas também político. O delineamento de estratégias para promoção da evolução, quer seja econômica, quer seja social, de uma específica região é de extrema complexidade, haja vista envolver a ponderação de diversos fatores quando da propositura de ações, visando a melhoria de algum aspecto em especial. Reconhecidamente o Brasil é um país marcado por grandes disparidades econômicas e sociais e, neste sentido, as políticas de desenvolvimento regional ocupam grande espaço na seara das ações do Estado brasileiro com intuito de apaziguar tais diferenças ou desigualdades. Historicamente a região Nordeste tem sido alvo constante de ações governamentais nesta perspectiva, por se constituir num dos espaços nacionais onde as desigualdades, face às outras regiões, aparecem de maneira mais intensa e menos disfarçada.

As ações governamentais que visam reduzir discrepâncias entre espacialidades, mais especificamente, as políticas de desenvolvimento regional, têm sido objeto de análise das ciências humanas, dentre elas, certamente, um lugar especial cabe à Sociologia. O presente texto se insere neste cenário, na exata medida em que busca refletir alguns aspectos de uma política pública de extrema contundência no semiárido pernambucano, a saber, os projetos de irrigação visando à produção agrícola. São inúmeros os projetos de irrigação existentes na Região Nordeste e uma análise sobre todos certamente exigiria um esforço analítico bem maior do que o deste estudo. A presente reflexão tem como foco o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho - PISNC, localizado no vale do São Francisco, mais especificamente nas cidades de Petrolina-PE e Casa Nova-BA. Tal projeto se destaca na produção agrícola, sobretudo a partir da fruticultura, sendo extremamente expressiva sua produção com fins de exportação. Um dos pontos produtivos de considerável dinâmica existentes no Nordeste, a espacialidade em questão formou-se economicamente a partir da intervenção estatal com as políticas públicas de desenvolvimento regional desde 1940, e é a partir desta chave de pensamento que buscaremos compreender algumas das dinâmicas produtivas existentes em tal universo produtivo.

Caracteristicamente singular, o Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho, cujo período de início das atividades produtivas pode ser delimitado no ano de 1984, destaca-se,

atualmente, pela extrema dinamicidade produtiva, advinda da utilização de técnicas avançadas de cultivo, de irrigação e da formação peculiar de arranjos produtivos. Também possuidor da característica de programa de colonização, o PISNC congregou no mesmo perímetro produtivo, pequenos, médios e grandes produtores. Quando do momento de sua formação, conforme previsto no plano inicial, o projeto dispunha a divisão dos produtores da seguinte forma: os pequenos produtores seriam aqueles que teriam posses não superiores a 7 hectares e produziriam, em grande maioria, no regime de agricultura familiar; os médios produtores compreenderiam a faixa de pequenas e médias empresas, cuja extensão dos lotes agrícolas estariam entre 7,10 e 50 hectares; os grandes produtores, por sua vez, seriam, em verdade as grandes empresas, cujos lotes agrícolas ultrapassassem o tamanho de 50 hectares¹.

O processo histórico de construção do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho remonta aos estudos realizados pela extinta SUVALE já no ano de 1969, pela viabilização concreta fruto da ação direta da CODEVASF e da própria Chesf, sendo a década de 1980 marcante neste sentido. De acordo com o DINC "as obras do projeto original e suas ampliações foram estabelecidas entre os anos de 1979 a 1983"², sendo que neste último ano já fora realizado assentamento de alguns produtores. Desde o projeto inicial, a distribuição dos lotes agrícolas do PISNC visava atender tanto pequenos agricultores quanto empresas agrícolas de médio e grande porte. Como assinala Alves (2006, p. 25), inicialmente foi destinada às pessoas físicas (pequenos agricultores) "uma área de maior proporção devido ao caráter social de que se revestia o projeto". Tendo esta proporção se modificado ao longo dos anos em virtude do "excessivo número de colonos que repassou seus lotes a empresários ou a colonos mais capitalizados", o que acabou por culminar com o expressivo aumento da área de produção das empresas. O PISNC se construiu na perspectiva da "integração intersetorial" entre a agricultura irrigada moderna e os complexos agroindustriais processadores, sendo a produção de tomate a aposta inicial do projeto (ALVES, 2006, p. 8).

O desenvolvimento da fruticultura irrigada e sua inserção na dinâmica produtiva capitalista, inicialmente em termos nacionais e hoje em termos globais, propiciou a perímetros irrigados como o PISNC a formatação de um arranjo produtivo caracteristicamente único.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Disponível em: <a href="http://www.dinc.org.br/index.php?sessao=perimetro">http://www.dinc.org.br/index.php?sessao=perimetro</a>

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Disponível em: < <a href="http://dinc.org.br/index.php?sessao=historico">http://dinc.org.br/index.php?sessao=historico</a>

O presente estudo é uma tentativa de compreender as relações entre o pequeno agricultor do Projeto Nilo Coelho de Irrigação e as médias e grandes empresas agroindustriais. Neste sentido, buscamos concentrar as análises em torno da dimensão da subalternização, isto é, na maneira pela qual as referidas relações se constroem de modo a dispor os pequenos agricultores de forma subalterna frente ao capital. Para tanto, tomamos como ponto referencial o pequeno agricultor, e em torno deste se aplicaram as metodologias de análise.

Algumas destas características foram motivadoras do estudo que visamos apresentar. Contemporaneamente é possível presenciar uma vinculação bastante peculiar entre alguns dos pequenos produtores e as empresas, quer sejam estas de médio ou grande porte. E é justamente esta vinculação o alvo maior do nosso estudo, ou seja, nosso objetivo geral. De modo mais claro, podemos afirmar que com o presente estudo busca-se compreender, então, as características gerais desta vinculação. Para tanto, focaremos a relação entre pequenos produtores de acerola e médias e grandes empresas que fabricam produtos concentrados derivados da acerola<sup>3</sup>. Interessa-nos apreender os nexos que vinculam esses dois segmentos, na dinâmica produtiva do espaço do PISNC. Sobretudo nos interessa investigar os processos de subalternização, nos termos da dinâmica capitalista, que associam uns (os pequenos produtores familiares) e outros (as médias e grandes empresas capitalistas que fabricam "concentrados").

É interesse também desta análise compreender de que modo tal relação torna-se condição para a manutenção e reprodução do próprio processo de acumulação do capital. O esforço analítico será sempre realizado no sentido de problematizar como o tipo e a natureza das políticas de desenvolvimento, que foram responsáveis por implementar o PISNC, se constituíram de forma a dispor produtivamente um arranjo no qual os pequenos produtores, para poder "se posicionar melhor nas dinâmicas de mercado", precisam se vincular com o grande capital, se adequando totalmente aos movimentos da lógica capitalista.

Para compreender tal relação de vinculação, optou-se, no âmbito deste estudo, focalizar analiticamente os pequenos produtores. Deste modo, nosso estudo utilizará metodologias e ferramentas de análise para apreender de que modo a relação pequeno

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> As empresas as quais nos referimos produzem concentrados de Vitamina C (a partir da acerola verde), destinados a abastecer a demanda de indústrias de cosméticos e farmacêuticas predominantemente fora do Brasil.

produtor-empresa é construída e suas características. Isso permitirá uma compreensão razoável em torno dos modos pelos quais a vinculação entre o sujeito produtor e a empresa se constituem. Escolhemos, então, aplicar questionários e realizar entrevistas junto aos pequenos agricultores. Partindo do pressuposto de que na relação agroindústria/pequeno produtor a tendência é que o pequeno produtor se apresente com o lado mais "frágil" desta relação, sendo justamente o elemento subalterno, definimos que as metodologias e ferramentas de análise deveriam ser direcionadas a tais sujeitos. Além disso, o fato de os pequenos produtores se mostrarem mais disponíveis em termos de acesso por parte do pesquisador; a impossibilidade de definir em alguns casos o responsável direto pelas ações de "vinculação" da empresa<sup>4</sup>; o fato de que estes produtores teriam sido concebidos idealmente como os grandes beneficiados com o projeto de irrigação, foram fatores que também contribuíram para a definição acima mencionada.

É oportuno destacar, contudo, que a observação crítica da realidade social estudada, a realização de entrevistas com técnicos agrícolas<sup>5</sup> que desenvolvem atividades e atuam justamente junto aos pequenos produtores em questão, bem como a apreensão dos termos das relações comerciais desenvolvidas em torno da produção de acerola pelos pequenos agricultores e, neste caso, não somente as relações firmadas com as agroindústrias em questão, nos levou também a uma condição analítica privilegiada. No contexto desta pesquisa, tal condição sugere uma melhor disposição de lidar com os dados que emergem da aplicação dos questionários e realização das entrevistas junto aos pequenos produtores. Em outros termos, esta condição analítica privilegiada a qual fizemos menção, diz respeito à capacidade de apreender criticamente os dados coletados, lembrando que esta advém, nesta situação, não somente da qualidade de sociólogo, mas também da posse de informações específicas oriundas das ações supracitadas.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A natureza complexa da empresa moderna nos colocou em torno de um grande dilema: com quem falar? Certamente os processos administrativos das grandes empresas são marcados pelas distinções entre concepção, gerência e execução. Tomando isso como elemento determinante para os resultados que obteríamos caso optássemos por entrevistar as "empresas", acabamos optando por construir as nossas análises em torno dos pequenos produtores.

Foram realizadas 10 entrevistas com técnicos que atuam (ou atuaram) no PISNC prestando assistência técnica aos pequenos produtores em geral, e em específico aos produtores de acerola. Embora estas entrevistas não tenham sido incorporadas diretamente no corpo deste trabalho, forneceram importantes informações acerca do panorama geral da produção de acerola, permitindo-nos ter uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento histórico das condições comerciais que circundam esta produção. Estes técnicos são (ou eram) prestadores de serviço vinculados, em sua grande maioria, a empresas contratadas pela administração do Distrito Irrigado. (Acerca a natureza administrativa do perímetro falaremos adiante)

Os poucos elementos mencionados já são capazes de indicar a complexidade do cenário social que se pretende analisar. Em face disto, o estudo que apresentamos neste momento é fruto da utilização de diversos elementos metodológicos que se mostraram necessários serem utilizados para apreender o objeto de maneira menos insuficiente. Para tanto realizou-se uma pesquisa documental com fins a reunir elementos que nos possibilitassem entender as concepções, discursos e orientações que estão envolvidos com as ações que geraram e remodelaram o PISNC. Esta pesquisa documental também objetivou compreender em termos numéricos e de índices a grandeza produtiva da região, bem como sua própria configuração básica, isto é, números de produtores, discriminação por lotes agrícolas, área produzida, cultura produzida, etc. Tais dados são fundamentais para dimensionar a formação histórica e a situação atual do universo produtivo em análise. Cabe mencionar que os dados oriundos desta pesquisa documental são oriundos de variadas instituições. Alguns dados foram coletados junto à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF. Outros dados foram levantados junto ao Distrito de Irrigação Nilo Coelho - DINC, responsável pela administração e gestão das estruturas de uso coletivo do perímetro, desde o ano de 1989. Com o Ministério da Integração Nacional -MIN também foi possível reunir informação de grande importância para entender alguns elementos primordiais à composição e formação dos perímetros públicos de irrigação, dentre eles o PISNC.

A aplicação de questionários<sup>6</sup> foi uma das ferramentas utilizadas nesta pesquisa visando à obtenção de dados diretos, isto é, informações acerca das relações produtivas e comerciais que se travam entre os pequenos produtores e as empresas. Considerando que o PISNC<sup>7</sup> é dividido em diversos núcleos produtivos, selecionamos, para tanto, apenas um núcleo produtivo, o N-04. Tal escolha não foi aleatória, sendo orientada a partir da pesquisa documental e da identificação dos principais núcleos produtores de acerola em área plantada e em concentração do número de pequenos agricultores com a referida cultura. Com base nesta pesquisa documental, especialmente a partir dos dados fornecidos pelo DINC, foi possível identificar que dentre os espaços de produção, o núcleo N-04 possui o maior número de produtores cultivando acerola e também a maior área plantada, sendo, portanto, em torno de 293 produtores e uma área plantada de 353,22 hectares. Tomando como parâmetro esta

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> O questionário que foi aplicado na pesquisa encontra-se no Apêndice deste trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> O tópico 1.3 versa sobre o PISNC, sendo possível encontrar neste uma melhor descrição e caracterização do projeto.

identificação prévia, delimitamos como amostra base de análises os questionários aplicados a 51 produtores que possuíam relações com as agroindústrias de concentrados.

A relação entre pequenos produtores de acerola e médias e grandes empresas de concentrados é recorrente nos núcleos onde há uma expressiva produção de acerola, neste sentido, as conclusões a que chegamos no presente estudo podem auxiliar na compreensão total do universo produtivo do PISNC, muito embora seja necessário destacar que certas características e condições parecem ser típicas do núcleo selecionado para análise. Portanto, embora a pesquisa que foi desenvolvida possa servir de referência a uma compreensão geral das relações que se travam em torno da acerola, é preciso cautela nas generalizações. Cautela esta que indica, justamente, a capacidade de considerar as particularidades inerentes a cada núcleo produtivo.

O presente estudo também fez uso da entrevista enquanto ferramental metodológica. Esta, por suas características intrínsecas, nos possibilitou adentrar mais profundamente em torno de certas questões qualitativas que se colocaram de forma superficial nos questionários. Neste contexto, poderíamos afirmar sem grandes receios que a opção por trabalhar também com dados advindos da realização das entrevistas nos forneceu, analiticamente, um caráter diferenciado, capaz de enxergar de modo único as intencionalidades dos pequenos produtores quando da vinculação com o grande capital e as consequências advindas desta vinculação. Isso nos levou a uma compreensão singular na exata medida em que nos possibilitou apreender tais sujeitos como dotados de intencionalidades e, neste caso, apreender que as relações e vinculações ora estudadas não se processam unicamente sob o viés da cooptação do grande capital em relação a estes, mas, às vezes, "em sentido contrário". Em outros termos, a entrevista nos concedeu a capacidade de "olhar" para os pequenos produtores não apenas como peças de um "jogo" maior, ou seja, como atores determinados única e exclusivamente de modo estrutural. De outra forma, a entrevista nos deixou mais sensível à dimensão das intencionalidades e definições das escolhas realizadas pelos pequenos produtores, embora estas definições possam representar, em certos instantes, sua subalternização dos produtores frente às grandes empresas.

No que tange à realização das entrevistas é oportuno mencionar que estas não abrangem a totalidade dos atores sobre os quais os questionários foram aplicados. Para as entrevistas foram escolhidos apenas dez pequenos produtores dentre os cinquenta e um, aos

quais foram aplicados os questionários com fins específicos de compreender a relação agroindústria de concentrado/pequeno produtor. A dimensão qualitativa das entrevistas indica justamente a capacidade de apreender mais detalhadamente informações e nuances não passíveis de serem captadas apenas na aplicação de questionários.

Como o PISNC se apresenta enquanto um espaço de grande proporção, sendo inacessível por completo ao nosso estudo em virtude das próprias complexidades e complicações que emergem da pesquisa de campo, optamos por reduzir nossas análises qualitativas aos casos mais emblemáticos, representativos por assim dizer. Estes casos são assim caracterizados justamente por congregarem de forma mais intensa a força e o teor da relação comercial em estudo (agroindústrias de concentrados/pequenos produtores), sinalizando de forma mais visível os termos da subalternização. Certamente isso nos permitirá aprofundar o aspecto qualitativo, na proporção que possibilita um exercício investigativo em torno de cada sujeito entrevistado mais completo. Neste sentido, o que se perde em termos de quantidade de questionários aplicados, ganha-se em termos de profundidade de respostas nas entrevistas.

Deve-se expor ainda, neste momento introdutório, que este estudo busca contribuir com algumas das discussões que a Sociologia Rural brasileira tem realizado para compreender as dinâmicas produtivas agrícolas contemporâneas tendo em face o momento atual do capitalismo mundial. Dentro deste contexto, as reflexões que o presente estudo realiza não podem ser compreendidas senão a partir do processo de modernização agrícola brasileira que passa a ter seus contornos definidos de forma mais concreta na segunda metade do século XX, bem como a partir das configurações contemporâneas que envolvem as regiões agrícolas irrigadas. Este mesmo processo é responsável pela intensificação do domínio da lógica capitalista no ambiente agrário do Brasil. Levando isso em consideração, as análises construídas durante esta pesquisa levam sempre em conta o panorama capitalista relacionado às políticas públicas de desenvolvimento que se arquitetaram visando beneficiar a região do semiárido nordestino.

O presente trabalho está dividido em quatro grandes partes. Na primeira parte se realiza a discussão teórica em torno dos pressupostos que orientam as reflexões deste trabalho. Neste momento busca-se enfatizar os paradigmas que norteiam as discussões teóricas do estudo, tanto no que diz respeito à orientação direta, quanto no que tange aos

diálogos mais gerais travados na Sociologia rural brasileira e em torno das políticas de desenvolvimento regional presentes no Nordeste, sobretudo a partir da segunda metade do século XX; No segundo instante, busca-se discutir primordialmente os elementos e informações que dizem respeito à construção do PISNC, bem como ao seu panorama contemporâneo. Neste instante, mostra-se de modo mais específico o universo social sobre o qual tecer-se-ão as análises. Tais análises, por sua vez, dão o tom do terceiro momento da discussão, sendo este o lugar privilegiado das reflexões empíricas, isto é, aquelas advindas tanto da aplicação dos questionários quanto da realização das entrevistas. Por fim, na quarta parte estão sistematizadas as considerações finais do estudo, a partir de uma exposição dos entendimentos e conclusões a que chegaram a presente pesquisa.

# 1 O NORDESTE E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Durante o século XX a discussão em torno do desenvolvimento ganha corpo nos países emergentes e é alavancada pela própria dinâmica capitalista, que se forma a partir da Segunda Guerra Mundial. Como assinala Nunes (2009, p. 43).

O debate sobre o tema desenvolvimento no Brasil vem principalmente da segunda metade do século XX, período em que a conjuntura do capitalismo internacional favorecia, especialmente nos países em desenvolvimento, uma concepção de projeto nacional que colocava o Estado como principal responsável pelo planejamento, financiamento e organização do desenvolvimento econômico.

A discussão em torno das políticas públicas de desenvolvimento para o Nordeste é comum nas Ciências Humanas, sobretudo nas Ciências Sociais. Neste âmbito, a Sociologia Rural desempenha papel de grande relevância na formação de temas e olhares acerca do ambiente rural nordestino. Nesta ciência, um dos debates que se faz grandioso é aquele que envolve as políticas públicas especificamente voltadas para a promoção e impulsão do desenvolvimento regional. Compreendemos as políticas públicas de desenvolvimento regional, como sendo aquelas que buscam promover um incremento de alguma natureza em torno de uma espacialidade específica. Este incremento pode ser baseado em diversos elementos, tais como; melhoria das condições de vida, redução dos índices de pobreza, estímulo ao desenvolvimento econômico, etc.

As políticas de desenvolvimento da Região Nordeste, em específico as que ocorreram na quinta, sexta e sétima década do século XX, tinham como intuito reverter certas disposições de natureza econômica, demográfica e social, não benéficas ao Estado brasileiro, mas, possivelmente, indesejadas. De acordo com Garcia (1984, p. 81) grande parte das ações do Estado, durante o século XX, dirigidas a região Nordeste foram precedidas ou ocorreram durante grandes períodos de crise, como se pode observar nas palavras do autor:

[...] todos os fatos importantes para o Nordeste aconteceram durante ou em seguida a um grande ciclo seco. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS surgiu no bojo da estiagem dos primeiros anos do século. Do ciclo de 1932 ganhou a região um dispositivo na Constituição de 1934 destinando 4% dos recursos orçamentários da União ao combate às secas, percentagem essa reduzida para 3% na Constituição de 1946 e suprimida nas Constituições de após 1964. Resultante da

seca de 1942 foi a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF. O Banco do Nordeste foi criado pela pressão exercida no Nordeste durante a estiagem dos anos 50.

Sobel (2006) sugere que a intervenção do governo federal a partir dos anos 1960, no sentido de promover o desenvolvimento de algumas áreas da região Nordeste através da implementação de perímetros irrigados, baseou-se, em certa medida, nas discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN.

O GTDN foi criado em quatorze de dezembro de 1956 a partir de influência direta do Banco do Nordeste do Brasil, já no início do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, dando início a uma tendência neste governo<sup>8</sup>. No ano de 1958 Celso Furtado, que ocupava um cargo de direção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, passou a chefiar o GTDN, de modo cumulativo. O GTDN realizou alguns estudos de cunho setorial, chegando mesmo a esboçar a discussão de alguns rumos para o desenvolvimento da região afetada drasticamente pelas estiagens periódicas. Já em 1958 o GTDN publica um relatório fruto destes estudos, podendo ser considerado uma das análises teóricas acerca das desigualdades e problemas econômicos do Nordeste, orientadas pelo pensamento de Celso Furtado<sup>9</sup>. Tal grupo acabou por ter um preponderante papel na própria criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no ano de 1959<sup>10</sup> através da Lei nº 3.692, em que o mesmo Celso Furtado figurará como primeiro superintendente do órgão.

Alguns eventos podem ser listados como emblemáticos na história da política de desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro, tais como: a criação da SUDENE em 1959; a implementação da Lei nº 3.995, no ano de 1961, que institui o sistema de incentivos financeiros e fiscais no Plano Diretor da SUDENE - dando a tal órgão papel de grande importância na promoção de um novo cenário econômico para a região Nordeste; instituição do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, com o Decreto-Lei nº 1.376, datado de doze de dezembro de 1974; criação do Fundo de Financiamento do Nordeste – FNE sob o amparo

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Durante o governo de Juscelino Kubitschek diversos grupos (executivos e de trabalho) foram criados no sentido de facilitar o desenvolvimento de estudos específicos acerca das questões econômico-sociais de regiões específicas, bem como a aplicação prática de certas políticas.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> De acordo com Vidal (2003) a orientação intelectual do relatório do GTDN publicado em 1958 foi delineada quase que por completo por Celso Furtado.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> A criação da SUDENE no ano de 1959 pode ser entendida como uma etapa já esperada da evolução das discussões realizadas pelo GTDN, mas também como uma resposta direta do governo federal em face da grande seca de 1958.

da Constituição Federal de 1988; criação do Ministério da Integração Nacional no ano de 1999 - responsável em termos nacionais pelas políticas de desenvolvimento regional; estabelecimento em 2000 de Programas de Mesorregiões Diferenciadas no âmbito do Plano Plurianual 2000-2003; em 2003 a propositura da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR - responsável pela definição de critérios e parâmetros básicos para a diminuição das disparidades regionais, e pelo estabelecimento de uma tipologia sub-regional por microrregiões capaz de orientar as ações governamentais de modo mais contundente; adoção da Tipologia Sub-Regional da PNDR no ano de 2006 - para distinguir as fronteiras do financiamento ao setor produtivo, concedido através dos fundos constitucionais de desenvolvimento; institucionalização da PNDR através do Decreto nº 6.047 de 22 de Fevereiro de 2007; propositura de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional embutida na proposta de Reforma Tributária enviada ao Congresso Nacional em Fevereiro de 2008.

Quando se pensa, especificamente, sobre a produção agropecuária no Nordeste, é possível encontrar o discurso que atrela o atraso deste universo produtivo em tal região ao baixo desenvolvimento tecnológico. Esse tipo de discurso esteve presente tanto em políticas públicas quanto em termos de análises científicas. Todavia, este tipo de abordagem da situação das questões de cunho mais agrário no Nordeste foi duramente criticado, haja vista o desenvolvimento das técnicas produtivas não atingir diretamente os indivíduos. O aumento de produtividade em virtude de mudanças de aspectos técnico e tecnológico não seria, pois, suficiente para modificar a condição de existência da maioria da população nordestina envolvida na produção agrícola. Nesta perspectiva, analisando a situação rural do Brasil durante a primeira metade do século XX Prado Jr. (2007, p. 27) destaca que "o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador", pelo contrário, muitas são as vezes em que esse impulso tecnológico na produção significa o agravamento das condições de trabalho. Ainda de acordo com este autor, as políticas públicas agrárias no Brasil e no Nordeste tendem muito a fracassar a médio e longo prazo, pelo fato de se confundirem com a delimitação dos fins últimos a serem atingidos por tais políticas. Nessa linha de raciocínio os fins últimos deveriam ser "fins humanos", uma vez que os homens seriam os grandes beneficiários das políticas públicas de qualquer natureza. Sendo assim, mesmo que se propunha o desenvolvimento tecnológico no ambiente agrícola, a partir de uma dada política pública, é imprescindível que esta não esqueça que no final os homens são os sujeitos realmente atingidos por tais ações políticas. Assim, "o problema humano e social sobreleva o agronômico, e antes de indagar do nível e padrão tecnológico da produção, devemos saber que categoria de indivíduos, e em que proporções, essa produção vai beneficiar" (PRADO JR, 2007. p. 79).

A partir do final do século XX, as políticas de desenvolvimento pensando o ambiente rural são cada vez mais numerosas no Nordeste, recentemente uma gama de ações visando o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar alargaram o número de políticas públicas desta natureza. Estas ações políticas do Estado têm dinamizado as resoluções das questões regionais, na exata medida em que coloca em cena novos atores sociais.

No caso da agricultura, as políticas públicas recentes de financiamento às atividades rurais, a descentralização através dos Conselhos Municipais, especialmente os de Desenvolvimento Rural, o financiamento da habitação, etc. estão propiciando a emergência de novos atores sociais, principalmente a figura do agricultor familiar profissionalizado e do granjeiro (GEHLEN, 2004. p. 96).

As políticas públicas de desenvolvimento regional fizeram parte da própria política do Estado brasileiro durante todo século XX, e inclusive durante os primeiros anos do século XXI. Tais políticas visam impulsionar um desenvolvimento de certa natureza em uma determinada espacialidade marcada por características singulares.

## 1.1 A irrigação como política de desenvolvimento regional e a região irrigada do submédio do São Francisco

A problemática da seca sempre esteve presente no Nordeste brasileiro. Muitas políticas públicas que se constituíram visando a melhoria socioeconômica desta região tentavam, quando não solucionar, ao menos apaziguar os efeitos causados pelos devastadores períodos de estiagem. Em verdade, como sugere Carvalho (1988), os problemas de natureza econômica e social existentes no Nordeste derivam menos do problema das secas, como às vezes faz parecer o discurso político. A condição de região assolada pela seca facilitou por muito tempo o estabelecimento de certas oligarquias políticas no poder. De acordo com

Andrade (1980), a seca se constitui, em muitos casos, como ferramenta para grupos se perpetuarem politicamente. Mas, como lembra Carvalho (1988, p. 01), "os efeitos negativos, de natureza econômica e social, atribuídos à seca, não têm lugar somente por causa desse fenômeno, mas por conta da fragilidade de sua estrutura econômica, politicamente 'funcional' à estrutura de poder dominante". Neste sentido, as secas aparecem mais como aceleradoras de uma condição econômica e social já estabelecida pela estrutura social que caracteriza o Nordeste.

As políticas públicas voltadas para a questão regional de modo mais específico surgiram já no final do século XIX e início do XX, inicialmente com a criação de "instituições voltadas a questão de clima, de disponibilidade hídrica e saneamento e de obras contra intempéries" MIN (2008, p. 8). É neste contexto que surge a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, cujo surgimento é datado de 1909, e pode-se dizer que foi uma das primeiras ações do Estado com vistas a atuar diretamente em torno da problemática regional nordestina. De acordo com o MIN (2008, p. 8), "o primeiro projeto de irrigação no Brasil começou indiretamente em 1881, no Rio Grande do Sul, por iniciativa privada com a construção do reservatório Cadro" que visava propiciar o acúmulo de água, cujo destino seria a "lavoura de irrigada de arroz". Logo em seguida, no ano de 1912 na cidade de Cachoeira do Sul-RS outro projeto de irrigação também na lavoura de arroz foi implantado. Em verdade, antes mesmo da constituição da IOCS as ações do Ministro Lauro Müller no sentido de formar as comissões de Açudes e Irrigação, de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, e de Perfuração de Poços, traziam consigo a ideia de combate à seca na região do semiárido nordestino.

O IOCS foi substituído pelo IFOCS no ano de 1919. Este último, por sua vez, tinha atribuições não muito específicas, que transitavam desde a realização de estudos exploratórios acerca dos recursos naturais e características ambientais do semiárido, até a "construção de barragens, poços, estradas de rodagem e ferrovias, além de atividades hidro-agrícolas." (MIN, 1994. p. 18) É oportuno mencionar que na construção de grandes açudes o IFOCS contou, na maioria das vezes, com o auxílio de empresas norte-americanas e inglesas que eram contratadas para capacitar os técnicos dos órgãos que trabalhariam na construção.

No ano de 1911 o Deputado Federal Eloy de Souza apresentou um projeto de lei que versava sobre irrigação na região Nordeste, tendo surtido algum efeito somente na gestão governamental de Epitácio Pessoa, quando da regulamentação da construção e operação de

projetos públicos de irrigação a partir de um caixa especial com o Decreto 3.965 de dezembro de 1919. Todavia, muito embora tenha sido construído este suporte legal, não houve grandes avanços no que tange à construção de projetos e expansão de áreas irrigadas. Na verdade, uma mudança quantitativa positiva só será percebida claramente a partir da década de 1950 (MIN, 1994).

A carta Magna de 1934 trazia em seu artigo 5°, inciso XV a seguinte redação: "Compete privativamente à União organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte". Tal fato se mostra de grande importância no âmbito das ações para combater a seca. Esse marco legal significa que passara a ser dever constitucional agir no sentido de amenizar os problemas advindos dos longos períodos de estiagem. A partir deste momento 4% da receita da União teria como destino o presente intuito.

A seca de 1958 acabou sendo um marco na mudança de postura do governo brasileiro para com a questão dos problemas regionais específicos do Nordeste. Embora existisse um considerável volume de água em açudes públicos e privados, no ano de 1958 uma grande seca assolou a região em questão, trazendo consigo todos os danos e consequências negativas possíveis. A região já contava, à época, com cerca de 200 açudes públicos, que não foram suficientes para reduzir o grau de impacto desta grande seca.

Em 1968 foi criado o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola - GEIDA, órgão diretamente vinculado ao Ministério do Interior, cuja participação foi fundamental na instituição de um Programa Plurianual de Irrigação - PPI, no ano de 1971, onde as ações compreendiam as décadas de 1970 e 1980. A maioria dos investimentos de tal planejamento plurianual foi destinado à região Nordeste, no intuito de favorecer a esta região possibilidades de crescimento econômico, sendo o DNOCS e a então SUVALE as agências responsáveis pela implementação dos projetos de irrigação. Certamente, por trás desta postura do Estado brasileiro, existe uma concepção de que a irrigação é um instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico. Ainda neste contexto, outros eventos importantes podem ser listados dentre aqueles preponderantes para a formação de um cenário agrícola com produção irrigada em áreas do Nordeste brasileiro tais como: a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) nos anos de 1970, responsável por implementar a primeira fase do Plano Nacional de Irrigação; o lançamento do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1972; criação do Programa de Desenvolvimento do Nordeste (POLONORDESTE) em

1974; e o lançamento do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento em 1979. O Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE foi lançado no ano de 1986 e realizou "mudanças institucionais nos estados, para que todos viessem a contar com infraestrutura, equipes técnicas e produtores rurais já familiarizados com práticas de irrigação" (MIN, 2008. p. 09).

De acordo com o MIN (2008, p. 10), podemos enxergar três fases no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos no semiárido nordestino, como assinala o trecho seguinte.

[...] particularmente a partir da segunda metade dos anos 70, um grande número de projetos públicos de irrigação foi iniciado, em vários estados do Semiárido Brasileiro, beneficiando a região Nordeste com avanços tecnológicos propiciados por modelos hidrológicos, e incluindo-a nos diversos estágios de desenvolvimento da gestão dos recursos hídricos, realizada em três fases: (i) até 1940, quando a capacidade de aprovisionamento superava a demanda e as ações se concentravam no controle de inundações, na regularização dos cursos d'água, na produção de energia e na captação para abastecimento público; (ii) entre 1940 e 1970, sobretudo após 1950, quando o desenvolvimento acelerado das atividades industriais e agrícolas, aliada à expansão urbana e habitacional, implicou na manifestação dos primeiros conflitos entre oferta e demanda de água; e, (iii) a partir de 1970, quando a água passa a ser percebida como um recurso natural finito e, em muitos casos, escasso ou impróprio para o consumo.

Ainda de acordo com o MIN (2008), as ações públicas de caráter federal, ligadas à questão dos recursos hídricos para irrigação, são passíveis de serem divididas em quatro grandes fases, caracteristicamente particulares. A primeira fase compreende o período que vai do final do século XIX até a metade da década de 1960, sendo marcada por "ações isoladas e tópicas dirigidas par alvos específicos em termos setoriais [...] e espaciais", à exemplo dos arrozais no Rio Grande do Sul e da região semiárida do Nordeste (MIN, 2008. p. 10). Neste instante as ações se concentravam, em grande medida, em torno da construção de açudes desprivilegiando ações voltadas diretamente "às atividades produtivas e aos serviços por essas requeridas", tais como tecnologia, crédito, informação de mercado dentre outros. Outro elemento que diz respeito a esta fase é o fato de ter sido marcada pela "concentração" das ações em alguns poucos órgãos, havendo pouca integração interinstitucional.

A segunda fase, por sua vez, tem início no final dos anos 1960 e perdurou até a primeira metade da década de 1980, sendo marcada pela criação do GEIDA, mantendo-se a "concepção intervencionista" de ação, sendo marcante a "ampliação do conhecimento global sobre os recursos naturais disponíveis" e a construção de um planejamento mais adequado,

capaz de prever ações médio prazo, indicados pela implementação de programas como o PPI em 1969 e PIN em 1970. Um elemento extremamente importante que marca esta fase diz respeito à ampliação da esfera privada no âmbito dos projetos públicos de irrigação. Em outros termos, é a partir desse momento que temos a inserção dos "lotes empresariais", espaço de atuação do grande e médio capital dentro de espaços destinados inicialmente a pequenos e médios agricultores. O Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), bem como o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) também indicam a intenção do governo federal em ampliar as possibilidades de atuação das empresas agrícolas em áreas irrigáveis. Neste mesmo sentido de ampliação da atuação da iniciativa privada pode ser inserida parte das metas e objetos previstos no projeto do primeiro PNI (MIN, 2008. p. 11).

A terceira destas fases teve início em 1985, sendo caracteristicamente um instante de fixação de importantes programas e projetos, tal como o PROINE, o PRONI (Programa Nacional de Irrigação) e o Projeto Subsetorial de Irrigação I, onde os dois primeiros tiveram início no ano de 1986. Marcadamente esta fase esteve ligada a uma "divisão de papéis mais clara entre ação governamental e privada no desenvolvimento de programas de irrigação", cabendo, então, ao governo a "execução de obras coletivas de uso comum [...] e as ações de suporte", e "à iniciativa privada as demais providências para a consecução das atividades produtivas" (MIN, 2008. p. 12). A inserção do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) na Constituição de 1988, enquanto ferramenta de gestão integrada de recurso, mostra como, neste instante, uma preocupação crescente em torno da racionalização do uso dos recursos naturais na agricultura irrigada estava presente. A questão da sustentabilidade ambiental começava a se tornar uma temática importante no direcionamento das políticas públicas (ANA, 2007).

A quarta e última destas fases inicia-se em 1995, marcada por mudanças de orientações e pelo delineamento de pautas específicas, a partir das novas diretrizes e direcionamentos da Política Nacional de Irrigação e Drenagem, "no que foi denominado de Projeto Novo Modelo da Irrigação". Neste contexto, o objetivo geral era a criação de "bases estruturais, conceptuais, regulatórias, operacionais e financeiras, com enfoque na região Nordeste, para a implementação de um Novo Modelo de Irrigação". Este "novo modelo de irrigação" tem como intuito o estímulo ao investimento privado "em todas as fases do agronegócio da irrigação", realizando, deste modo, a criação de espaços produtivos orientados

diretamente pelas dinâmicas de mercado, tendo sido de grande valia, para tanto, a apresentação de novas estratégias e políticas que viabilizassem a expansão da iniciativa privada. Buscando "gerar sinergia entre a iniciativa privada e as esferas governamentais", as atitudes estatais tomaram como rumo, a partir de então, o fortalecimento do agronegócio nos perímetros com vistas a reduzir a dependência desses espaços produtivos em relação às ações públicas. As colocações de Araújo (2001, p. 05) ratificam a ideia de que na metade dos anos 1990 muda-se de atitude em relação às ações de subsídio da agricultura irrigada, ganhando estas uma postura caracterizada por vários elementos que indicam a diminuição da atuação do Estado e um domínio marcante da lógica de mercado:

Já em meados da década de 90, o debate resultante da crítica ao modelo vigente delineou as linhas de uma nova forma de atuação estatal no setor, com base nos pressupostos de ênfase na visão de mercado, no papel do governo limitado ao de provedor da infraestrutura de uso coletivo, na plena recuperação dos recursos públicos aplicados, na visão da irrigação como atividade econômica autossustentada, na sustentabilidade socioambiental dos empreendimentos, na emancipação dos perímetros e na possibilidade de alienação ou arrendamento da infraestrutura pública de irrigação.

Este "novo modelo de irrigação" pretende transformar os grandes perímetros de irrigação, por um lado reduzindo o papel do Estado a poucas atividades, em especial às ações de indução, orientação, regulação e promoção, por outro, aumentando a esfera de atuação da iniciativa privada, isto é, flexibilizando as possibilidades de ação do capital nestes espaços produtivos. A ênfase no agronegócio é clara, e tal direcionamento significa não apenas a faculdade deste adentrar nos perímetros irrigados, mas sim a necessidade mesmo de promover mudanças de critérios na seleção de irrigantes. Além disso, este "novo modelo" preconizará por uma orientação produtiva extremamente competitiva adequada às dinâmicas de um mercado global, onde certamente os pequenos produtores possuem menores possibilidades de êxito. Esta "nova forma" de apreender a irrigação no Brasil faz com que esta se torne cada vez mais um "negócio empresarial", vinculando-se de forma mais estrita a uma política de desenvolvimento econômico, onde os aspectos sociais são sobrepujados.

As ações governamentais no Nordeste que se construíram ao longo do século XX em muito estavam imbuídas do espírito de lutar contra a seca que assola em grande medida a porção semiárida do Nordeste. De acordo com Andrade (1980), a região mais sujeita a períodos de estiagem no Nordeste responde justamente pela maior porção espacial desta

região. A SUDENE, o DNOCS e a também a CODEVASF são órgãos governamentais que atuaram e atuam sempre orientados pela dimensão de combate aos impactos trazidos pelas secas.

As políticas públicas de irrigação se apresentaram por muito tempo como uma das grandes soluções para as secas da região em questão (BISPO, 2009; CARVAHO, 1988). Contudo, nem todas tentativas de implementação de projetos públicos de irrigação lograram êxito tal como o previsto (CARVALHO, 1988). Mais do que isso, muito do que se fez em termos de implantação dos projetos públicos de irrigação aconteceu sob a lógica da modernização agrícola (BISPO, 2009).

Dentro do Vale do São Francisco onde estão inseridos diversos projetos de irrigação pública, o dipolo Petrolina-PE/Juazeiro-BA se configura como o centro do dinamismo econômico desta microrregião. "Situado na zona mais árida do Nordeste brasileiro, o polo tem hoje sua economia constituída, principalmente, por uma agricultura irrigada altamente produtiva com notável predominância no cultivo de frutas" (SOBEL, 2006. p.7)

Em verdade, a própria trajetória de formação de centro produtivo agrícola irrigado do submédio São Francisco é marcada pelas ações diretas do Estado através das políticas públicas. Embora a discussão em torno do uso das águas do São Francisco como fonte de desenvolvimento econômico da região possa ser datada antes do século XX como sugere Carvalho (2003), uma das primeiras ações no sentido de tornar as águas de tal rio eixo estruturante da agricultura irrigada refere-se à criação do Plano de aproveitamento do Vale do São Francisco no ano de 1940. Logo em seguida, em 1948, é formada a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF com o intuito de coordenar os trabalhos previstos no plano. Da mesma época data a criação da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco – CHESF idealizada também no âmbito do planejamento feito em 1940. A CVSF tinha como intenção a aplicação de investimentos no sentido de fomentar projetos de irrigação, delimitação de áreas tanto para a implantação de indústria quanto para a colonização agrícola, construção de estradas e obras de saneamento - possibilitando a formação de uma estrutura básica

Em 1967 a Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE com fôlego novo dá lugar à extinta CVSF, concentrando as suas ações na demarcação e colonização dos lotes agrícolas nos primeiros projetos de irrigação pública. É importante mencionar que este

período se destaca como um instante de reformas no sentido de promover o "milagre econômico" brasileiro, em especial os anos de 1964-1973, todavia, esta propulsão econômica se sustentou no aumento da dívida externa brasileira. (HERMANN, 2005).

Em 1974, por sua vez, é a SUVALE que cede lugar à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, cujas metas principais são: fortalecer a irrigação pública, ampliando e aprofundando ações já realizadas pelas CVSF e SUVALE; e incentivar a irrigação privada. A CODEVASF coordenou e executou de grandes obras de infraestrutura física, firmando acordos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tal órgão foi responsável pela formação dos Projetos Públicos de Irrigação na Região do Sub Médio São Francisco: Em Juazeiro/BA, os distritos de Tourão em 1978, Maniçoba em 1981, e Curaçá/BA em 1982; e em Petrolina/BA, os distritos de Nilo Coelho em 1984, e Maria Tereza em 1990. Neste sentido, a CODEVASF atuou coordenando e executando grandes obras de infraestrutura, bases para a instalação dos projetos de irrigação. É importante destacar que as ações da referida instituição são questionadas por alguns, não somente do ponto de vista da abrangência e funcionalidade, mas também, do ponto de vista das orientações políticas. Em outros termos, parte considerável das ações da CODEVASF é criticada em virtude dos benefícios que estas traziam para os grupos políticos locais onde atuavam. (BLOCH, 1996)

De acordo com Sobel (2006, p. 7), o projeto de irrigação implantado no Vale do São Francisco promoveu "uma notável mudança nos hábitos produtivos dos agentes locais, que substitui a agricultura de subsistência por uma outra de elevada geração de excedentes". Todavia, muito embora essas mudanças possam realmente ser constatadas, em especial no que se refere aos aspectos produtivos restritos, a implantação do PISNC pode também ser compreendida como uma perda de espaço do agricultor familiar sertanejo, como sugeriu Bloch (1996).

### 1.2 A formação histórica do submédio do São Francisco

A área do submédio São Francisco<sup>11</sup> pode ser compreendida como uma microrregião, cuja extensão gira em torno de 700 quilômetros, estendendo-se da cidade de Remanso à de Paulo Afonso, englobando as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do rio Moxotó. Vegetativamente a caatinga é o bioma predominante nesta área, refletindo um clima semiárido. (CODEVASF, 2011). Nessa microrregião o principal polo urbano origina-se da junção das cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA<sup>12</sup>.

Em termos econômicos e produtivos a região do submédio São Francisco, mais especificamente, as cidades de Petrolina e Juazeiro, se constituíram historicamente a partir da pecuária extensiva, do beneficiamento de couros e, sobretudo do comércio, este último a grande fonte responsável pelo acúmulo de capitais da região. Neste sentido, podemos dizer que até a primeira metade do século XX a região do vale do São Francisco era similar a qualquer outra região semiárida do Nordeste, isto é, não se configurava enquanto um centro de desenvolvimento econômico tal como ocorre atualmente, nem tampouco se destacava em termos de produção agrícola. Embora ainda não se apresentasse como lugar atrativo aos investimentos estatais, já no século XIX ocorreram algumas ações que acabaram por se mostrar fundamentais para o incremento econômico que levaria a região aos postos mais altos da produção agrícola frutícola nacional. Tais ações se inserem no âmbito da expansão da rede de comunicação, de transportes e no que se refere à formação de uma infraestrutura básica, todos elementos fundamentais para o desempenho de atividades produtivas. Certamente a construção de uma malha ferroviária abrangendo a cidade de Juazeiro no Estado da Bahia no ano de 1896 representa bem o tipo de ação que o Estado realizou em tal região durante o séc. XIX.

Durante o século seguinte estas ações foram continuadas e a partir dos anos 1940 aumentaram de forma notável. A edificação do porto fluvial de Petrolina em junho de 1944, a construção da ponte rodoferroviária em 1959, ligando as cidades de Petrolina e Juazeiro e das rodovias federais BR-232, BR-235, BR-407 e BR-428 são ações estatais que aconteceram no sentido de formular uma infraestrutura, em especial no âmbito da

Para maiores informações sobre a região do submédio São Francisco visitar o sítio: <a href="http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/rio/numeros.asp">http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/rio/numeros.asp</a>

Embora este estudo se refira basicamente à cidade de Petrolina-PE, não há como construir qualquer tipo de análise com um mínimo de solidez sem fazer uma certa recuperação histórica dos processo políticos e econômicos que constituíram o espaço social no qual a referida cidade está inserida. É oportuno mencionar ainda que para os fins de análise do estudo que aqui se apresenta não há implicações negativas em compreender as cidades de Petrolina e Juazeiro como um conglomerado urbano com similitudes produtivas.

macro-logística. (PIMES, 1991). É plausível pensar que estes não foram os únicos investimentos em torno desta região, mas é bem verdade que foram decisivos na formatação de uma estrutura capaz de suportar a dimensão econômica que a região alcançou. Considerando as ações mencionadas anteriormente, e utilizando-se da dedução lógica, fica claro que o volume de ações do Estado para com a região do vale do São Francisco, no sentido de dar subsídios estruturais ao alavancamento da economia, aumentou a partir dos anos quarenta do séc. XX.

O crescimento da região do vale do São Francisco acabou por estimular fluxos migratórios cujos destinos eram as cidades de Petrolina e Juazeiro. Em um instante inicial a migração foi realmente impulsionada pelos investimentos infraestruturais e pela própria concentração do capital no âmbito do comércio (até meados do século XX). Em um momento posterior, isto é, após a implantação das políticas públicas de irrigação, os fluxos migratórios passam a ter como grande mola propulsora o crescimento econômico agrícola via irrigação. É oportuno salientar, neste contexto, que a década de 1980 marca a saída da irrigação pública e privada da fase experimental. Em outros termos, o desenvolvimento produtivo agrícola passa a ser mais notável, inclusive em termos de índices de produtividade, mecanização da produção e expansão da área produzida. (PIMES, 1991). É justamente neste período que se consolida o "ciclo de desenvolvimento econômico da região": inicialmente a agricultura gerando excedentes produtivos e o acúmulo de capital; em seguida a indústria processadora de alimentos cresce na tônica deste processo acumulativo do capital; posteriormente temos o surgimento das indústrias produtoras de insumos agrícolas; e por fim o aquecimento comercial em virtude dos fluxos migratórios atraídos pelo crescimento da região (PIMES, 1991). A consolidação deste ciclo econômico nada mais é que a ratificação da solidez da cadeia produtiva agrícola irrigada.

A implantação de um projeto público, inclusive nos moldes da CODEVASF, ocorre basicamente da seguinte forma: em princípio são feitos os estudos de viabilidade de irrigação em uma determinada área, ponderando elementos como desenvolvimento gerado, área a ser contemplada e impactos possíveis; atestada a viabilidade do local inicia-se a desapropriação dos antigos ocupantes do local, sendo pagas indenizações e firmadas promessas com os ocupantes, os quais terão preferência na compra dos lotes que serão futuramente disponibilizados, o que nem sempre se confirma (Posseiros, moradores, agregados e parceiros que viviam na área desapropriada não ganham indenizações e ficam em segundo plano); em

seguida realizam-se as construções infraestruturais com construção de estradas, rede de esgoto e saneamento, e viabilização física da irrigação (construção de canais, etc.); por fim, realiza-se a seleção dos colonos (pequenos e médios proprietários) e das empresas que darão início à produção agrícola irrigada. Nas etapas de desapropriação e seleção dos sujeitos que administrarão e produzirão nos lotes existem diversos pontos problemáticos, tais como a não realização da promessa de preferencial comprador para os antigos ocupantes, bem como a lógica da "seleção natural" na escolha das empresas, desfavorecendo colonos sem capital de investimento. (BLOCH, 1996).

Esses parâmetros de seleção e alocação dos produtores nos projetos de irrigação levantam questões em torno das prioridades que orientam tal modelo de irrigação, uma vez que, na perspectiva de Bloch (1996), o modelo de irrigação implementado no vale do São Francisco não prioriza a população local, pelo contrário, os projetos são idealizados para a grande irrigação que requer alto poder de investimento.

Em 1969 a SUVALE realizou um estudo de viabilidade técnico-econômica para a implantação de projetos de irrigação em uma área de 6.000 ha, mas só em 1977 a CODEVASF atuou concretamente no sentido de implementar a agricultura irrigada como "alternativa de desenvolvimento" da região Petrolina-Juazeiro. Neste instante foi selecionada uma área de 15.000 ha em setores denominados PA-I,PA-II e PA-III, integrantes do Projeto Massangano<sup>13</sup>. O convênio firmado entre a CODEVASF e a CHESF teve como intuito a construção dos canais <sup>14</sup> para viabilização da irrigação, cujas obras começaram em 1979. O ano de 1980 é de suma importância para os rumos do projeto de irrigação que viria a se tornar o Nilo Coelho, pois foi nesta data que a ODA – Overseas Development Administration formulou para a CODEVASF "uma proposta de adequação do método de irrigação por gravidade para o tipo de solo prevalecente e recomendou o método de irrigação por aspersão<sup>15</sup>". É justamente nesta mesma época que recursos federais, via Ministério da Agricultura, são injetados na construção do polo de irrigação em estudo. É interessante destacar que a CODEVASF aderiu às indicações da ODA, de modo que a revisão e as adequações do projeto original foram realizadas, permitindo, por conseguinte, a ampliação da

-

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Tal projeto, posteriormente, veio ser chamado de Nilo Coelho

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> A formação destes canais se configura como a "obra de tomada d'água para o projeto partindo de Sobradinho-BA via galeria de condução sob o dique 'B' da barragem". Disponível em: <a href="http://dinc.org.br/index.php?sessao=historico">http://dinc.org.br/index.php?sessao=historico</a>

<sup>15</sup> Disponível em: <a href="http://dinc.org.br/index.php?sessao=historico">historico</a>

área beneficiada, que passou a contar com 20.018 ha. Esta ampliação beneficiou principalmente empresas agrícolas de médio e grande porte. Entre 1984 e 1986 a CODEVASF foi responsável pela administração do perímetro que contava com 41.000 ha de área total e 22.518 ha contempladas pela irrigação visando à produção agrícola.

A divisão do projeto de grande extensão territorial em núcleos viabilizou a gestão administrativa e controle, todavia o sucesso da gestão do projeto só foi verificável a partir de 1989 quando o Projeto Senador Nilo Coelho deixou de ser administrado por associações de produtores e passou a ser gerido nos moldes da gestão distrital. Cabe mencionar que a incorporação do setor do Maria Teresa, que inicialmente pertencia ao Projeto Pontal, ao Nilo Coelho, se configurou como um incremento territorial de 4.819 ha. (SOUZA et. al., 2001)

### 1.3 O Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho - PISNC

A construção do PISNC não se insere no período experimental da agricultura irrigada no Brasil, longe disto, foi formado em um instante onde o Estado já havia amadurecido as políticas públicas de irrigação. A instalação do PISNC pode ser dividida em duas fases, como sugerem Ortega e Sobel (2010), a área Nilo Coelho, cuja construção teve início em 1979 e a produção em 1984 e a área conhecida como Maria Tereza com produção iniciada no ano de 1996. No período de inauguração da 1ª etapa (Nilo Coelho) o perímetro contava 15.600 hectares irrigáveis que foram expandidos em 4.800 hectares quando da adição da área proveniente da segunda etapa (Maria Tereza), uma adição em torno de 15% da área inicial (BANCO MUNDIAL, 2004).

Reconhecido como o maior perímetro público do Brasil, o PISNC contém um elevado número de produtores cultivando várias culturas sobretudo frutas tropicas. O Quadro 1 expõe a divisão de proprietários no PISNC, entre as áreas do Nilo Coelho e Maria Tereza. Como se pode observar, atualmente existem na área do Nilo Coelho 37 grandes empresas, cujas propriedades são de áreas acima de 50,00 ha, que juntas totalizam 5.216,43 ha; 247 pequenas e médias Empresas, com propriedades entre 7,10 e 50,00 ha, totalizando uma área de 5.533,54 ha; e 1.390 pequenos produtores, com propriedades que não ultrapassam a área de 7,00 ha,

cujas propriedades somadas representam uma área total de 8.749,88 hectares. Na área do Maria Tereza temos: 48 grandes empresas, totalizando uma área de 869,38hectares; pequenas e médias empresas são 20, cuja soma das propriedades resulta em uma área de 1.606,16 ha; e um número de 552 pequenos produtores, que juntos totalizam uma área de 2.971,29 ha. Os somatórios das duas áreas do Projeto gera, então, os seguintes números para o perímetro, 85 grandes empresas, atingindo uma área cultivável de 6.085,81 hectares; 267 pequenas e médias empresas somando uma área de 5.139,70; e um número de 1.942 pequenos produtores, totalizando, 11.721,1 ha.

Quadro 1 - Divisão de propriedades no Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho

Categ	goria	Área Nilo coelho	Área Maria Tereza	Total	Área de classificação	
Grandes	N°	37	48	85	Acima de	
Empresas	hectares	5.216,43	869,38	6.085,81	50,00 ha	
Pequenas e Médias – Empresas	N°	247	20	267	De 7,10 a	
	hectares	3.533,54	1.606,16	5.139,70	50,00 ha	
Pequenos _ Produtores	N°	1.390	552	1.942		
	hectares	8.749,88	2.971,29	11.721,1	Até 7,00 ha	

Fonte: DINC (2011)

O PISNC é dividido em núcleos agrícolas e habitacionais e centros administrativos. Os lotes agrícolas de produção foram inicialmente destinados a colonos, que obtinham também uma residência nos núcleos habitacionais, sendo que os núcleos são próximos dos lotes agrícolas dos produtores. Os centros comerciais e administrativos, por sua vez, teriam a função de abastecer comercialmente os núcleos e gerir administrativamente os mesmos (ALVES, 2006). O desenvolvimento econômico interno dos núcleos habitacionais, a expansão das cidades até próximo dos núcleos produtivos, bem como o desenvolvimento da economia agrícola da região como um todo, acabou por imprimir aos centros apenas a função administrativa.

## 2 AS NOVAS POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO E AS CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO

A integração econômica nacional, precedida pela evolução dos parques industriais e pela modernização produtiva em geral tanto no ambiente urbano quanto no ambiente rural, faz parte das transformações econômicas que levaram o país a um salto considerável. (ARAÚJO, 2000a). Este processo de integração econômica ocorre como resultado de uma dinâmica maior, que diz respeito não somente a uma relação estrita entre as esferas produtivas internas, mas sim corresponde à destruição dos limites das negociações econômicas em dimensão mundial. A formação de cadeias produtivas e mercados integrados em nível nacional são reflexos também do desenvolvimento das relações econômicas de uma nação no circuito econômico global.

O discurso desenvolvimentista do Estado brasileiro durante o século XX sinaliza para diversos elementos como a integração produtiva, a articulação territorial, redução dos abismos sociais, impulsão econômica do Nordeste e, sobretudo, sinaliza para a modernização e nível de produção e comercialização. A própria ideologia política, diversas vezes acionada no discurso público, de elevar a região Nordeste a uma condição produtiva diferenciada, reduzindo os elos de dependência e subordinação ao Sudeste, traz no seu bojo, de modo direto ou indireto, a preponderância do aspecto da modernização.

A atuação na região Nordeste de agências especializadas, à exemplo da SUDENE, DNOCS e CODEVASF são evidências concretas de que o desenvolvimento ocorrido, sobretudo durante as décadas de 60 e 70 do século XX, foi oriundo de uma conduta de planejamento a nível regional e nacional. Como enfatizou Araújo (2000a), distante de ser uma eventualidade, a ascensão de espaços econômicos dinâmicos nesta região resultou de ações intencionadas. Neste contexto, os PND's e outras ações políticas específicas traziam embutidas orientações que receitavam a modificação de cenários socioeconômicos estagnados ou com baixo dinamismo, o que inevitavelmente apontava para condutas de impacto a médio e longo prazo. Nas duas últimas décadas do século passado, em virtude de uma conjuntura econômica de crise, a postura do Estado no que reza ao desenvolvimento regional é remodelada, passando de uma conduta estruturante à ações pontuais e paliativas com fins exclusivos de "gerência da crise" (ARAÚJO, 2000a. p. 22)

A crise econômica dos anos oitenta teve forte impacto na dimensão das políticas de irrigação, inclusive aquelas destinadas à região semiárida do Vale do São Francisco. (ORTEGA; SOBEL, 2010). No documento que sintetiza o Programa para o Desenvolvimento da Irrigação na região do Vale do São Francisco, publicado em 1989, já era possível perceber uma clara orientação no sentido de reduzir a participação do Estado nas ações promotoras da agricultura irrigada. Havia uma ênfase na ideia das ações do Estado como suplementares, como se pode observar:

Presentemente entende-se que os esforços do Governo devem ser de natureza suplementar, visando apoiar as iniciativas de produtores rurais, e caracterizar-se por: planejamento participativo dos produtores, estados e União; execução descentralizada; preocupação permanente com resultados em termos de eficiência e eficácia; execução de pequenas obras de infraestrutura coletiva, visando sempre respostas rápidas aos investimentos; participação de custos da União, estados e produtores nas obras de infraestrutura coletiva; e participarão substancial de investimento do setor privado. (PLANVASF 1989a. p. 81)

À época, o PRONI adotou direções que ratificavam a dimensão suplementar do governo federal, restringindo-se, em grande medida, a atuação do Estado a questões pertinentes a infraestrutura e logística básica.

Com esta orientação geral, o PRONI adotou as seguintes diretrizes: maximizar a ação suplementar do Governo no que tange a infraestrutura de apoio, através de adequado e concentrado zoneamento de áreas para irrigação, concentrar esforços na promoção de estudos básicos em cartografia, pedologia e hidrologia, visando melhorar o perfil de elaboração de novos projetos; melhorar a infraestrutura das áreas prioritárias com a implantação de linhas de transmissão de energia elétrica, de estradas vicinais, de armazenagem terminal, etc.; definir linhas de crédito que possibilitem o aporte de recursos de forma suficiente e oportuna, com vistas ao investimento, ao custeio e a comercialização agrícolas; estabelecer incentivos creditícios, fiscais e tarifários exequíveis e comprometidos com a elevação da produtividade e da produção; estimular as formas de associativismo existentes no meio rural e promover a organização de produtores, com vistas a auto-sustentação coletiva dos seus empreendimentos, acesso ao crédito e ao mercado; e promover esforços para a integração das atividades do PRONI com políticas, programas, projetos e atividades do Governo Federal que com ele mantenham relação, visando a otimizar o use de recursos técnicos, materiais, financeiros e humanos. (PLANVASF, 1989a. p. 81)

Pode-se dizer, então, que uma postura estatal mais liberal ou menos intervencionista, no que se refere às políticas de irrigação e de formação de perímetros produtivos, não diz respeito tão somente às condutas após a implantação do "Novo Modelo de Irrigação". É

possível notar que já na transição da década de oitenta para a de noventa era visível uma redução em nível político da condição paternalista das ações direcionadas ao fomento da produção agrícola no modelo de irrigação. Esta mudança de postura pode ser notada não somente pela condição suplementar das ações do Estado contidas no discurso político, mas também pela própria orientação dos investimentos intencionados e os objetivos atrelados a estes. Em outros termos, a atenção destinada a certo segmento produtivo como chave para a "dinamização econômica" também pode indicar, ainda que por um viés indireto, intencionalidades do Governo Federal com vistas à redução de sua participação na promoção econômica dos espaços agrícolas irrigados.

Do *lado agroindustrial*, a proposta é que este segmento seja um complemento estratégico da dinamização da atividade agrícola e que a programação obedeça a um esquema de "descentralização concentrada". Isto significa que no interior do Vale deverão ser selecionados alguns centros urbanos ou polos e alguns produtos agropecuários com grandes excedentes, que possuam ou tenham condições de possuir algumas características básicas que permitam a *expansão ou a criação de complexos agroindustriais integrados*. (PLANVASF, 1989b. p. 44-45, grifo do autor)

Embora as colocações contidas no documento sejam, até certo ponto, genéricas, e indiquem de forma mais direta a preponderância da criação de centros industriais em torno dos quais se estabeleceriam com maior solidez as possíveis cadeias agroindustriais, a ideia por trás disso diz respeito justamente à sobrevalorização dos complexos agroindustriais na região do Vale do São Francisco. Estes, por sua vez, se tornariam a força propulsora que movimentaria o desenvolvimento dos perímetros irrigados, reduzindo, então, a diminuição da atuação do Estado nos espaços produtivos agrícolas de irrigação pública.

De acordo com Ortega e Sobel (2010, p. 93), esta "mudança de orientação do papel do Estado" nos últimos anos da década de oitenta, faz parte de um duplo processo que, por um lado, visava "compatibilizar a administração dos perímetros às restrições financeiras do governo federal durante a forte crise enfrentada" e, por outro, dar uma orientação clara à nova postura do governo após "adoção de uma ideologia liberalizante, que acreditava em uma maior eficiência com menor intervenção pública e maior liberdade para a iniciativa privada". Ainda segundo os autores, isso tudo impactou contundentemente na dimensão emancipatória dos projetos públicos de irrigação, haja vista ter sido nesse instante que a gestão de muitos perímetros deixou de ser responsabilidade restrita dos órgãos governamentais.

Coelho Neto (2009) sinaliza que a década de 1990 representa uma intensificação das tendências neoliberais no espaço público brasileiro. Neste contexto, as políticas especificamente voltadas para a produção agrícola no modelo irrigado também sofrem uma influência, acabando por se revestirem também de um teor neoliberal. De acordo com este autor:

Na década de 1990, ocorreu um aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil, cujos pilares estão pautados nos objetivos da acumulação capitalista, em conformidade com o processo de globalização. No âmbito das atividades econômicas, este movimento busca a padronização do processo produtivo e sua realização em bases capitalistas. Estes princípios, que vão orientar o Estado brasileiro, se refletem na condução das novas propostas políticas para a agricultura irrigada. A Política Nacional de Irrigação e Drenagem é submetida a um movimento de redirecionamento, a partir de 1999, com a elaboração do "Projeto Novo Modelo de Irrigação" que integra o Programa Avança Brasil produzido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. (COELHO NETO, 2009. p. 9)

No início do século XXI o Banco do Nordeste publicou um conjunto de documentos nos quais estavam contidas as dimensões conceituais, estruturais, regulatórias, operacionais e financeiras da nova proposta de modelo de irrigação. A novidade deste modelo de irrigação residia na promoção e viabilização da atuação do agronegócio nos espaços da agricultura irrigada. Este movimento representaria a formação de condições diferenciadas de inserção da produção agrícola irrigada em um contexto econômico globalizado. A implementação deste modelo implicou também uma redução significativa da atuação do Estado na criação e gestão dos perímetros de irrigação, inclusive os públicos. Estes passaram a contar com ação do Estado preferencialmente no sentido de criar as infraestruturas básicas e induzir a atuação dos produtores de forma integrada sob a égide do agronegócio.

A formação do "Novo modelo de Irrigação" é uma indicação clara de que a condição de planejamento público havia avançado significativamente. Um avanço que pode ser notado também na criação de dispositivos normativos, com o intuito de propiciar uma sustentação jurídica devidamente apropriada para que os direcionamentos das políticas públicas se realizem de fato. Coelho Neto (2009. p. 10-11), de forma bastante perspicaz indica que, muito embora este avanço em termos de políticas de irrigação no Brasil seja algo benéfico por indicar justamente um aperfeiçoamento de gestão pública, o mesmo acabou por fomentar um desenvolvimento privilegiado do agronegócio via iniciativa privada, como podemos observar em suas palavras:

A análise do movimento das políticas de irrigação no Brasil aponta para o avanço do planejamento, para a institucionalização de normas e diretrizes, que buscam conduzir o processo e indicam uma maior intervenção do Estado. No entanto, a maior disciplinarização do Estado no tocante às ações voltadas para irrigação apontam para o privilégio à iniciativa privada, à modernização do campo e à vinculação da agricultura irrigada aos mecanismos de mercado e à lógica do capital.

Conquanto o novo modelo de irrigação tenha surgido especialmente como política para orientar a formação dos novos projetos de irrigação, as orientações e diretrizes que neste foram delineadas acabaram por trazer modificações importantes em perímetros públicos já implementados, como foi o caso do PISNC. Tais modificações apontaram justamente para o fortalecimento do agronegócio.

É importante frisar que a tendência de valorizar os aspectos de produção e comercialização, gerando inclusive, em certas circunstâncias, panoramas extremamente favoráveis ao agronegócio, contidos no "Novo Modelo de irrigação", não foi uma tônica existente desde sempre na gestão dos perímetros irrigados. Muito pelo contrário, até o início dos anos 1980, longe de figurar entre as orientações básicas no conjunto de ações dos agentes federais executores dos perímetros irrigados, a exemplo da CODEVASF e do DNOCS, a dimensão de produção e comercialização era sobrepujada pela valorização de aspectos estritamente técnicos de infraestrutura tais como hidráulica e engenharia. Neste sentido, se mostra oportuno salientar o seguinte trecho do documento do BNB:

Ainda que, na implantação dos projetos públicos de irrigação, predominasse o foco nas obras de Engenharia, mais recentemente, a partir de meados da década de 80, como no caso da CODEVASF, voltaram-se as atenções para a organização da operação e manutenção e para a produção, de forma pouco sistematizada, porém avançando-se para ofertar um melhor apoio ao processo do agronegócio. (BNB, 2001c. p. 60)

Como bem apontam as colocações destacadas acima, a mudança de postura da CODEVASF, por volta dos anos oitenta, permitiu aos perímetros irrigados direcionar ações em maior quantidade, no sentido de subsidiar a implantação e desenvolvimento do agronegócio nos perímetros de produção agrícola nos moldes irrigados que já haviam sido implantados, bem como nos que estavam em fase de implantação. Considerando que o PISNC, espaço produtivo estudado neste trabalho, tem sua fase de implantação datada

justamente desta década, a formação de um cenário produtivo consideravelmente favorável ao agronegócio não é um acontecimento do acaso, mas sim reflexo palpável de uma modificação na forma de conceber o foco dos projetos de irrigação, notavelmente presentes nos atos da CODEVASF após os anos setenta. De acordo com o documento acima citado, o DNOCS, enquanto agente executor de projetos públicos de irrigação, não seguiu esta mesma tendência do órgão de desenvolvimento atuante na bacia hidrográfica do São Francisco, continuando, inclusive direcionando muito de suas ações, quando da execução de projetos de irrigação, ainda para questões de infraestrutura e pouco para os elementos produtivos e comerciais

A orientação do documento discutido é de que a centralidade das questões de produção e comercialização devem, em detrimento da preconização de elementos infraestruturais, quer sejam de hidráulica, engenharia ou logística básica, se tornar uma realidade no modelo de agricultura irrigada no Brasil, sobretudo no que tange aos sistemas públicos. Em verdade, sob esta orientação, este seria um dos grandes passos que possibilitaria ao Brasil alcançar o nível de desenvolvimento e sofisticação encontrados em modelos agrícolas irrigados de outros países, haja vista que em países "de agricultura irrigada avançada (como EUA, Israel, França, Espanha e Chile, por exemplo), a Política de Irrigação já superou a fase pioneira. Evoluiu de centrada nas obras de engenharia para a da Agricultura Irrigada, como negócio" (BNB, 2001c. p. 66-67). A propositura de um novo sistema de gestão comercial foi um dos elementos contidos no documento em análise.

Atualmente, nos projetos públicos de irrigação, os irrigantes (quer pequenos, médios ou grandes), de forma individual ou mediante suas organizações (cooperativas, distritos, associações etc.), desenvolvem muitas funções, dentro do processo de produção, desde a identificação de oportunidades de mercado e de compra de insumos, até a viabilização da produção. Por isto, o processo de decisão é complexo e envolve maiores riscos, principalmente, quando se trabalha com produtos hortícolas. Interromper essa característica significa maior ganho para os produtores, notadamente, o pequeno (que não tem volume, atuando isoladamente). Isto será possível se o processo de comercialização for realizado por organizações-líderes (tais como: cooperativas de produtores, associações, agroindústrias, empresas especializadas em comercialização etc.), quando o volume de produção individual não for suficiente ou diretamente pelo produtor, quando o volume de produção individual for suficiente. (BNB, 2001c. p. 82)

A idealização de uma nova forma de gestão comercial nos espaços produtivos da agricultura irrigada se mostra, de fato, uma ação louvável se pretende reduzir as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores. Contudo, algo que pôde ser notado, em dias atuais no PISNC com o trabalho realizado, foi uma condição não muito independente. Muito pelo

contrário, os agricultores do referido perímetro irrigado estão sempre sujeitos a constantes oscilações de preços no mercado, além de possuírem reduzidas saídas satisfatórias de venda da produção com exceção da comercialização com as agroindústrias de processamento. Essa relação com as empresas permite aos produtores obterem melhores preços pela acerola produzida, mas acaba atuando, porém, na construção de uma condição relacional que a médio e longo prazo gera o que se acredita ser uma "condição subalterna".

Contudo, este processo que pode ser chamado, a título de simplificação, de mudança na centralidade das ações em perímetros públicos irrigados, não se mostra algo fácil e de simples execução. Pelo contrário, a mencionada "mudança de postura" envolve uma inegável complexidade, uma vez que só é possível de ser realizada a partir da sinergia de ações de múltiplos agentes governamentais, cada qual sendo responsável por bens públicos de natureza particular. Isto envolveria, portanto, uma articulação sincronizada dos agentes estatais com fins bem definidos, para poder ser alcançado com êxito a construção de espaços produtivos irrigados (com infraestrutura de uso coletivo fornecida pelo Estado) possuidores de planos de ações produtivas e comercias.

Dentre as diretrizes gerais da Nova Política Nacional de Irrigação, que envolvem a concepção de uma nova postura do Estado capaz de promover avanços nos perímetros públicos de irrigação, uma merece destaque no corpo deste estudo, sua redação diz o seguinte: "Orientar o desenvolvimento da produção agrícola irrigada, tendo como base as oportunidades e exigências dos mercados, interno e externo, segundo os parâmetros de competitividade do agronegócio" (BNB, 2001c. p. 68). Considerando o teor do documento em questão, isto é, a sua característica de propor uma nova forma de atuação do governo federal para com os espaços de produção agrícola irrigada, o destaque em torno da mencionada diretriz geral, acaba por se configurar como uma forma de mostrar quão enfático é o documento no direcionamento produtivo com vistas ao mercado. Certamente qualquer produção, independente de que produto seja, tem o intuito de atingir determinado mercado. Contudo, o mercado referido é o do agronegócio, em termos internos e também externos, caracteristicamente marcado pelo severo grau de competitividade. Não é difícil de se imaginar, portanto, quão suscetíveis de enfrentar grandes dificuldades estariam pequenos produtores irrigantes em perímetros públicos de irrigação, a partir de uma orientação única e exclusiva com vistas ao mercado pautado pelas dimensões competitivas do agronegócio.

A compreensão da cadeia do agronegócio como uma sequência de relações comerciais e contratuais, que iniciam-se na terra, enquanto espaço de produção, e terminam bem depois dela, no consumidor final, tendo neste interstício uma infinidade de possibilidades relacionais entre atores e agentes de forças diferenciadas, às vezes deixa de evidenciar alguns aspectos não tão benéficos. A orientação dos espaços produtivos de agricultura irrigada com ênfase no mercado é uma tônica não apenas do novo modelo de irrigação, cujo documento em estudo visava orientar sua implantação e desenvolvimento em grande escala, mas da grande maioria dos países que integram economicamente em termos globais. Porém, é preciso estar atento aos possíveis efeitos colaterais da adoção de uma postura econômica tão fortemente calcada no mercado. Em relação aos perímetros públicos de irrigação, sobretudo àqueles que foram implementados com o objetivo de minimizar discrepâncias socioeconômicas relacionadas à posse de terra e renda, isto é, em que grande parte dos proprietários de lotes produtivos são pequenos agricultores com baixo grau de escolaridade e baixo poder de investimento na produção, parece que a orientação em torno de uma lógica de mercado pura e simples acabaria por gerar condições não muito favoráveis à manutenção e reprodução destes pequenos agricultores.

As dinâmicas de mercado nas novas regiões de produção agrícola, a exemplos dos perímetros irrigados no Vale do São Francisco, são cada vez mais vorazes em face não apenas do desenvolvimento interno dos agentes que nele competem, mas em virtude, sobretudo, da expansão das relações comercias em níveis globais (CAVALCANTI, 1996). Atores fragilizados pelo baixo poder de investimento e reduzido aporte tecnológico-produtivo, dificilmente lograram sucesso competindo em uma esfera econômica tão acirrada quanto a que tem se desenvolvido nestas novas regiões.

Cavalcanti (1995), mostra quanto foi duro para os exportadores de uva e manga do Vale do São Francisco alcançarem um patamar de sofisticação produtiva, condicionamento da mercadoria pós-colheita, e certificação para estarem aptos a negociar seus produtos no mercado externo. Esta mesma situação foi destacada no documento em pauta, focando-se a condição de articulação dos produtores que se mostrou mais fortalecida a partir dos anos oitenta, sem ser enfatizado, porém, as agruras do processo de articulação, nem tampouco as dificuldades encontradas para acessar os mercados externos, como pode ser lido:

<sup>[...]</sup> o processo de organização dos produtores avançou notadamente a partir de meados de 80. Notam-se organizações voltadas para o agronegócio, como

cooperativas e associações, e o surgimento de associações que visam promover os produtos do Vale do São Francisco, no Brasil e no exterior, e ajudam os irrigantes a produzirem com melhor qualidade..(BNB, 2001c. p. 62)

Longe de buscar criticar o referido documento por não enfatizar os problemas e desafios que envolveram a articulação dos produtores que visavam o mercado externo, até porque colocações desta natureza não fazem parte da dimensão do citado relatório, a ideia aqui é mostrar tão somente que este tipo de articulação não foi comum a todos os produtores. Representou na verdade, em grande medida, a conjunção de médios e grandes produtores que cultivavam predominantemente uva e manga.

Considerando que os produtores de uva e manga são mais capitalizados, ou seja, possuem um maior poder de investimento na produção (inclusive em nível de pós-colheita), gozando de elevado nível de sofisticação tecnológica, fica em tão a questão: se a dimensão de mercados competitivos trouxe dificuldades a este nível de produtores (que geralmente podem ser classificados entre médio e grande porte, em virtude da dimensão do lote, ao menos no perímetro irrigado em estudo), o que esperar das dificuldades que atingiriam os pequenos produtores? Não parece ser um cenário fácil de ser vencido por estes sujeitos, e de fato não é.

Na proposta do "Novo Modelo de Irrigação" seria de suma importância a atuação de serviços de apoio:

A implementação bem-sucedida da Nova Política de Irrigação exige a criação de um sistema de Serviço de Apoio que facilite, ainda mais, a participação privada no negócio da irrigação (entendido nos aspetos de mercado, comercialização, agroindústria, implantação de projetos privados, participação nos projetos mistos), bem como criar condições para os pequenos produtores irrigantes dos projetos públicos desenvolverem-se. Quanto aos Polos de Irrigação do Nordeste, é importante terem acesso à caracterização específica do mercado, em aspectos, como: certificação de origem, certificação de qualidade e programação da produção. (BNB, 2001c. p. 86)

No âmbito dos serviços de apoio estariam: a criação de uma "plataforma de informações" em cada Polo de Irrigação do Nordeste, abrangendo informações básicas, tecnológicas, de mercado e gerenciais; fornecimento de "assistência técnica" não somente destinada a aspectos produtivos dos cultivares, mas também condizente com as dinâmicas de

mercado e, portanto, diretamente ligada a "gerenciamento da produção", com fins a uma inserção diferenciada na seara das relações pós-produtivas.

A assistência técnica mesclada e o gerenciamento de produção são listados no relatório como um dos serviços de apoio que deveriam atuar, de modo eficaz, sobre o conjunto de produtores inseridos nos projetos de irrigação. Esta assistência técnica, juntamente com a capacitação na gestão produtiva seriam condições para a promoção de uma produção agrícola competitiva em nível de mercado. De acordo com as propostas contidas no documento, sobre os "empreendedores familiares (pequenos irrigantes)" deveria incidir uma atenção especial por parte do Estado, na exata medida em que este ente governamental deveria "participar do gerenciamento da produção, mediante equipe especializada" (BNB, 2001c. p. 88). Além desse cuidado especial, que deveria ser destinado aos pequenos agricultores, é sugerido no documento que, de um modo geral, a assistência técnica, incumbida de atuar junto aos produtores rurais dos perímetros irrigados, deveria ser capacitada em temáticas não apenas propriamente ligadas à produção em termos técnicos, mas também em temas referentes à comercialização, exigências de mercado, gestão comercial e negociações em nível de mercados externos. Essa perspectiva específica advém de uma clara orientação do relatório, relativo ao entendimento de que "o procedimento de gerenciamento da produção, e não apenas assistência técnica, permite aos empreendedores familiares ou a pequenos irrigantes condições de competitividade," em espaços mercadológicos cada vez mais competitivos. (BNB, 2011c. p. 88)

Na pesquisa que foi desenvolvida, não foi possível identificar, a partir das entrevistas realizadas junto aos pequenos produtores e da observação em campo, a atuação de assistência técnica desta natureza por parte da gestão distrital, capaz de extrapolar a conduta comum de indicações e orientações restritas aos aspectos produtivos, sugerida pelo relatório idealizador do Novo Modelo de Irrigação. Não se afirma aqui, todavia, que este tipo de ação não esteja presente de uma forma ou de outra, no PISNC, mas apenas que junto aos produtores alvo da investigação de pesquisa não foi possível comprovar este tipo de atuação de assistência técnica.

Outro serviço de apoio que deveria compor o Novo Modelo de Irrigação seria a dimensão da Pesquisa e Desenvolvimento, uma vez que esta permitiria o delineamento mais adequado dos sistemas de produção e das estratégias de mercado a serem adotadas pelos

espaços produtivos como um todo, no sentido de vislumbrar uma introdução mais dinâmica e passível de sucesso no mercado nacional e externo.

A idealização de um "Programa de capacitação em gestão" também é mencionada como um serviço de apoio de força singular, na dinamização produtiva e promoção de sucesso dos empreendimentos agrícolas. Tal Programa deveria estar atento às peculiaridades inerentes ao local onde o perímetro estava inserido, isto é, ser condizente com as realidades econômicas, sócias e culturais onde seria desenvolvido, devendo ter, inclusive, a sensibilidade de lidar com as particularidades do público sobre o qual iria atuar. A ênfase na ideia de otimizar a gestão do empreendimento agrícola, parece sugerir que um dos problemas a serem combatidos pelo Novo Modelo de Irrigação é o insucesso na esfera do mercado advindo da ingerência produtiva e comercial. Não se expõe, no documento, em nenhum instante, a necessidade da criação de mecanismos regulatórios de mercado. Provavelmente, a defesa da ideia de integração da cadeia produtiva a partir da sobrevalorização do agronegócio, acaba por ofuscar os problemas que possam vir a estar conjugados ao surgimento desta dinâmica produtiva e comercial que extrapola os limites dos espaços produtivos, a exemplo do que fora estudado no presente trabalho.

Os "Serviços de gerenciamento ambiental" seria o último dos serviços de apoio, os quais são citados no documento-síntese. Este item evidencia a necessidade da preocupação com a adoção de técnicas de cultivo e manejo condizentes com as prerrogativas de um mercado cada vez mais exigente. Neste caso, o gerenciamento ambiental implicaria não apenas uma atuação produtiva com reduzido impacto sobre o meio-ambiente, mas sim também procedimentos que assegurassem a qualidade e sustentabilidade da produção.

As observações feitas nesta pesquisa permitem dizer que as condições de mercado para a parcela de pequenos produtores que foram analisados não são promissoras. Em outros termos, as possibilidades de comércio e parcerias que se apresentam aos *colonos* do PISNC que cultivam acerola não parecem das mais animadoras. Isso pode ser comprovado, sobretudo a partir dos relatos coletados nas entrevistas. A recorrência na fala de alguns produtores sobre a dureza de se enfrentar condições de mercado, não é rara, citando em maior ocorrência quesitos como baixos preços, limitadas parcerias comerciais em termos quantitativos e qualitativos, oscilações constantes nos preços, ausência de auxílio do estado, como formadores de um panorama comercial desfavorável à cultura de acerola.

Os documentos produzidos pelo Estado, através de seus órgãos de planejamento e execução, apresentam, de forma clara, os objetivos perseguidos com os programas de irrigação no Brasil e, em particular, aqueles desenvolvidos para a região Nordeste, voltados para o aumento da produção e da produtividade, cujas orientações centrais buscam a modernização e inserção do capitalismo no campo. (COELHO NETO, 2009. p. 5)

Pode-se dizer, então, que o PISNC teve sua configuração formada em virtude do conjunto de políticas que se estabeleceram a partir dos anos 1990 no sentido de reduzir a importância da participação do Estado nos perímetros públicos de irrigação. Por isso mesmo, espaços produtivos como estes se formaram cada vez mais dependentes da dimensão do agronegócio e da iniciativa privada.

## 2.1 As configurações atuais do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho e a pequena produção de acerola

Em relação ao universo dos pequenos produtores que cultivam acerola, o Quadro 2 traz a divisão destes produtores em cada núcleo do PISNC e a área total plantada de acerola em cada núcleo. Além disso, traz uma média da área planta em cada núcleo pelos produtores. Como podemos constatar a partir desta Tabela, os quatros primeiros núcleos produtivos em área cultivada são o N-04 com 353,22ha, N-09 atingindo 176,76ha, N-11 somando 173,8 e o N-03, com um total de 127,96ha. Em relação aos núcleos com o maior número de pequenos produtores que cultivam a ordem é praticamente a mesma, havendo apenas uma inversão entre os lugares ocupados pelo N-09 e pelo N-11, sendo a disposição a seguinte: N-04 com o maior número de produtores, 293; seguido pelos núcleos N-11, N-09 e N-03, possuindo cada um 52, 151 e 97 pequenos produtores, respectivamente.

Fica claro, portanto, que o N-04 é o núcleo onde é possível encontrar tanto o maior número de produtores, destinando parte de sua área de cultivo à acerola, quanto o que possui a maior área plantada, o que justifica, de certa forma, ter sido escolhido nesta pesquisa, como local de análise.

Quadro 2 - Divisão de pequenos produtores de acerola e área plantada por núcleo

	Núcleo <sup>16</sup>	Nº de pequenos produtores de acerola	Área total plantada de acerola (em hectares)	Área média plantada de acerola (em hectares)
	CA-NC	26	44,35	1,71
ÁREA NILO	N-01	21	27,2	1,30
COELHO	N-02	10	16,42	1,64
	N-03	97	127,96	1,32

Localizados no PAII - beirando o canal indo do N-01 ao N-11 estão 25 lotes, dentre os quais são produtores de acerola. Na Área Maria Tereza todos os lotes "CA" estão localizados ao longo do Canal Secundário CS 111.

	N-04	293	353,22	1,21
	N-05	47	49	1,04
	N-06	31	44,65	1,44
	N-07	45	60,16	1,34
	N-08	63	76,15	1,21
	N-09	151	176,76	1,17
	N-10	64	68,25	1,07
	N-11	152	173,8	1,14
	PA-II	5	9,3	1,86
	CA-MT	8	9,2	1,15
	N-17	22	26,55	1,21
	N-19	15	17	1,13
ÁREA MARIA	N-20	29	31,2	1,08
MAKIA TEREZA	N-21	23	25,72	1,12
•	N-22	40	47,8	1,20
	N-23	22	26,74	1,22
	N-24	4	2,7	0,68
ТОТ	TAL	1168	1414,13	1,21

Dados: Fornecidos pelo DINC Elaboração do autor

O Quadro 3 nos mostra a área de cultivo destinada à acerola no PISNC no ano de 2011, sendo possível identificar a área cultivada (incluindo plantas que ainda não iniciaram o processo de produção) e aquela que efetivamente gera produção. A variedade de acerola com a maior área produção no Nilo Coelho foi a Okinawa, seguida das variedades Sertaneja e Flor Branca. No espaço do Maria Tereza a variedade Sertaneja é predominante, estando em segundo e terceiro lugar, respectivamente os tipos Okinawa e Junko. Em números totais (somando a área Nilo Coelho e Maria Tereza) as variedades com maiores áreas em produção

são, em sequência, a Sertaneja com 328,54 hectares, Okinawa com 298,99 hectares e Flor Branca com 235,96 hectares.

Quadro 3 - Cultivo de acerola no PISNC (Levantamento de dados de produção em  $2011)^{17}$ 

	Nilo Coelho		Maria	Maria Tereza		Total	
	(Dez	(Dez 2011)		(Dez 2011)		(Dez 2011)	
	Área	Área em	Área	Área em	Área	Área em	
	cultivada	produção	cultivada	produção	cultivada	produção	
Acerola	34,50	32,49	3,10	3,10	37,60	35,50	
Comum	34,30	32,49	3,10	3,10	37,00	33,30	
Acerola	135,01	124,83	20,33	14,41	155,34	139,24	
Costa Rica	155,01	124,03	20,33	14,41	133,34	139,24	
Acerola	271,06	233,06	5,56	2,90	276,62	235,96	
Flor Branca	271,00	255,00	3,30	2,70	270,02	233,70	
Acerola	166,70	80,20	45,73	16,16	212,43	96,36	
Junko	100,70	00,20	73,73	10,10	212,43	90,30	
Acerola	278,52	276,14	22,93	22,85	301,45	298,99	
Okinawa	210,32	270,14	22,73	22,03	301,43	490,99	
Acerola	312,80	268,12	90,16	60,42	402,96	328,54	
Sertaneja	312,00	200,12	90,10	00,42	402,90	320,34	

Fonte: PLANTEC

Sistematizado pelo autor

O Gráfico 1 demonstra a evolução da área plantada de acerola no PISNC entre os anos de 1997 e 2004. A partir deste gráfico podemos perceber que entre 1997 e 1998 a área cultivada saltou dos 382,95 hectares para 453,44, um incremento de aproximadamente 18,40% em relação à área inicial plantada. Entre os anos de 1998 e 2000 há um pequeno decréscimo na área plantada em termos de 21,74 hectares que indica uma redução de 4,79% com base na área plantada em 1998, mesmo com a incorporação da área Maria Tereza que iniciou em 2000 o cultivo de acerola. A partir de 2000, não há mais redução na área plantada, e, portanto, esta passa a ser sempre ascendente. Entre os anos 2000 e 2004 a área plantada aumenta, em termos totais, em termos de 329,91 hectares ou 76,42% em relação a área plantada de 2000. No que tange às áreas em específico, entre os anos de 2000 e 2004, houve

\_

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Existe ainda algumas outras variedades, mas que não possuem expressividade em área plantada, por isso não foram incluídas nesta sistematização. Este dado, portanto, não pode ser confrontado com os números obtidos a partir dos dados cedidos pelo DINC.

um crescimento na área Maria Tereza de 36,49 hectares e na área Nilo Coelho de 293,42 hectares. Se ponderarmos o primeiro e o último ano registrado no gráfico, é possível observar que a área de acerola plantada praticamente dobrou, passou-se de 382,95 hectares plantados em 1997 para 761,61 hectares em 2004, uma adição de 98,87% em relação ao primeiro ano de contagem.

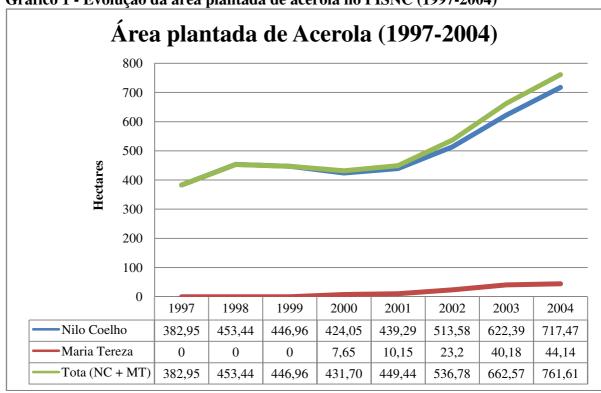


Gráfico 1 - Evolução da área plantada de acerola no PISNC (1997-2004)

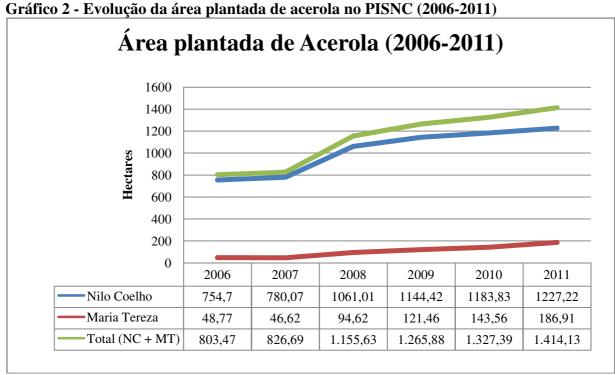
Fonte: Dados fornecidos pelo DINC

Elaboração do autor

O Gráfico 2, por sua vez, demonstra a evolução da área plantada entre 2006 e 2011<sup>18</sup>. Neste período, tanto para área do Nilo Coelho quanto para a área total não houve nenhum ano de redução da área plantada. Entre 2006 e 2007, o crescimento é irrisório, sinalizando quase uma estagnação. Em termos totais a área aumentou apenas 26,22 hectares (3,26% em relação ao ano primeiro), sendo que destes, 25,37 hectares são da expansão da área Nilo Coelho,

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Os dados referentes ao ano de 2005 não foram disponibilizados ao pesquisador, uma vez que, de acordo com o DINC os mesmos foram perdidos em uma mudança de sistema. Por isso tais dados não foram incorporados à análise.

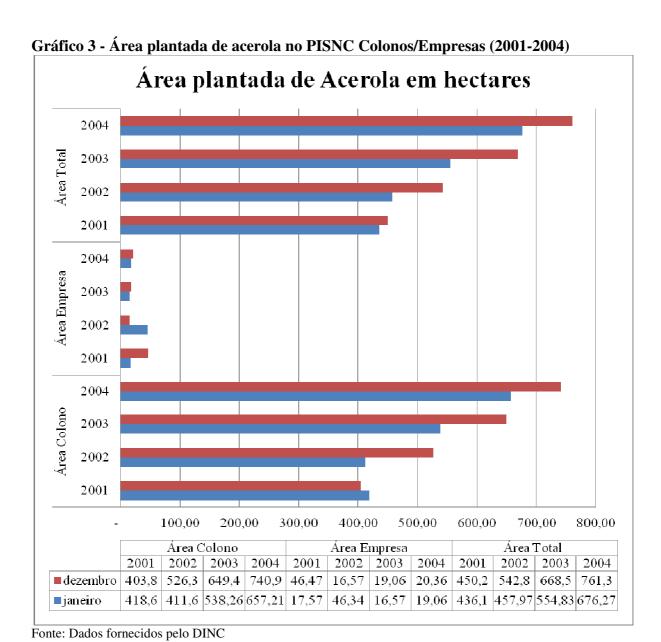
enquanto neste período a área Maria Tereza apresentou uma pequena queda na produção. O salto na área de produção ocorrido entre 2007 e 2008 representa um incremento, em termos totais, de 34,95% (cerca de 288,94 hectares) da área até então produzida, sendo que neste instante a área de produção no Nilo Coelho pula de 780,07 hectares para 1061,01 e a área do Maria Tereza 46,62 hectares plantados para 94,62. Entre 2008 e 2011 o crescimento é menor, porém permanente. Durante estes anos a área plantada total alcançou a casa dos 1.414,13 hectares, onde 1.227,22 são da área do Nilo Coelho e 186,91 da área do Maria Tereza. Observando apenas os números totais, vemos que em relação ao período como um todo, a expansão total chega a 610,66 hectares, uma margem de 76,00% em relação ao ano inicial de 2006. Crescimento menor que o ocorrido entre os anos de 1997 e 2004, mas ainda assim bastante expressivo.



Fonte: Dados fornecidos pelo DINC Elaboração do autor

O Gráfico 3 nos mostra a área plantada de acerola entre 2001 e 2004 e sua divisão entre a produção de pequenos produtores (colonos) e empresas (médias e grandes). Como pode ser observado, em todos os anos e meses, maciçamente a produção de acerola advém da pequena

produção, sendo que dentre os anos e meses analisados a menor proporção alcançada por esta em referência aos valores totais foi de 89,57%, em dezembro de 2001. Tomando como referência o mês de dezembro de cada ano vemos em relação a área total plantada que: no ano de 2001 a área dos colonos representou 89,57% em comparação aos 10,43% condizente com a área plantada das empresas; em 2002 esses valores foram 96,96% para a área dos colonos contra 3,06% da área das empresas; 2003 teve valores de 97,14% e 2,85% para a área de colonos e empresas, respectivamente; e em 2004 a área plantada de acerola entre os colonos alcançou 97,32% da área total, enquanto a área plantada das empresas representou apenas 2,67%.



Elaboração do autor

Algo interessante revelado por esta tabela é a intensa variação que ocorre em apenas um ano. No ano de 2002 a área de produção de acerola entre os colonos (pequenos produtores) saltou dos 411,60 hectares em janeiro para 526,30 hectares em dezembro do mesmo ano, um incremento em torno de 114,70 hectares. Outro elemento que pode ser percebido com a análise do gráfico é que as tendências de ampliação ou redução na área cultivada de acerola para colonos e empresas não é sempre a mesma, como podemos observar: no ano de 2001 (entre janeiro e dezembro) a área plantada de acerola entre os colonos retraiu-se, enquanto entre as empresas houve um aumento; já em 2002 (entre janeiro e dezembro) o comportamento foi inverso, com a área das empresas contraindo-se e a área dos colonos expandindo-se. Para 2003 e 2004 o padrão de expansão é comum a colonos e empresas. É importante destacar que há uma pequena diferença entre os valores observados no gráfico 1 e no gráfico 3 quanto a área plantada de acerola por pequenos produtores (colonos). Esta diferença se deve, em verdade, à diferença de metodologia de coleta de dados. O primeiro gráfico tem sua contagem realizada em meses diferentes daqueles que orientam os dados do gráfico3. Como se pode observar, esta diferença é bastante pequena e não coloca em risco a compreensão geral do panorama produtivo da acerola no PISNC.

# 3 OS PEQUENOS PRODUTORES DE ACEROLA E A CONDIÇÃO SUBALTERNA FRENTE ÀS AGROINDÚSTRIAS

#### 3.1 Perfil social dos pequenos produtores de acerola

Entre os indivíduos analisados, isto é, que responderam ao questionário, 37,25% afirmaram ter nascido no próprio estado de Pernambuco e sempre morado nele, sendo que somente 19,60% destes nasceram em Petrolina; cerca de 23,52% dos produtores afirmaram ter nascido no estado pernambucano, mas moraram em um município diferente do atual (Petrolina); enquanto 39,21% dos indivíduos afirmaram não ter nascido em Pernambuco. Entre os 62,73% agricultores que afirmaram não morar desde sempre no município de Petrolina, 11,76% dos sujeitos afirmaram morar na cidade há mais de 30 anos; 39,21% indicaram morar na cidade há mais de 25 anos; 3,92% vivem no referido município há mais de 20 anos; 5,88% há mais de 1 ano; e 1,96% 1 residem em Petrolina há pelo menos 2 anos. Apesar do alto percentual de indivíduos que não nasceram na cidade de Petrolina, o que indica uma trajetória de migração destes, mais da metade dos indivíduos, cerca de 54,89% dos produtores já vivem no município há pelo menos 20 anos.

No que se refere aos 39,21% dos produtores que não nasceram em Pernambuco, 19,60% deles nasceram na Bahia; 9,80% são piauienses de origem; 3,92% na Paraíba; 3,92% no Rio Grande do Norte; e 1,96% no Ceará. Foi possível perceber na pesquisa, em referência aos indivíduos estudados, que quando os produtores inseridos no PISNC não são nascidos no município de Petrolina, são migrantes vindos do próprio estado de Pernambuco, e quando não, são sujeitos que deixaram, na grande maioria, os estados vizinhos ao de Pernambuco, com a exceção do Rio Grande do Norte. Foi possível identificar, ainda, que praticamente a totalidade destes sujeitos são provenientes de cidades do interior dos seus estados, que não apresentam muito dinamismo econômico.

Quando questionados sobre sua situação conjugal, mais especificamente se viviam em companhia de cônjuge, 40 indivíduos afirmaram positivamente quanto a vivência com a cônjuge em dias atuais, 6 deles afirmaram não mais viver atualmente, mas já viveram,

enquanto 5 disseram que nunca viveram. Dentre os que vivem em companhia de cônjuge apenas 7 não se casaram, a relação é fruto de união consensual, os demais são casados, sendo que 16 casaram-se apenas no civil e 17 no civil e no religioso.

Em relação à situação profissional do cônjuge, 31,37% dos agricultores afirmaram que a(o) companheira(o)<sup>19</sup> é "do lar", isto é não trabalham fora; 5,88% afirmaram que seus cônjuges são profissionais liberais autônomos; 1,96% afirmaram ser empresário/empregador; 1,96% indicou o cônjuge como empregado em tempo integral (44 horas semanais ou mais); 5,88% sugeriram que o cônjuge é empregado em tempo parcial; 1,96% afirmou ser desempregado; 3,92% afirmaram que seus cônjuges são aposentados por tempo de serviço; e 27,45% dos entrevistados responderam que o cônjuge tinha "outras" atividades que não listadas na pesquisa. Muitos dos entrevistados homens acabaram afirmando que as esposas desempenhavam atividades com remuneração na maioria das vezes, mas nada de trabalho fixo, e portanto, não sabiam como enquadrar dentro das respostas constantes no questionário. Cerca de 1,96% dos entrevistados não sabia informar ou não respondeu a questão.

Diversos pesquisadores destacam a importância da variável escolaridade dos produtores irrigantes para o sucesso econômico de um perímetro público irrigado. De acordo com Ortega e Sobel (2010), os pequenos produtores que possuem um grau mais elevado de escolaridade valorizam o acompanhamento técnico de sua produção por um profissional especializado, o que lhes possibilitam alcançar uma melhor produtividade além de lhe facilitar a inserção nas dinâmicas de mercado. A pesquisa que foi realizada indica que a valorização da assistência técnica não, necessariamente, ocorre apenas nos agricultores com grau de escolaridade elevado. Considerando que a maioria dos agricultores entrevistados não possuem nem o ginásio incompleto (60,76%), ainda assim foi possível identificar que os mesmos entendem como altamente benéfica a atuação da assistência técnica junto à produção agrícola.

Em relação a amostra trabalhada, o Gráfico 4 indica as respostas obtidas quanto à questão da escolaridade entre os pequenos produtores de acerola que foram investigados nesta pesquisa. Como pode ser observado, 17,64% dos produtores afirmaram não possuir nenhum grau de escolaridade, sendo, portanto, analfabetos; 21,56% indicaram possuir o nível primário incompleto; outros 21,56% possuem o nível primário completo; 3,92% detêm o nível ginasial incompleto; 13,72% tem o ginásio completo; 3,92% ainda não completaram o colegial; e

\_

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Dentre os produtores investigados apenas uma mulher figura como responsável pelo lote agrícola.

17,64% já completaram tal grau de escolaridade; nenhum dos produtores apresentou escolaridade correspondente ao nível superior de ensino.

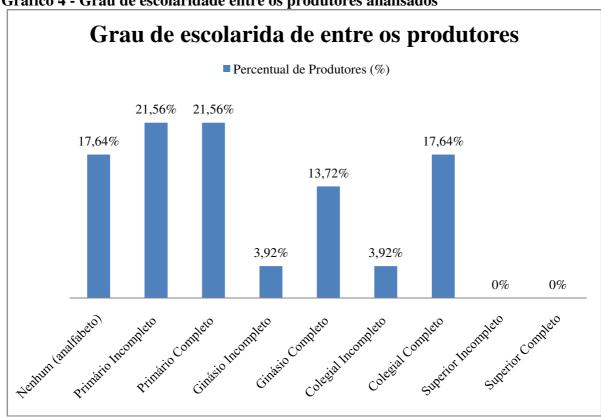


Gráfico 4 - Grau de escolaridade entre os produtores analisados

Fonte: Dados coletados na pesquisa Elaboração do autor

No intuito de compreender um pouco melhor sobre a composição da renda destes produtores, foi questionado se os sujeitos possuíam rendimentos provenientes de outras fontes que não propriamente a agricultura. Sobre estes rendimentos a Tabela 1 demonstra que 27,45% dos questionados responderam receber aposentadoria ou pensão proveniente de institutos de previdência oficiais, enquanto 11,76% sinalizaram que o recebimento de alugueis de imóvel são somados aos seus rendimentos, e 35,29% dos sujeitos responderam que recebem auxílio de programas sociais do governo federal como Bolsa-Família ou PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Nenhum dos sujeitos confirmou ter algum rendimento provindo de outros programas sociais (municipais e/ou governamentais, nem de

outras fontes como poupança ou aplicações financeiras). É importante frisar, ainda, que 25,49% dos sujeitos não possuem nenhum dos rendimentos abaixo citados.

Tabela 1 - Percentual de produtores com rendimentos além da agricultura

OUTROS RENDIMENTOS ALÉM DA AGRIC	ULTURA	
	Quantidade	%
Aposentadoria ou pensão de Instituto de Previdência Oficial (Federal, Estadual ou Municipal)	14	27,45%
Aluguel de Imóvel	6	11,76%
Programa Social (Bolsa-Família ou PETI)	18	35,29%
Outros programas sociais ou de transferência de renda (oficial)	0	0%
Outras fontes (juros de poupança, aplicações financeiras, etc.)	0	0%

Fonte: Dados coletados em pesquisa.

Elaborado pelo autor

Quando questionados sobre o desempenho de alguma atividade profissional remunerada fixa além do trabalho junto à produção de acerola, apenas 19,60% dos produtores afirmaram positivamente à pergunta. Entre estes, 1,96% afirmaram atuar no ramo de serviços de alimentação, 9,80% indicaram o comércio varejista/atacadista como ramo de atividade, 1,96% trabalham nos serviços de reparação de produtos, 1,96% em serviços de educação, saúde, assistência social, lazer e serviços pessoais e domésticos, enquanto 3,92% dos sujeitos afirmaram possuir outra atividade remunerada distinta das que foram listadas na pesquisa. Também foi perguntado aos indivíduos pesquisados se os mesmos possuíam alguma atividade profissional remunerada de natureza não fixa, à exemplo de "bicos", sendo que 17,64% dos indivíduos sinalizaram realizar este tipo atividade. Considerando que nenhum dos indivíduos possui os dois tipos de atividades remuneradas (fixas e não fixas), podemos dizer que na amostra em questão 37,25% dos produtores que foram questionados possuem algum tipo de atividade remunerada além da agricultura. Essa realidade pode ser considerada como indício do fenômeno da pluriatividade no ambiente agrícola estudado.

No âmbito dos questionamentos referentes à renda proveniente da atividade agrícola, houve uma notável dificuldade dos entrevistados em responder a estas questões. Isso pode ser notado pelo elevado número de questionários, aos quais os indivíduos não responderam ou não souberam informar com precisão. Na amostra pesquisada as questões acerca dos rendimentos da produção de acerola no período de safra e entressafra<sup>20</sup> foram relativas à última safra, todavia muitos indivíduos não souberam informar os valores referentes.

No que tange ao rendimento bruto mensal proveniente da produção de acerola na última safra, 11,76% dos indivíduos afirmaram que este rendimento ficou entre R\$ 1.000,00 e R\$1.500,00; 3,92% indicaram que este rendimento esteve entre R\$1.500,00 e R\$2.000,00; 1,96% sinalizaram entre R\$2.000,00 e R\$2.500,00; 5,88 indicaram entre R\$2.500,00 e R\$3.000,00; outros 5,88% sugeriram entre R\$6.000,00 e R\$6.500,00; 3,92% optaram pelo intervalo entre R\$6.500,00 e R\$7.000,00; mais 3,92% selecionaram o item que indicava a faixa que vai de R\$8.000,00 a R\$8.500,00; 3,92% apontaram rendimentos na faixa entre R\$9.000,00 e R\$9.500,00 e apenas 1,96% indicaram seus rendimentos entre R\$9.500,00 e R\$10.000,00. Espantosamente 56,85% dos indivíduos não souberam informar ou não responderam a questão.

Para esse número elevado de sujeitos que não souberam informar ou não responderam a questão, imaginamos duas causas possíveis de explicar este fato: os indivíduos não gerenciam a produção de maneira a contabilizar os gastos, volume da produção, rendimentos ou coisas do gênero; ou os indivíduos são receosos de informar dados sobre os seus rendimentos financeiros. A primeira hipótese, em verdade, poderia parecer mais razoável uma vez que nas entrevistas, nas conversas com os técnicos e nas visitas aos lotes dos produtores foi possível notar que a contabilização da produção não é um hábito entre os pequenos agricultores do espaço produtivo analisado. Além disso, na própria aplicação dos questionários foi possível entender que os indivíduos tentavam responder a questão, no entanto, ao final percebiam que não detinham a informação adequadamente, isto é, com a precisão esperada pelas questões. Todavia, as conversas informais, que se realizaram em diversos momentos da pesquisa com os produtores, indicam algo curioso, a saber, a capacidade de estimar ainda que em termos relativos ganhos e perdas com a produção

\_

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> As respostas referente ao rendimento bruto mensal proveniente da produção de acerola em período de entressafra se mostram bastante contraditórias se confrontadas com as respostas do período de safra, optamos em não trabalhar estes dados, mas somente os correspondentes aos rendimentos em período de safra.

agrícola de acerolas. Isso nos leva a perceber que embora grande parte dos agricultores não realize uma contabilidade fixa e constante envolvendo a produção, ainda assim os mesmo são capazes de especificar valores ainda que os mesmos não estejam dentro de parâmetros e escalas estipulados pelo pesquisador, como foi o caso da nossa pesquisa. Neste sentido, embora a maioria dos atores sociais em estudo não tenham informado, com a precisão exigida pelo questionário, os ganhos obtidos com a atividade agrícola, isso não implica dizer, necessariamente, que os mesmo sujeitos não possuem uma capacidade de gerenciamento produtivo. Muito pelo contrário, ainda que a leitura da geração da renda agrícola, dos lucros, dos gastos e de outras variáveis possíveis não se processem nos mesmos moldes idealizados ou visíveis ao pesquisador, os agricultores, longe de estarem totalmente alheios a estas referencias numéricas, utilizam mecanismos próprios de orientação no que tange ao processo produtivo, à geração de lucros e demais questões.

Essa situação demonstra-nos a importância da utilização de instrumentos de coleta de dados capazes de apreender a realidade social nos termos em que ela se apresenta para os próprios atores sociais. É um tanto presunçoso imaginar que os sujeitos apreendam a realidade social nos mesmos termos que o pesquisador, neste caso específico, foi equivocado imaginar que a apreensão da renda gerada pelo trabalho agrícola pudesse ser facilmente quantificada em simples números, como se as inúmeras complexidades da geração de renda na agricultura fossem facilmente ponderadas e sintetizadas em um único número.

É de suma importância destacar, no que diz respeito a esta questão da renda, o fato de que, sendo a renda bruta oriunda da venda da produção no momento da safra, não foi contabilizado até então os gastos envolvendo a produção (também no nível pós-colheita). Sendo assim, foi possível perceber, sobretudo a partir das entrevistas, que os lucros são bastante reduzidos, embora aparentemente possa parecer, a quem não estiver ambientado com a realidade social em questão, que estes valores (rendimento bruto mensal em período de safra) sinalizam para uma condição produtiva bastante confortável. Pelo contrário, os produtores foram enfáticos, em sua grande maioria, em destacar a dificuldade de manter-se economicamente, se a renda for exclusivamente da acerola.<sup>21</sup>

\_

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Neste caso, tanto os produtores que só cultivavam acerola quanto aqueles que produziam outra cultura além desta, sinalizaram para a mesma dificuldade, em face de elevados custos produtivos, dificuldade de comercialização e a recente "baixa" no preço da acerola.

Ao confrontarmos a renda bruta mensal da produção de acerola em época de safra com a renda bruta mensal individual, é possível notar quão distantes são os valores. Para se ter uma ideia, 43,13% dos indivíduos afirmaram que a renda individual mensal não ultrapassa os R\$ 1.000,00; enquanto 21,56% indicaram que a mesma fica entre R\$1.000,00 e R\$ 2.000,00, e somente 3,92% disseram que a renda individual está entre e R\$2.000,00 e R\$3.000,00. Não souberam informar ou não responderam totalizaram 31,37%<sup>22</sup>.

Tendo em vista que 92,15% dos pesquisados afirmaram que as suas respectivas rendas individuais mensais eram uma das duas principais fontes econômicas da família, e que 62,69% possuem rendimentos individuais mensais que não ultrapassam R\$2.000,00, é possível percebermos como a renda familiar mensal destes produtores é limitada. Neste contexto, é preciso estar atento que em relação a pequenos produtores rurais o rendimento em época de safra não é um indicativo direto de elevada condição econômica dos mesmos. Muitas vezes estes números escondem uma realidade econômica difícil, um número elevado de dependentes desta renda (grandes grupos familiares), altos gastos do processo produtivo e outras situações.

Nos questionários também foram realizadas perguntas referentes aos indivíduos residentes no domicílio do qual faz parte, ou seja, no sentido de apreender elementos pertinentes à composição familiar. Neste sentido, foi constatado primeiramente, que 92,13% dos domicílios onde residem os produtores e suas respectivas famílias são de propriedade (já pagos) dos mesmos; 3,92% destes domicílios são alugados; e mais 3,92% são cedidos por familiares<sup>23</sup>. Um percentual 43,13% dos indivíduos sinalizaram que no domicílio residem 4 pessoas; 21,56 indicaram 3 pessoas; 13,72% apontaram que no domicílio residem 5 pessoas; 9,80% afirmaram morar apenas 2 pessoas no domicílio; enquanto 3,92% disseram que 6 pessoas residiam no domicílio; 3,92% indicaram 7 residindo; e 3,92 indicaram 9 pessoas residindo no domicílio do qual faz parte.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Em relação a este elevado número acreditamos que os sujeitos encontraram dificuldade em ponderar a renda individual a partir da atividade agrícola. Como os rendimentos agrícolas não são fixos estando sujeitos a influências imponderáveis (como pragas, problemas com a cultura, situação de mercado) muitos dos pesquisados afirmaram não saber informar justamente por sua renda ser exclusivamente proveniente da agricultura.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Embora possa ser verificado, no apêndice do questionário que foi aplicado, que dentre as alternativas possíveis de serem escolhidas nesta questão se encontre a alternativa "cedido de outra forma", os próprios pesquisados afirmaram ter sido familiares que cederam a casa para os produtores. Em visita ao núcleo produtivo analisado não é difícil encontrar duas casas construídas em um mesmo terreno, indicando a expansão familiar, mas a divisão em núcleos distintos, é o caso de filhos homens que constituem família, assumem a administração do lote familiar de propriedade de seus pai, passando a morar em uma outra casa no mesmo terreno de seu pais.

Em relação aos membros que residem neste domicílio, 47,05% dos agricultores indicaram que o número de adultos chega a 2 pessoas; 25,49% mostraram que este número é de 4 pessoas; 21,56% dos sujeitos questionados disseram que das pessoas que compõem o domicílio 3 são adultos; e 5,88% dos sujeitos indicaram que dentre os adultos que compõem o domicílio o número fica entre 5 e 6 pessoas. Acerca dos residentes abaixo da maior idade, são possíveis encontrar os seguintes números: aproximadamente 58,81% dos sujeitos questionados indicaram que a quantidade de menores de idade no domicílio não ultrapassa duas pessoas; e 19,60% indicaram uma quantidade entre 3 e 4 pessoas; os demais sujeitos, cerca de 21,59%, afirmaram que não residem menores de idade em seus domicílios.

É oportuno destacar que estes menores de idade nem sempre são filhos dos respectivos produtores. Em muitos casos foi possível identificar situações, sobretudo no caso dos núcleos familiares mais extensos, que os menores de idade residentes nos domicílios dos produtores, eram sobrinhos e netos destes indivíduos. As estatísticas referentes ao número de filhos dependentes financeiramente dos produtores é importante para se compreender essa questão. Entre os pesquisados, 21,56% negaram ter filhos; enquanto 78,44% confirmaram ter filhos. Essa referência numérica já é bastante pertinente para compreender o baixo número de residentes menores de idade nos domicílios.

### 3. 2 Aspectos gerais da pequena produção de acerola

A configuração dos lotes investigados, no que tange ao tamanho do mesmo e à área destinada à produção de acerola deste mesmo lote, teve notável variação, como se pode observar no Quadro 4. Entre os produtores que foram estudados apenas 13,72% afirmaram não ser proprietário do lote agrícola onde está produzindo, se colocando na condição de arrendatário; os outros 86,25% dos agricultores são proprietários dos lotes onde produzem acerola e outras culturas. A média geral total da área do lote agrícola dos produtores é de 5,27 hectares, sendo que, em valores discriminados, a média da área do lote entre os proprietários é 5,38 hectares, enquanto que para os arrendatários esta média fica em 4,54 hectares. No que

tange à área de produção de acerola, entre os produtores proprietários a média da área produzida girou em torno de 1,72 hectares, ao passo que nos produtores arrendatários este valor ficou próximo dos 2,01 hectares, tendo ficado a média geral total a área cultivada com acerola em 1,76 hectares<sup>24</sup>.

O caso do produtor com área de produção maior de 7,00 hectares, delimitação padrão utilizada pelo DINC para enquadrar os pequenos produtores, do produtor que declarou uma área total do lote de 14,00 hectares e uma área de produção de acerola em torno de 8,0 hectares, não é muito raro de se encontrar no PISNC. É possível encontrar, no projeto de irrigação em estudo, pequenos produtores com áreas maiores que 7,00 hectares, em virtude da conjunção de área com outros proprietários ou mesmo em virtude da aquisição de outros lotes.

Quadro 4 - Área do lote e área destinada à acerola entre os produtores analisados Área do lote e área destinada à produção de acerola (Entrevistados)

Situação de posse	Área do lote em ha	Área da acerola em ha	Situação de posse	Área do lote em ha	Área da acerola em ha
Proprietário	6,0	1,8	Proprietário	5,0	1,8
Proprietário	14,0	8,0	Proprietário	4,0	2,5
Proprietário	6,6	1,2	Proprietário	3,0	3,0
Proprietário	5,0	1,4	Proprietário	7,0	1,4
Proprietário	2,0	1,3	Proprietário	7,0	1,3
Proprietário	4,5	1,6	Proprietário	6,5	1,1
Proprietário	6,4	1,1	Proprietário	6,0	1,0
Proprietário	6,6	1,5	Proprietário	6,0	1,1
Proprietário	6,4	1,0	Proprietário	5,5	1,8
Proprietário	5,6	1,2	Proprietário	6,2	1,7
Proprietário	7,0	1,2	Proprietário	5,0	1,1
Proprietário	7,0	2,0	Proprietário	4,0	1,2
Proprietário	1,3	1,3	Proprietário	3,0	1,9

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> É possível destacar que os valores encontrados na amostra, especificamente no que tange à área de produção de acerola, foi sensivelmente maior que a média geral entre os produtores do N-04.

Proprietário	3,3	1,2	Proprietário	7,0	1,4
Proprietário	6,0	1,1	Proprietário	6,2	1,1
Proprietário	5,0	1,4	Proprietário	5,4	2,0
Proprietário	4,5	0,8	Proprietário	6,4	1,2
Proprietário	6,0	1,5	Proprietário	3,3	1,3
Proprietário	3,8	1,8			
Proprietário	4,0	1,7	Arrendatário	4,0	2,1
Proprietário	2,9	1,9	Arrendatário	5,0	3,4
Proprietário	6,0	1,5	Arrendatário	7,0	2,0
Proprietário	6,0	1,8	Arrendatário	6,0	1,7
Proprietário	4,6	3,6	Arrendatário	2,0	1,6
Proprietário	3,0	3,0	Arrendatário	4,0	1,7
Proprietário	7,0	2,0	Arrendatário	3,8	1,6

Fonte: Dados coletados em pesquisa. Elaborado pelo autor

Mesmo que não tenham sido abordados neste estudo com a devida profundidade, é preciso destacar que no PISNC, nos núcleos onde se encontram os pequenos produtores, foi possível destacar, nas incursões de pesquisa, diversos casos de produtores que aumentaram a área de produção. Este aumento na área de produção acontece, na maioria das vezes, a partir de duas possibilidades básicas. Na primeira possibilidade de expansão, produtores de uma mesma família com lotes vizinhos unem suas áreas de produção formando áreas maiores que sete hectares. Neste caso, os familiares todos estão engajados no processo produtivo, sendo que geralmente se destaca um deles no que se refere à gestão da produção e negociações comerciais. A outra possibilidade de expansão da área de produção ocorre quando um pequeno produtor acumulou algum capital e investiu na compra de outra área de produção além da que já possuía. Estes indivíduos optam, na maioria das vezes, pela aquisição de lotes vizinhos ao que já possui e assim expandem a área de produção. Não inseridas propriamente nestes casos de expansão da área produzida em situação permanente, há também casos nos quais se encontram produtores que arrendam, sozinhos ou em parceria com outros, terras em outros lotes para produção agrícola. Sendo assim, expandem sua área de produção, mas não permanentemente. Os arrendatários que foram analisados nesta pesquisa já arrendam a terra a mais de oito anos.

O tempo de trabalho destinado à produção de acerola e ao cultivo agrícola em geral mostrou-se diverso. Em torno de 60,77% dos produtores afirmaram destinar entre 6 e 8 horas à atividade agrícola; 17,64% indicaram que este tempo fica entre 4 e 6 horas; 1,96% destinam entre 2 e 4 horas do seu dia à atividade de produção agrícola; e apenas 7,84% indicaram dedicar acima de 8 horas à produção. A produção com razoável nível de desenvolvimento tecnológico, utilização de técnicas de irrigação de fácil manutenção, a relativa facilidade no manejo da acerola, a participação familiar no processo produtivo, proximidade entre a área de produção (lote agrícola) e a residência, e o desempenho de outras atividades, inclusive remuneradas, são fatores importantes que influenciam um menor de tempo de trabalho "na roça". O cenário produtivo encontrado no PISNC sugere, neste contexto, uma tendência à redução do tempo do produtor na área de produção, contrastando, quanto a este aspecto, com realidades produtivas de área de sequeiro em períodos históricos anteriores.

A produção de acerola se configura como atividade muito importante entre os pequenos produtores pesquisados, contudo, não é para todos que a produção e comercialização desta fruta pode ser classificada como principal fonte de renda. Entre os sujeitos que foram questionados, 23,52% não lista a produção de acerola como principal fonte de renda, ao passo que 76,45% afirma ser a cultura da acerola a principal fonte de renda. É oportuno destacar que o número de produtores que cultivam outras culturas não é baixo, e por isso mesmo a acerola não pode ser indicada como a principal cultura dos lotes agrícolas dos sujeitos investigados. As outras culturas são também culturas frutícolas comerciais, tais como: goiaba, melão, manga e coco. Ainda ponderando esta questão, é possível afirmar que para grande parte dos agricultores, a produção de acerola é central na composição da renda.

Um dado interessante que foi identificado nesta pesquisa foi que, embora alguns estudos sugiram que a rotatividade em torno da propriedade dos lotes agrícolas seja relativamente elevada no PISNC (ORTEGA; SOBEL, 2010), a nossa pesquisa destacou que a maioria dos entrevistados produzem no PISNC há mais de 10 anos. Isso pode ser um indicativo de que para os produtores de acerola a tendência é que a rotatividade seja bem menor, do que em lotes agrícolas destinados a culturas de frutas para exportação como uva e manga. Como podemos observar na Tabela 5 (onde foram destacados apenas os períodos com representatividade), parte considerável dos entrevistados, aproximadamente 82,33%, afirmaram ser produtor agrícola no referido projeto há mais de 14 anos. Podemos dizer também, que apenas 13,72% da amostra é produtor no PISNC há menos de 10 anos.

Quando questionados acerca do tempo que cultivam acerola, os indivíduos nos deram respostas bem diferenciadas. A partir do Quadro 5, podemos perceber que mais da metade dos sujeitos produtores, em torno de 58,81%, cultivam a acerola há mais de 14 anos no PISNC; 15,68% trabalham com esta cultura há um período entre 12 e 14 anos; outros 11,76% entre 10 e 12 anos. Podemos dizer, então, que 86,25% dos produtores trabalham com a acerola há pelo menos 10 anos.

Quadro 6 - Tempo de produção no PISNC/Tempo de cultivo de Acerola no PISNC

Tempo em que é produtor agrícola no PISNC	Percentual entre os agricultores analisados (%)
Entre 1 e 2 anos	1,96%
Entre 2 e 4 anos	1,96%
Entre 4 e 6 anos	7,84%
Entre 8 e 10 anos	1,96%
Entre 10 e 12 anos	1,96%
Entre 12 e 14 anos	1,96%
Acima de 14 anos	82,33%
TOTAL	100% (99,97%)

Percentual entre os agricultores analisados (%)
1,96%
1,96%
5,88%
1,96%
1,96%
11,76%
15,68%

Acima de 14 anos	58,81%
TOTAL	100% (99,97%)

Fonte: Dados coletados em pesquisa. Elaborado pelo autor

Essa realidade da produção de acerola entre os pequenos agricultores não é, portanto, algo novo, nem tampouco os produtores que a cultivam são novatos no trabalho com esta cultura. Muito pelo contrário, o que foi percebido é que desde a entrada destes produtores no âmbito da produção irrigada no PISCN, a grande maioria deles teve contato com a cultura da acerola e esta se mostrou uma cultura viável em virtude dos baixos custos de produção, do preço de comercialização e da relativa facilidade no manejo. Inclusive esta compreensão também se origina a partir de dados obtidos nos questionários.

Os indivíduos foram perguntados acerca dos motivos que lhes levaram a produzir acerola, tendo sido disponibilizado oito itens possíveis de serem selecionados como respostas, podendo marcarem quatro deles, sendo estes: baixo custo inicial para produção; facilidade de manejo; bons preços no mercado; possibilidade de firmar parceria como fornecedor de alguma empresa específica; facilidade de comercialização; conhecimento que tinha sobre a cultura; ou estímulo externo (de consultores, técnicos, outros produtores, órgão governamentais, etc.). Dentre estes itens, os quatro mais citados pelos produtores em ordem crescente do primeiro para o quarto foram, respectivamente: "baixo custo inicial para produção", "facilidade de comercialização"; "facilidade de manejo" e "bons preços no mercado"/"conhecimento que tinha sobre a cultura" (na quarta posição estes dois itens empataram em número de respostas).

Quanto ao emprego de trabalhadores na produção, apenas 15,68% afirmaram empregar algum tipo de trabalhador fixo<sup>25</sup> na produção, contra 84,32% que negaram o emprego de trabalhadores deste tipo. Entre os que empregam trabalhadores fixos 62,50% disseram empregar apenas 1 trabalhador fixo, enquanto 37,50% indicaram que empregam 2 trabalhadores. Ainda em torno destes produtores que empregam trabalhadores fixos (15,68% do total), 62,50% afirmaram que emprega o(s) trabalhador(es) em tempo integral, (acima de 30 horas semanais), ao passo que 37,50% sinalizaram empregar este(s) trabalhador(es) em

\_

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup>Os trabalhadores fixos considerados são trabalhadores que trabalham no regime da CLT, com carteira de trabalho devidamente assinada.

tempo parcial (até 30 horas semanais). É importante destacar ainda que em período de safra 100% dos trabalhadores fixos empregados na produção de acerola, independente da condição de trabalho integral ou parcial, auxiliam na atividade de colheita.

No período de safra da acerola a necessidade de mão de obra complementar para a colheita é comum à quase totalidade dos produtores, uma vez que 96,08% dos produtores contratam trabalhadores especificamente para colheita, e apenas 3,92% não contratam nenhum trabalhador na colheita. Entre a parcela que contrata trabalhadores na safra, destinados exclusivamente à colheita, um percentual de 35,29% empregam até 6 trabalhadores; 17,61% empregam até 4 trabalhadores; 17,61% empregam até 2 trabalhadores; 9,80% envolvem até 8 funcionários; 11,76% empregam até 10 funcionários; 3,92% empregam até 16 trabalhadores; e 3,92% empregam até 20 funcionários em época de colheita. Os trabalhadores contratados em época de safra, destinados à colheita da acerola, são trabalhadores exclusivamente pagos por produção, isto é, por caixa (20 kg) colhida de acerola. Os valores pagos variam de acordo com o grau de maturação do fruto, se a colheita for destinada à acerola verde o valor pago pela caixa colhida é de R\$ 6,00, enquanto que para a acerola madura este valor é de R\$ 5,00. A variação entre estes valores ocorre por conta das peculiaridades em torno da colheita do fruto verde, uma vez que esta se mostra mais difícil em virtude da dificuldade da catação do fruto em meio a uma folhagem que possui uma cor similar ao fruto, diferente do da catação em relação ao fruto maduro. Foi possível perceber a partir das entrevistas que em período de grande safra há,, inclusive, uma dificuldade em conseguir mão de obra para a colheita da acerola. Muita desta dificuldade está relacionada também à grande quantidade de trabalhadores que se dedicam à colheita da uva.

No que tange ao trabalho familiar, foi possível comprovar que 80,37% dos produtores contam com alguma ajuda da família no cultivo da acerola, enquanto 19,60% afirmaram que nenhum membro da família trabalha em alguma etapa da produção. Os familiares mais citados foram filhos (homens), irmãos, e esposas, seguidos de pais (homens), irmãos e cunhados. A forte presença da família no processo produtivo é um indicativo irrefutável da característica familiar da pequena produção no PISNC. Os produtores que afirmaram não contar com o auxílio dos familiares na produção da acerola indicaram que muitos dos indivíduos estão inseridos em outras atividades produtivas no PISNC e mesmo, em alguns casos, em atividades não propriamente agrícolas. É oportuno destacar, contudo, que muito embora essa ajuda não aconteça de modo sistemático e contínuo, muitos dos produtores

afirmaram que ainda assim, em fins de semanas ou outros dias fortuitos podem contar com o auxílio dos membros da família em alguma atividade relacionada à produção agrícola em seus respectivos lotes. Isso nos leva a perceber que embora estes produtores não considerem como uma ajuda efetiva o auxílio dado por algum familiar em oportunidades raras, ainda assim, de um modo ou de outro, a família se envolve, ainda que em graus variados, no processo produtivo agrícola.

Sobre o auto consumo da produção de acerola, foi possível visualizar que a maioria dos produtores, aproximadamente 68,61%, não destinam nenhuma quantidade prévia da produção com fins ao consumo de seus núcleos familiares; 5,88% dos produtores indicaram que a depender dos preços do mercado e das condições de colheita destinam parte de suas produções de acerola para as próprias famílias; enquanto 25,49% afirmaram destinar, com intenção prévia, uma parcela da acerola produzida para ser consumida em seu próprio domicílio. Em conversas informais, para além do instante da aplicação dos questionários, os produtores deixaram transparecer uma certa percepção distintiva entre as culturas comerciais e as culturas de subsistência. Não raro ouvimos produtores indicar que o alto consumo seria preferível em culturas como a mandioca, feijão, fava, etc. Em verdade, nada impede o produtor de destinar alguma parte da acerola para o consumo próprio e da família. Todavia, perece que os indivíduos em questão julgam não ser eficiente, do ponto de vista do cálculo do lucro, o desvio de alguma parcela da produção. Neste caso, aproveitar os valores que o mercado oferece pelo fruto é mais conveniente que destinar alguma fração da produção ao consumo.

Embora a produção de acerola se configure enquanto um dos componentes mais importantes na composição da renda dos pequenos produtores, a maioria destes não destina sua área de produção integralmente para a acerola. Em torno de 66,65% dos agricultores produz outra cultura além da acerola, e somente 33,33% produzem somente acerola. Em relação a estes últimos, foi possível perceber muitos produtores que não utilizam ainda a totalidade da área possível de ser aproveitada com produção agrícola irrigada, e portanto, ainda cultivam somente a acerola, outros produtores, por sua vez, ocupam integralmente a área de produção com a acerola , mas estes não ultrapassam a faixa dos 12,00%.

Entre os 66,65% dos produtores que cultivam outra cultura além da acerola, 15,68% cultivam banana; 5,88% produzem goiaba; 23,52% se dedicam também à cultura do coco<sup>26</sup>; 1,96% produzem melão; 13,72% cultivam manga; 1,96% produzem mandioca; e 5,92% produzem outras culturas. Entre os produtores que cultivam banana, cinco deles não a produzem em área superior a 1 hectare, e três produzem, cada um deles respectivamente, em áreas que vão de 1 a 2 hectares, de 2 a 3 hectares, e de 3 a 4 hectares. O cultivo de coco é feito pela maioria dos produtores, 8 em área que vai de 1 até 2 hectares, havendo também 4 produtores que têm áreas cultivadas em torno de 2 a 3 hectares. Para o Melão e Mandioca encontram-se produtores (apenas 2) que não lhes destinam áreas superiores a 1 hectare. Todos os produtores que destinam área ao cultivo da Goiaba, lhes dedica área de produção que varia entre 1 e 2 hectare. As "outras culturas" são cultivadas por apenas dois produtores cada um destinando, respectivamente uma área de até 1 hectare e de 1 a 2 hectares. Deve ser frisado que embora não tenhamos contabilizado em nossa amostra nenhum caso onde os produtores possuíam mais de uma cultura além da acerola, isso não é algo difícil de ser encontrado no PISNC, nem tampouco no N-04. Outro aspecto a ser destacado é que entre os produtores do espaço estudado predomina o cultivo de culturas comerciais e não de subsistência.

Quanto às variedades de acerola que são cultivadas pelos produtores foi possível perceber que a totalidade dos produtores trabalham com mais de uma variedade, chegando a existir casos em que os produtores cultivam na mesma área até 4 variedades de acerola. A variedade mais cultivada em número de produtores é a "Flor Branca", sendo produzida por volta de 70,57%. A variedade "Okinawa" é a 2ª variedade mais plantada pelos produtores, cerca de 62,73%, e a variedade "Sertaneja" é a 3ª, cultivada por 31,37% dos produtores. Em área cultivada, a ordem só é alterada entre as primeiras variedades, a "Flor Branca" é 2ª colocada em espaço de produção, enquanto a "Okinawa" é a 1ª. Pelo que se pode perceber, nesta pesquisa, essa variedade no cultivo da acerola tem algumas motivações específicas. A intenção em mesclar o espaço de produção com diferentes cultivares e deste modo reduzir os impactos com algum tipo de praga, pode ser elencada como uma destas motivações. Em caso de orientações técnicas que indicam a melhor produtividade de algum cultivar em específico, os produtores fazem a substituição de modo gradual, o que leva a existência de mais de uma variedade em produção no mesmo espaço.

-

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> É oportuno destacar que o coco também é uma cultura onde é possível detectar a formação de uma cadeia produtiva em torno de agroindústrias que produzem água de coco. Certamente esta realidade pode ser fruto de pesquisa científica.

Quando questionados se gostariam de trocar as variedades cultivadas por outras, os produtores, 47,05% afirmaram que sim, enquanto 52,93% disseram que não. Dentre os motivos elencados como motivadores para a substituição da variedade de acerola cultivada, o motivo mais alegado foi a "baixa produtividade das espécies atuais", seguido pelo "melhor valor de mercado", "baixo valor agregado pela espécie atual", e "idade das plantas cultivadas". A variedade mais recorrente entre as que desejam ser implantadas são, em ordem, "Junko"; "Costa Rica" e "Flor Branca".

Quanto ao tipo de irrigação utilizada, 72,53% afirmaram usar um só tipo, onde predominou nas respostas a irrigação por aspersão convencional; 25,49% indicaram que utilizam dois tipos de irrigação; e 1,96% afirmaram utilizar até três tipos de irrigação na área da cultura de acerola. Os métodos de irrigação mais utilizados por ordem são os seguintes: canhão hidráulico; aspersão convencional; micro aspersão e gotejamento. Essa variação no modelo de irrigação utilizado pelos produtores indica uma elevada diferença entre os produtores, no que se refere ao capital investido na produção.

Também foi possível identificar um grande interesse em mudar a cultura da acerola, cerca de 41,17% dos agricultores afirmaram ter interesse trocar a acerola por outro cultivar. Ao contrário, 58,81% dos questionados não demonstraram interesse em mudar a cultura de acerola por outra qualquer. Dentre os motivos mais alegados como motivadores para esta mudança de plantio estão, em primeiro lugar a "baixa produtividade da acerola plantada", em segundo lugar "baixo valor agregado da acerola"/"oscilação constante dos preços" e em terceiro lugar "elevado custo na manutenção da acerola"/"mão de obra exigido na colheita é muito dispendiosa". É importante destacar que entre os indivíduos questionados, foi notado que a plantação de acerola não é nova, o que significa dizer que caso a cultura não seja bem cuidada a tendência é que a produtividade caia.

Foi possível notar, em alguns dos produtores entrevistados, que os cuidados com a cultura se limitam à irrigação e a uma adubação básica. Em geral, os indivíduos que apontam para uma baixa produtividade, são produtores que não dão a atenção necessária ao manejo das plantas que já possuem, em média, mais de 10 anos de idade. Ainda sobre esta questão é necessário destacar que mesmo entre as empresas há oscilação no valor pago da acerola, muito embora esta oscilação seja bem menor do que ocorre nas relações de venda com atravessadores. Muitos dos produtores que destacaram a "oscilação constante de preços"

como fonte de motivação para mudar a cultura da acerola para outra, são produtores que vendem a acerola verde para as agroindústrias em estudo e a acerola madura para os atravessadores. Os indivíduos que destinam sua produção integralmente para as agroindústrias se sentem bem menos insatisfeitos quanto à oscilação de preços. O Informante P1, em entrevista concedida dia 08/08/11, indicou que não existe oscilação de preço quando se vende para as agroindústrias, "Quase não existe. O que há em uma pequena alteração, praticamente de ano em ano, por conta das alterações fora do país, onde a empresa vende o concentrado".

Esse interesse em mudar a cultura também pode ser ligado à crise econômica mundial que reduziu consideravelmente a demanda pelos produtos oferecidos pelas agroindústrias que movimentam a produção de acerola, Considerando que o mercado consumidor do produto "concentrado" de vitamina c, oriundo do processamento da acerola, é externo, isto é, Europeu e Norte-americano por excelência, o mercado de acerola na região do Vale do São Francisco sofreu considerável impacto. Esta situação não passou despercebida pelos próprios produtores, muito pelo contrário, como podemos observar na fala do Informante P4:

A situação hoje num tá muito boa não. Essa crise que a gente vê nos jornal ela afeta também agente que é produtor né? As fábrica pra onde a gente vende negociam com o exterior, como Estados Unidos e Europa. Ora, nesses lugares eles estão em crise, significa que não podem comprar a acerola da mesma forma que antes. Aí aqui isso vai trazer a redução da compra das fábrica já que num tem consumidor pra elas. Hoje a situação não é muito boa, né? Incrusive se situação continuar desse jeito vai ter muito produtor botando os pés de acerola abaixo, por que num vai compensar mais prantar<sup>27</sup>.

O Informante P2 também indicou que a permanência deste cenário de crise no mercado da acerola já lhe motiva bastante a mudar de cultura, segundo o mesmo:

A situação eu não vejo muito boa não. O Senhor me perguntou se eu tenho algum interesse em mudar a cultura e eu vou lhe dizer: nós estamos esperando mais uns seis meses, se a coisa não melhorar, nós vamos plantar coco. A gente vai substituindo pouco a pouco. Por que se você não colhe verde não dá pra viver só com a acerola, o valor da madura é muito baixo. Se as empresas grande [fábrica de concentrados] não estão comprando como é que a gente vai ficar? E parece que esse negócio dessa crise num vai melhorar tão cedo né? Então eu vou lhe dizer: a coisa tá feia viu?<sup>28</sup>

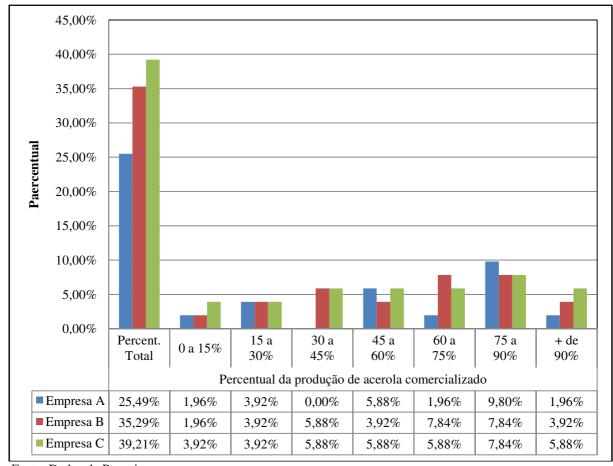
\_

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 26/09/2011.

Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 26/09/2011.

Por fim, em se tratando dos produtores que foram analisados nesta pesquisa, a totalidade deles vende parte de sua produção para as agroindústrias processadoras. Como pode ser visto no Gráfico acima, 25,49% dos produtores vendem uma parcela de sua produção para a Empresa A, enquanto 35,29% dos agricultores que cultivam acerola destinam parte de sua produção para a Empresa B, e 39,21% dos indivíduos questionados indicaram que negociam sua produção com a Empresa C. É possível perceber também que na relação com todas as empresas, é maior o percentual de produtores que negociam acima de 60% de sua produção de acerola, em relação aos produtores que negociam menos que esta quantidade. Os produtores que vendem mais que 60% de sua produção totalizam 13,72% entre os que negociam com a Empresa A, 19,60% entre os que vendem para a Empresa B e 19,60% entre os fornecedores da Empresa C. No total de produtores avaliados, o percentual daqueles que vendem mais de 60% de sua produção para as Agroindústrias processadoras em referência totalizam mais da metade da amostra, especificamente 52,92%. Esse dado é fundamental, pois mostra justamente a intensidade da vinculação entre estes pequenos produtores e as agroindústrias.

Gráfico 5 - Percentual de venda da produção de acerola para as Agroindústrias processadoras



Fonte: Dados de Pesquisa. Elaborado pelo autor

A importância destas empresas para a reprodução econômica se mostra bastante preponderante, como se pode ver a partir dos números citados. Embora os indivíduos que foram estudados, na maioria, possuam outras culturas em suas áreas de produção, a acerola se mostra bastante importante para a composição da renda e, por isso, mesmo a relação entre estes pequenos produtores e as agroindústrias acaba por se configurar como algo de grande importância para o produtor. Isso, sem sombra de dúvidas, eleva o grau de dependência deste produtor frente às empresas.

#### 3.3 - Caracterização das Agroindústrias de concentrados

Optamos, neste trabalho, por não mencionar o nome de nenhum produtor nem das empresas no sentido de preservar a identidade dos mesmos. As agroindústrias que desenvolvem atividades comerciais com os agricultores produtores de acerola no PISNC não são poucas, pois neste meio temos não apenas as agroindústrias fabricantes de concentrados (que foram analisadas), mas também as agroindústrias que fabricam polpas e sucos, tanto da região do Vale do São Francisco como de outras localidades do Brasil<sup>29</sup>. As empresas que foram analisadas neste estudo são preferencialmente três, que serão aqui trabalhadas como Empresa A, Empresa B e Empresa C.

A Empresa A possui fábrica em Petrolina desde o ano de 1991, atualmente faz parte de um grupo asiático. Possui além desta fábrica, escritório comercial e administrativo em Recife e também em São Paulo. A partir de metodologias de fabricação particulares, esta empresa atua no processamento de frutas tropicais como caju, açaí, graviola, goiaba, manga, maracujá, morango, uva, e, sobretudo, acerola. Atuando tanto no mercado nacional, distribuindo seus produtos em grandes supermercados, cozinhas industriais, indústrias e outros clientes, quanto no mercado externo, exportando para vários locais como Estados Unidos, Europa e Japão, esta empresa tem processamento estimado de oito mil toneladas de acerola por ano.

A Empresa A possui um laboratório na região do Vale do São Francisco onde desenvolve novas espécies de acerola com teores de vitamina c mais elevados e que são inseridos nos espaços de produção da região, de onde provém a maior parte da matéria prima processada pela empresa. Dentre os produtos fabricados por esta agroindústria, é possível encontrar frutas congeladas, polpas congeladas e o concentrado de vitamina c que provém do processamento da acerola e é acondicionado em tambores de 200 e 250kg.

A Empresa B, por sua vez, foi fundada nos Estados Unidos e tem uma trajetória que remete ao início do século XX, tendo começado a venda de produtos suplementares com a própria marca, no final da década de 1930, à base de concentrado de frutas. Em meados do referido século, a empresa ampliou consideravelmente sua produção nos EUA, tendo lançado em 1955 o mercado de centrado de vitamina c à base de acerola. A década de 1990 é marcante na expansão da empresa em nível mundial, tendo adquirido no ano de 1992 terras para produção no México. A marca foi lançada no Brasil em 1995, e em 1998 adquiriu fazenda no

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup>É importante mencionar que dentre as agroindústrias que negociam com os produtores de acerola do PISNC um número grande delas tem sede na própria região Nordeste. Há empresas do sul da Bahia, da região metropolitana de Recife, da região da zona da mata paraibana, dentre outros lugares.

estado do Ceará com área de 1660 hectares destinada, preferencialmente, à produção de acerola orgânica e também outras frutas. A produção de acerola no Brasil, no Estado do Ceará, é fruto da maior fazenda produtiva da Empresa em questão. Esta produção de acerola no Ceará é integralmente orgânica.

A atuação da Empresa B, junto aos produtores de acerola do PISNC, ocorre de modo a complementar a demanda pela vitamina c advinda da acerola. Em virtude da expansão dos mercados consumidores, durante a última década do século passado a Empresa B se instalou no Brasil e já buscou firmar parcerias com os produtores do Vale do São Francisco. A acerola comprada junto aos produtores desta região, inclusive os produtores do PISNC, é toda destinada ao processamento para a produção de concentrado em forma de pó. Tal produto é utilizado tanto na fabricação de produtos da indústria farmacêutica e suplementar, quanto na fabricação de cosméticos.

A Empresa C é uma das primeiras empresas latino americanas a produzir extratos oriundos do processamento de frutas, tendo sido fundada sua primeira unidade fabril no ano de 1925. Trabalha, esta empresa, com uma grande linha de produtos, dentre eles: extratos naturais; frutas desidratadas; estabilizantes; emulsificantes e coberturas de sorvetes; aromatizantes para a indústria alimentícia (doces, lácteos, salgados e bebidas); condimentos aditivos e aditivos para fabricação de derivados de carne; mix de frutas processadas em flocos; desidratados vegetais e sucos de fruta concentrados. Uma ampla rede de laboratórios comerciais e unidades fabris se espalha pelo Brasil e pela América Latina. Com sede na região Sul do Brasil, unidades fabris no estado de Sergipe e Amazonas e laboratórios de aplicação no estado de São Paulo, a Empresa C possui filiais, unidades de desenvolvimento e laboratórios de aplicação na Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru. A Empresa C, portanto, é brasileira e tem se expandido consideravelmente nos últimos 10 anos, em especial na América Latina.

É importante destacar, por último, que entre as agroindústrias estudadas apenas a Empresa A negocia acerola verde e madura, sendo que a acerola verde é sua compra preferencial. Isso ocorre por que entre os produtos desta empresa estão a fruta *in natura* congelada e a própria polpa da fruta. Essa condição de comprar tanto a acerola verde quanto a acerola madura é um atrativo para alguns produtores. Muito embora o valor que seja pago pela acerola madura esteja um pouco abaixo das cotações mais vantajosas, ainda assim, os

produtores afirmaram que o fato de poder ter a certeza de preço quanto ao valor pago pela acerola madura e fornecê-la para o mesmo comprador da acerola verde é um atrativo considerável. Ao contrário da Empresa A, as Empresas B e C negociam apenas a acerola verde. Este concentrado é matéria-prima para as indústrias de cosméticos, suplementos alimentares e farmacêuticos, localizadas predominantemente fora do Brasil.

# 3.4 - As relações comerciais entre pequenos produtores e Agroindústrias processadoras da acerola e a dimensão da "subalternização"

A intensidade e força das relações comerciais que são firmadas entre as agroindústrias processadoras de acerola e os pequenos produtores são inegáveis. Na maioria dos casos estamos falando de parcerias comerciais que já duram mais de 10 anos, como destacou o Informante P4 "tem produtor aí de quase quinze anos de parceria" Em contextos dessa natureza a dimensão de "subalternidade" é encoberta e difícil de ser apreendida pelo pesquisador, não é algo que facilmente salta aos olhos. Consideramos que a subalternização se configura enquanto um conjunto de características, que acabam por dispor os pequenos produtores em uma condição fragilizada na relação comercial, que é estabelecida entre estes e as empresas com as quais negociam.

O cenário comercial em torno da acerola no PISNC parece ter sido "salvo" após a inserção das empresas em questão, uma vez que as mesmas sustentaram uma faixa de preços extremamente vantajosa se comparada com o patamar pago pelos atravessadores que atuavam e ainda atuam na região (no perímetro de produção). Essa condição de "salvadora" das empresas pode levar um pesquisador a se prender nos discursos de produtores e técnicos, que na maioria das vezes valorizam a presença de tais empresas na região, como um benefício que não pode ser perdido. Uma análise mais crítica, desprendida dos discursos doas atores envolvidos na dinâmica, não deverá implicar necessariamente na crítica a estas empresas, mas sim possibilitar a compreensão de nuances da relação destas empresas com os pequenos produtores fornecedores de acerola. E no nosso entender, a subalternização se apresenta como

\_

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 07/08/2011.

uma nuance da relação que para a maioria dos indivíduos passa despercebida. Essa condição subalterna não apenas posiciona os produtores inferiormente nas relações comerciais, travadas com as empresas, como desempenha um papel considerável na reprodução de condição econômica também subalterna. Em outros termos ela não interfere somente no agora, mas também no futuro.

Durante a pesquisa de campo que foi realizado no PISNC, sobretudo a partir das entrevistas e conversas informais junto aos pequenos produtores de acerola, foi possível identificar que a grande maioria destes produtores julga ser coberta de benefícios a relação comercial com as empresas de beneficiamento da acerola, em específico as indústrias de concentrados em destaque neste estudo. De acordo com o Informante P1 a relação comercial entre os pequenos produtores do PISNC e as empresas de concentrados foi crucial para a melhoria da condição de mercado da acerola, como se observa em sua fala:

Essa relação foi que realmente levantou a acerola. A gente tinha problemas na questão dos preços porque não tínhamos opção, ou vendia a madura pra polpa ou perdia a safra, porque eles [atravessadores] sabiam que você tinha que vender e baixavam o preço da acerola. Foi quando chegou essa firma, a Empresa B passou um tempo por aqui, foi embora, mas retornou.<sup>31</sup>

Segundo este produtor, antes do retorno da Empresa B, para a qual vende sua acerola verde, atualmente, não existia muita opção, sobretudo em virtude da ação dos atravessadores, que justamente pelas limitações da concorrência ditavam os preços. O Informante P2, que também vende acerola verde para a Empresa B, tem opinião similar neste quesito. De acordo com o mesmo "[...] a acerola só pegou valor mesmo depois que ela [Empresa B] veio pra cá"<sup>32</sup>. As colocações dos produtores parecem sugerir que muitos dos agricultores que cultivam acerola no PISNC mantêm a cultura nos dias de hoje, apesar das várias complicações que emergem no cenário comercial da região, em virtude da relação comercial que firmaram com as referidas agroindústrias, embora estas relações nem sempre sejam marcadas por uma garantia a médio e longo prazo.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 08/08/2011

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> 26 Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 26/09/2011.

A valorização do preço foi algo determinante, por assim dizer, no sucesso da fixação dos produtores junto às empresas de concentrados. Não é possível negar isso em virtude das mencionadas empresas trabalharem com a acerola verde<sup>33</sup> e esta ser mais valorizada no momento da compra. A acerola verde é o grande trunfo dos produtores que estão fornecendo para estas empresas. Antes de tais empresas se tornarem tão expressivas na região a produção era basicamente em torno da acerola madura. Em época de safra o preço pago pela acerola madura caía consideravelmente, em virtude do desequilíbrio na balança procura/oferta. Essa situação constante em época de safra e no domínio da colheita do fruto maduro permanece viva na memória de muitos produtores. O Informante P1 foi enfático ao destacar quão dura era a situação na época em que se colhia apenas o fruto maduro, nos momentos de pico de safra, onde muita mercadoria era despejada no mercado e por isso o preço tinha uma queda drástica. De acordo com este produtor, após a chegada das empresas "caiu a ficha" acerca do alto valor que poderia ser alcançado se direcionasse a colheita para o fruto ainda verde: "pra (sic) nós caiu a ficha, porque a gente só trabalhava com a madura. Houve uma vez que colhemos 500 caixas da madura e sobraram pra mim R\$ 250, muito pouco, desse jeito não dá pra ganhar dinheiro"<sup>34</sup>. Ainda ponderando sobre o novo cenário com a colheita da acerola verde e a vantagem em cima da colheita do fruto em estágio avançado de maturação, o produtor prossegue afirmando que "ficou a caixa da acerola madura R\$ 12,00 e a verde R\$ 30,00, então mesmo que você venda 200 caixas da madura e 100 da verde eu vou lucrar mais com a verde, porque o custo para produzi-las foi o mesmo"<sup>35</sup>.

O Informante P4, que fornece acerolas verdes e maduras para a Empresa A, quando questionado acerca das possibilidades de mercado para o produtor antes da chegada das "agroindústrias de concentrados", respondeu o seguinte: "Não tinha, porque você ia vender a quem? O mercado não ia consumir toda a acerola". Ainda de acordo com este produtor a saída destas empresas tornaria inviável a produção de acerola por parte do pequeno produtor, alegando justamente o fato de que são estas empresas as responsáveis por absorver a grande

\_

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> É a partir da acerola verde, detentora de uma maior concentração de vitamina c, que as agroindústrias a qual fazemos menção neste trabalho retiram um "concentrado" em forma de pó direcionado às indústrias de cosméticos e medicinais em geral. Esse produto, é destinado primordialmente para o mercado externo Europeu, asiático e norte-americano.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 26/09/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 26/09/2011.

produção de acerola do PISNC e demais Projetos irrigados da região do submédio São Francisco.

Sem eles [as empresas de concentrados] não é viável a gente ficar aqui não... Tem dia que eu consigo produzir 110, 120 caixa de acerola por dia. Isso um produtor pequeno que nem eu. Tem produtor muito maior que eu aqui, aí quando juntar 320 produtor que ela [Empresa A] tem produzindo essa quantia de acerola, tem vez que eles moem lá 100 tonelada por dia e 100 a noite, 100 de dia e 100 a noite que na época "mermo" do pique eles trabalha com todo vapor, 24 hora direto, agora não que não é de pique eles trabalha só com o normal "mermo".

Muitos produtores alegam que a manutenção dos preços, sem constantes oscilações como ocorre predominantemente no mercado da acerola madura, é algo marcante na filiação dos produtores junto às agroindústrias. Dentre os pontos positivos de se negociar com as empresas em questão, certamente a constância dos preços figurou entre os relatos das entrevistas, como um ponto decisivo para que o produtor abandonasse relações comerciais clássicas com atravessadores e partisse para a comercialização direta com as agroindústrias, como nos mostra o Informante P8:

É bom você vender para a indústria porque é um preço de inverno a verão, como diz a história, na época que ela produz pouco e na época que a acerola produz muito. Por que tem uma época do ano que ela [a acerola] produz muito e outra em que produz menos, aí o comércio é relativo, quando a acerola não ta produzindo o comércio sobe o preço lá pra cima e quando a acerola começa a produzir aí o comércio baixa preço aí não compensa você colher pro comércio. O pessoal fica em dúvida e como a gente tem que ter uma certeza, uma parceria certa, a gente fica com a indústria porque não fica subindo e baixando o preço, fica estabilizado, a gente ta sabendo por quanto vai entregar, o produtor produzir ela fecha. <sup>37</sup>

O preço fornecido pela acerola madura por atravessadores ou mesmo outras agroindústrias pode chegar, em certos momentos, a ser superior em relação ao preço ofertado, por exemplo, pela Empresa A (que trabalha com acerola madura e verde, sendo a acerola verde a preferencial), em relação à acerola também madura. Todavia este valor elevado é momentâneo e por isso, muitos produtores preferem continuar se relacionando com as

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 07/08/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 05/09/2011.

agroindústrias ao invés de partir para uma negociação aberta com os atravessadores. Além disso, o valor pago pela acerola verde compensa qualquer "perda" eventual que o produtor possa vir a ter com relação à acerola madura. A relação parece ser tão benéfica, segundo os produtores, que existem casos em que os indivíduos destinam a totalidade de suas produções para a negociação com as empresas em questão, como é o caso do Informante P7 que diz o seguinte: "Vendo tudo, toda produção, o ano todo. O que a gente produz a gente entrega pra ela"<sup>38</sup>.

A certeza de um pagamento em dia também é uma condição extremamente atrativa aos produtores e por isso pode ser entendida como um dos elementos que impulsiona o relacionamento comercial com as agroindústrias. Na realidade do mercado da acerola a certeza do pagamento em dia é um atributo que está ausente, por exemplo, entre os atravessadores. Diversos foram os relatos em que os produtores afirmaram que a condição de pagamento na relação com os atravessadores é extremamente penosa, uma vez que os atrasos são constantes, diferentemente do que ocorre com as empreses. De acordo com o Informante P3:

O bom da empresa é porque toda sexta ela deposita na sua conta. O atravessador tem aquele negócio, o cheque voltou, o caminhão quebrou, a caixa não chegou. E a firma [agroindústria] ela pega de segunda a sábado. Como eu tenho uma área grande tem como controlar, todo dia colhe, não tem como deixar dia sem colher.<sup>39</sup>

De acordo com o Informante P4, se algum produtor deseja implantar uma área de produção destinada ao cultivo da acerola e pretende fornecer para a Empresa A<sup>40</sup>, este indivíduo, dependendo do tamanho da área, terá uma assistência diferenciada por parte da empresa. Se o produtor aderir ao ideal produtivo de cultivo orgânico preconizado pela empresa ele poderá contar com o fornecimento de mudas de espécie desenvolvidas geneticamente para produzir uma maior quantidade de vitamina c (nutriente de interesse da empresa em seus produtos) e melhor adaptada à região semiárida nordestina. O valor destas mudas é reduzido se comparado ao mercado normal, e além disso, o produtor irá pagá-las somente quando a sua produção de acerola iniciar, sendo que o pagamento será a partir de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 03/09/2011.

 <sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 26/09/11
 <sup>40</sup> O informante se referencia nesta empresa pois é justamente a empresa com a qual mantém relações comerciais e portanto possui conhecimento de como as relações são desenvolvidas.

descontos parcelados que a empresa fará a partir da acerola fornecida. Esse tipo de parceira é intensamente avaliada pela empresa e é preciso entrar em uma "fila", pois já está buscando implementar áreas de produção totalmente integradas com a Empresa A. O controle rígido é outra característica com a qual o novo produtor vai ter que saber lidar, e caso não se adapte às exigências produtivas ou transgrida padrões delimitados pela agroindústria será automaticamente desvinculado como produtor. O conjunto de exigências serve tanto para o antigo produtor como para o novo, e o cumprimento das mesmas é imprescindível para uma "boa relação" entre os parceiros.

As exigências produtivas feitas pela Empresa A, para que um produtor de acerola possa se cadastrar junto a ela como fornecedor, não são poucas. O Informante P4 que tem interesse em destinar uma parte da produção de acerola para o cultivo consorciado com a produção de galinhas, informou-nos que vai ser preciso cercar toda a área (1 hectare) que ele vai destinar à criação de galinhas em consórcio com acerola, para que assim ele ainda consiga permanecer como "parceiro" da Empresa A. De acordo com o mesmo produtor, "tem que ser do jeito que eles [a Empresa A] quer e acabou, quem não obedecer esse setor aí, sai. Incrusive [sic] tem muito produtor que não consegue tá lá [fornecendo para a Empresa], que diz que ela é muito exigente" Este produtor ressaltou ainda que a Empresa A apenas repassa algumas exigências que são feitas pelos consumidores finais do produto que esta beneficia, como se a adequação produtiva não fosse uma "necessidade imposta" pela agroindústria, mas sim algo advindo de uma instância consumidora final.

O produtor-fornecedor da Empresa A que for identificado aplicando defensivos ou agrotóxicos não permitidos pela empresa, tem seu fornecimento suspenso como forma de punição. A suspensão varia de acordo com o produto que foi aplicado. Neste caso, caberá ao técnico da empresa avaliar qual o período em que permanecerá o resíduo químico do produto aplicado no fruto, para depois determinar por quanto tempo aquele produtor não poderá fornecer para a agroindústria. Esta identificação pode ocorrer de diversas maneiras: através de teste laboratorial da acerola que foi fornecida à empresa; a partir da própria identificação do técnico quando da visita (de rotina ou surpresa); ou mesmo em caso de suspeita, em que o técnico colhe uma amostra na propriedade para ser analisada em laboratório da empresa. Se o

Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em

26/09/2011.

produtor incorrer mais de uma vez em prática não tolerada pela Empresa A, estará automaticamente cancelado seu vínculo como fornecedor.

Uma das características da fragilidade desta relação comercial reside justamente na condição do produtor após a quebra de um "contrato" de fornecimento para estas empresas. Em um caso como o relatado acima, é normal que não exista nenhum tipo de ressarcimento a título de indenização ao produtor, pois as práticas produtivas dele, indo de encontro às exigências da Empresa, se configura como uma espécie de "violação contratual". Todavia, no caso em que o produtor não transgrediu nenhuma regra exigida pela empresa, qualquer ela que seja (A, B ou C), e mesmo assim este é desvinculado da empresa, em virtude de uma motivação outra, a condição "perversa" desta "parceira comercial" entre pequenos produtores e agroindústrias é ressaltada.

Ao que parece, o "contrato", independente deste se constituir enquanto documento jurídico legalmente instituído, ou seja, ajuizado em cartório, ou apenas enquanto ferramenta informal para averbar uma relação comercial entre produtor e indústria, acaba funcionando apenas como "argumento" para as empresas. Não parece existir nos "contratos" que são firmados entre os produtores e agroindústrias, cláusulas ou itens que disponham sobre possíveis punições ou penalidades para a empresa, caso esta não cumpra seu compromisso de absorver a produção de um agricultor para com o qual havia se comprometido. Os próprios agricultores reconhecem, ainda que não diretamente, a fraqueza dos elos comerciais que são estabelecidos com as empresas, tanto que entre os produtores analisados 29,41% afirmaram que o contrato que firmam com a agroindústria para a qual fornece é apenas verbal, sem a presença de documentação; 39,21% disseram que este contrato apesar de ter a presença de documentação é apenas um contrato informal sem averbação em cartório; e apenas 11,76% indicaram que há a presença de algum tipo de contrato formalizado em cartório por ambas as partes. É importante destacar também que 19,60% dos produtores indicaram não ter sido firmado nenhum tipo de contrato que seja, nem mesmo verbal, apenas fornecem para as empresas sem nenhum tipo de segurança da relação. Com exceção dos 11,76% que afirmaram ter contratos ajuizados em cartório, todos os demais produtores, cerca de 88,24% indicaram que a empresa para a qual fornecem pode romper o "contrato" com eles a qualquer instante, mesmo que o produtor esteja de acordo com todas as exigências produtivas feitas pela empresa.

Esses simples dados são suficientes para comprovarmos que a qualquer instante o produtor pode encontrar-se em uma situação onde o produto está prestes a ser colhido e a empresa informar-lhe que não deseja mais a sua produção. Merece menção, contudo, que este cenário é hipotético, não tendo sido comprovado nesta pesquisa uma situação como esta nos relatos e entrevistas que foram colhidos. Mas há, certamente, a possibilidade de existência de uma situação como esta.

Outro elemento que sugere a fragilidade da relação comercial reside na duração do contrato. Não obstante a condição dos contratos que são firmados entre produtores e agroindústrias não indicarem um compromisso obrigatório da empresa para com os produtores, ainda assim podemos mencionar a duração do contrato como uma fragilidade contratual, haja vista a maioria destes não ultrapassar os dois anos de duração. Entre os produtores em estudo, 35,29% disseram que a duração do contrato com a empresa é de apenas um ano; 29,41% indicaram que este acordo é firmado por dois anos; 23,52% sugerem que o contrato é de 3 anos; e 11,76% colocam o período de safra como o tempo de duração do contrato. Nenhum dos produtores, portanto, indicou uma situação contratual com mais de três anos de duração.

É importante destacar, contudo, que apesar desta situação curta dos contratos, a maioria dos produtores informaram que a parceria comercial com as empresas já dura a algum tempo. Como pode ser observado no Gráfico 6, a maior parte dos produtores se relacionam com as empresas há 8 anos, cerca de 23,52%; enquanto 21,56% dos agricultores fornecem acerola para estas empresas há 9 anos; 7 anos é o tempo de relação de 17,64% dos produtores. Fica exposto, então, que esta relação com as agroindústrias não são vínculos fortuitos, mas sim fazem parte da condição deste produtores a tempo considerável.

Estes laços comerciais não são uma constante ao longo do tempo. Cerca de 31,37% dos produtores indicaram que em algum instante já se desvinculou da empresa e voltou a se vincular novamente, ao passo que a parcela restante, 68,63% não se desvinculou da empresa em instante algum desde que firmou contrato. Esses números tanto indicam que certos produtores optam por se desvincular, buscando outras possibilidades de mercado, como mostram o grau de dependência de muitos produtores em relação a estas empresas. Para

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Em vista da fragilidade contratual da relação de pequeno número de contratos formais ajuizados em cartório, consideramos neste instante, os contratos verbais, os contratos informais com documentação mas sem ajuizamento em cartório, e os contratos formais.

muitos a ruptura desta relação com as empresas significa uma situação econômica extremamente incerta. Nas entrevistas, foi quase unânime a opinião de que é bastante complicada a situação de produtor tendo que vender a acerola para os atravessadores. O Informante P8 indicou o seguinte a este respeito:

Rapaz, sem eles [ a Empresa B] não é viável a gente ficar aqui não... Tem dia que eu consigo produzir 110, 120 caixa de acerola por dia, isso um produtor pequeno que nem eu. Tem produtor muito maior que eu aqui. Aí quando juntar 320 produtor, produzindo essa quantia de acerola? Tem vez que eles moem lá 100 tonelada por dia e 100 à noite, na época mermo do pique eles trabalha com todo vapor, 24 hora direto. <sup>43</sup>

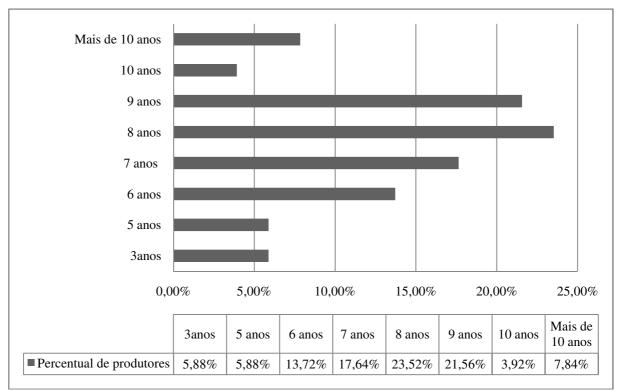
De acordo com este produtor a saída desta empresa significaria, sobretudo em época de safra, uma queda brusca no valor da acerola, tornando-a inviável de ser produzida, pois em época de alta produção o preço pago seria baixíssimo, ainda mais porque a produção seria em torno da acerola madura que é um produto de menor valor.

Foi possível identificar que a certeza de pagamento e de absorção da produção é um grande atrativo para os produtores. Tanto é que mesmo empresas que chegam não abalam os elos que foram formados ao longo de anos de relações comerciais. Segundo o Informante P1, a Empresa C paga melhor que a Empresa B, todavia ele prefere continuar vendendo para a Empresa B, pois "com a Empresa B é negócio certo. Nós que fornecemos temos uma meta de quilos para entregar para a Empresa B até o final do ano." Os dados advindos da aplicação dos questionários corroboram esta ideia de que a relação com as empresas é coberta de benefícios.

#### Gráfico 6 - Tempo de relação comercial com as Agroindústrias

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 05/09/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 08/08/2011.



Fonte: Dados de pesquisa. Elaborado pelo autor.

Quanto à fixação de preços do contrato, 70,57% dos produtores indicaram que os preços são estabelecidos antes da colheita, e 29,41% indicaram que este preço é fixado durante a colheita, nada muito prévio. Embora cláusulas contratuais não existam na maioria das averbações feitas entre produtores e empresas, a maioria dos agricultores, em torno de 94,09%, afirmaram que ao firmarem contratos com uma empresa não é permitido firmar parceria com outras. Neste caso, é possibilitado ao agricultor fornecer certa quantidade de sua produção de acerola para mercados locais e até para atravessadores desde que a demanda exigida pela empresa seja atingida, mas fornecimento simultâneo para as empresas em estudo não é possível ao produtor. Dentro deste contexto, 88,21% dos produtores afirmaram existir algum tipo de cota mínima para ser possível se enquadrar como fornecedor de alguma destas empresas. Os 21,56% dos produtores que negaram existir cota mínima, são produtores mais antigos, que já possuem relações com as empresas há mais de 9 anos. Essa situação nos indica que as relações não são as mesmas. Os valores mínimos exigidos de produção variam conforme as empresas e conforme a área de produção. No caso da Empresa A, por exemplo, não é firmado contrato com produtores que não consigam atingir 35 toneladas ano por hectare. Os produtores mais antigos vinculados às empresas parecem gozar de uma "situação contratual" menos rígida, a qual que permite-lhes, inclusive, estarem vinculados com a produção de uma pequena área, desde que esta condição não atrapalhe logisticamente a empresa. A totalidade dos produtores afirma que, antes da fixação dos contratos com as empresas, é realizada uma fiscalização da produção, no intuito de constatar as condições de produção e averiguar se os produtores se adequam aos "padrões de qualidade" exigidos.

Outro aspecto interessante diz respeito à perda de importância do produtor arrendatário. Atualmente as agroindústrias processadoras não estão mais renovando as parcerias comercias com os produtores que arrendam terras. O Informante P6, em entrevista, falou-nos desta situação: "todo arrendatário, quando o contrato ta vencendo eles estão cortando"<sup>45</sup>. Segundo os produtores, o arrendatário está sendo cortado pelas empresas em virtude de não poderem firmar uma condição de produção de médio e longo prazo.

A facilitação das empresas para que os produtores acessem implementos agrícolas em estabelecimentos comerciais da região é algo comum a todas elas. Não raro as empresas facilitam a compra de adubos e outros produtos referentes à produção de acerola para que seja descontado do produtor quando do fornecimento da acerola. Essa situação, apesar de se configurar como um auxílio aos produtores menos capitalizados, acaba por aumentar o laço de dependência dos pequenos produtores às empresas e fortalece, por conseguinte, a condição subalterna do produtores na exata medida em que os coloca sempre numa posição de aceitação passiva das exigências e preços estabelecidos pelas empresas. O Informante P10 fala acerca desse assunto destacando o seguinte

"Eles [Empresa B] facilita [sic] em algumas lojas... Que às vezes o produtor não tem condições de comprar e ele [Empresa B] chega assim e diz: Compre em loja tal. A gente pega uma nota, vai e deixa na loja aí eles paga e depois eles [Empresa B] "desconta" [SIC], mas é pouca coisa, não é muito não. 46

A condição de subalternidade da relação comercial entre pequenos produtores e as agroindústrias também se forma a partir de elementos exógenos à própria relação. A condição comercial que o pequeno produtor de acerola está sujeito caso não se encaixe na produção de acerola verde destinada às agroindústrias é extremamente incerta e inconstante. A oscilação

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 05/09/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de Campo realizada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 05/09/2011

de preços é constante nas relações comerciais que envolvem a acerola madura, sobretudo a partir da atuação de atravessadores e compradores fortuitos, que não possuem uma presença constante no mercado. Estes fatores todos acabam por fortalecer, diante dos olhos do produtor a importância da relação que o mesmo mantém com as agroindústrias, face estar exposto a um mercado tão instável. Não apenas isso, essa condição comercial geral também fortalece as agroindústrias enquanto únicas opções estáveis do mercado. Todo este cenário acaba por influenciar contundentemente a própria dimensão de subalternidade, não dispondo de outras opções de negociação tão vantajosas (sobretudo em relação ao valor pago pela acerola verde) e estáveis quanto às propostas pelas agroindústrias. Desta forma, os produtores acabam por se submeter aos imperativos produtivos e comerciais da relação de venda para as empresas.

#### 3.5 - Outras relações comerciais em torno da acerola

Para além das relações com as empresas, é possível identificar diversas relações no mercado da acerola. Os produtores não possuem, em muitos casos, uma informação precisa e certa para quem estão vendendo sua produção, não sabendo informar se para atravessadores ou para as próprias empresas através de seu representante comercial. Este tipo de comportamento foi percebido em algumas das entrevistas realizadas. O Informante P7, quando questionado acerca do destino das acerolas maduras que eram por ele produzidas, respondeu o seguinte: "as maduras são para atravessadores que utilizam para fazer polpa e vendem para o sul da Bahia". Nesta fala, como se pode observar, há uma confusão quanto à categoria dos atravessadores e a dos compradores (representantes) das empresas de fabricação de polpas de fruta. Isso leva a crer que entre alguns dos próprios produtores persiste uma dificuldade em identificar a cadeia de consumo que está por trás da venda direta de seu produto.

De acordo com a nossa pesquisa, uma das possíveis causas desta dificuldade pode ser a particularidade de certos compradores que simultaneamente desenvolvem papéis diversos, ora se apresentando como atravessador que comprará a acerola para revenda nos mercados da cidade (e região circunvizinha) ou em outras praças comerciais (mercados de outras cidades),

ora se mostrando como um intermediário de alguma empresa, a exemplo das empresas que fabricam polpa, localizadas no sul da Bahia<sup>47</sup>.

Em meio ao cenário complexo das relações de mercado em torno da produção de acerola, ao longo da pesquisa podemos identificar múltiplas possibilidades de venda para os produtores. Tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi discutir em torno das relações entre os pequenos produtores e as agroindústrias processadoras de concentrados, o panorama que se faz abaixo é a título de ilustração, para a compreensão de que o conjunto das relações em torno da comercialização da acerola vão bem além da relação destacada neste estudo.

Diante dos produtores de acerola do PISNC se apresentam variadas possibilidades de destino para suas produções. Um ator comum neste cenário é o "atravessador local". A grande maioria deles não possui nenhuma área de acerola plantada, mas negociam a fruta para mercados de todos os tipos. A ação do atravessador é muito intensa no sentido de suprir as demandas dos mercados e feiras livres locais. Contudo é possível notar sua presença em negociações que acabam levando a acerola produzida no PISNC para outras praças comerciais, como grandes cidades do interior nordestino e capitais. A ação dos atravessadores se mostra bastante predatória, uma vez que não há nenhum tipo de compromisso firmado com o produtor. Não há certeza para os produtores que vendem para atravessadores, além de estarem sempre sujeitos a intensas oscilações de preços. Considerando que atualmente as negociações da acerola se fazem tanto em torno do fruto verde (produto buscado pelas agroindústrias que fabricam concentrados) como em torno dele maduro, é preciso destacar que as negociações realizadas com os atravessadores giram em torno primordialmente da acerola madura.

Há também a presença de atravessadores de outras localidades, isto é, que não são da região do Vale do São Francisco e, portanto, operam no mercado da acerola madura de forma não constante. A presença destes causa uma grande oscilação nos preços da acerola madura. Em virtude de uma demanda especial não local, esses sujeitos comerciais em certos instantes elevam o preço, e em conjunturas específicas também atuam reduzindo o valor da mercadoria. Com base nas observações de campo, nas entrevistas realizadas junto aos produtores, bem

\_

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> Como a pesquisa limitou-se à análise das relações entre os produtores de acerola e as empresas que fabricam concentrados, não é possível afirmar com muita certeza se esta situação se configura na realidade, isto é, para além do discurso enunciado pelo comprador junto ao produtor. Em outras palavras, não tem como se comprovar nesta pesquisa se o comprador que desempenha esse "duplo papel" é, efetivamente, um negociador das empresas.

como nas conversas com os técnicos agrícolas que prestam assistência na vasta área PISPNC, foi possível perceber que os produtores estão sujeitos a variações bruscas no preço da acerola madura, muito em função da ação dos atravessadores.

As fábricas de Polpas e Sucos Concentrados tanto da própria região do Vale do São Francisco como de fora dela se apresentam como outra possibilidade de mercado para o produtor de acerola. Trabalhando no processamento de acerola madura estas empresas desempenham papel relevante no equilíbrio dos preços. Além disso, estas empresas são de suma importância na absorção do volume de acerola produzido no perímetro de irrigação referido. Nos momentos de safra, em que a produção chega ao máximo, o volume de acerola processada pelas agroindústrias de concentrados fica aquém do volume produzido na região. É possível dizer que sem a presença dessas empresas no mercado da acerola madura, o valor que seria pago por este produto certamente seria bem menor uma vez que os produtores estariam sujeitos aos preços ditados pelos atravessadores. De acordo com alguns relatos muitas destas empresas firmam parceira direta com os produtores ou com um conjunto deles, mas existem casos, sobretudo quando as empresas funcionam fora da região do São Francisco, em que a negociação é feita por "prepostos".

Outra possibilidade de destino da produção de acerola do PISNC é a venda direta para grandes distribuidores regionais (centros de abastecimento). Essas negociações também são responsáveis pela absorção de grande volume de mercadoria. Contudo não ocorrem com uma periodicidade precisa. A venda para grandes distribuidoras e grandes mercados fora da região do Vale (podem ser no Nordeste ou fora dele) geralmente ocorre a partir da figura do preposto, sujeito responsável pela negociação (estabelecimento de preços e volumes a serem fornecidos) e supervisão do envio do produto. Diferentemente do atravessador que compra para em seguida vender o produto, o preposto parece ser apenas o responsável pela negociação e em cima desta tem uma margem de remuneração.

A venda direta para Supermercados e Lojas de Frutas da região também é uma possibilidade. Mais difícil de ser realizada, pois exige do produtor transporte, organização produtiva e um acondicionamento especial do produto, podendo também se configurar como uma possibilidade de negócio para o pequeno produtor. É oportuno destacar também que estes espaços do mercado são mais restritos e exigem dos produtores uma capacitação maior em

negócios e gestão, uma vez que este tipo de comprador é exigente quanto à qualidade do produto e apresentação do mesmo.

A negociação direta do produto em feiras locais não é tão comum, mas ainda assim pode se mostrar como uma alternativa ao produtor que pretende vender sua produção. Essa situação é menos comum em virtude da intensa ação dos atravessadores, que acabam por ser responsáveis pela maioria da acerola que é vendida nas feiras e mercados livre de Petrolina, Juazeiro e cidades do entorno.

Há no PISNC uma Cooperativa de produtores que também compra a produção de acerola de outros pequenos produtores em situações especiais. Este ator coletivo que é a Cooperativa atua de forma contundente no estabelecimento de preços tanto da acerola madura quanto da acerola verde. Firmando grandes parecerias comerciais com a Empresa C, a Cooperativa quando não consegue, entre os próprios cooperados, atingir as metas de produção de acerola verde, realiza a aquisição da produção de muitos pequenos produtores. Os grandes contratos de fornecimento que são fechados pela cooperativa, com empresas de várias regiões do Brasil, também lhes dá a capacidade de atuar não somente como agente produtor, mas também como agente comprador de acerola (verde e madura) no PISNC, a fim de satisfazer suas negociações de grande porte. Como é responsável por grandes contratos de fornecimento, a cooperativa acaba por oferecer preços atrativos aos produtores. Apesar do relativo sucesso da Cooperativa, que conta inclusive com câmera fria para acondicionamento da produção em época de safra, o número de cooperados não é grande.

Em linhas gerais, além das agroindústrias de concentrados, estes são os principais agentes que atuam no mercado da acerola na região do Vale do São Francisco. Esse elevado número de atores que lidam no mercado da acerola nos mostra como são ricas as relações em torno dos pequenos produtores que a cultivam. A cultura da acerola, em termos de mercado, é caracterizada por elevado dinamismo e o entendimento destas relações significa um passo considerável na compreensão dos processos e dinâmicas que marcam as tendências da agricultura moderna em espaços produtivos como o PISNC.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve o intuito de compreender a condição de subalternidade que emerge da relação entre pequenos produtores de acerola do PISNC e as agroindústrias. Em uma amostra de 51 indivíduos, foram aplicados 51 questionários com fins a traçar um panorama geral da produção de acerola e aprofundar na dinâmica relacional com as agroindústrias. Dentre estes mesmos sujeitos foram selecionados 10 entre os quais foram realizadas entrevistas, cujo intuito girou da apreensão de elementos qualitativos da realidade social estudada.

O PISNC emerge como espaço produtivo dinâmico, tipicamente encaixado no modelo da agricultura moderna, a partir das políticas públicas de irrigação que atuaram contundentemente no Nordeste na segunda metade do século XX. Criado em meados dos anos 1980 o PISNC se constitui hoje como um dos maiores perímetros de irrigação pública do Brasil sendo expressivo no cenário nacional e até mesmo internacional a partir da produção frutícola. Embora a condição de grande produtor de frutas para exportação não possa ser negada ao PISNC, é preciso entender que a vasta extensão de produção e a diferença entre a natureza dos produtores acaba por gerar cenários produtivos bem diferenciados e, portanto, a condição de produtor de frutas para exportação não é a única encontrada entre os produtores. Em verdade, a realidade produtiva do PISNC é bastante diversa, e neste mesmo espaço produtivo estão inseridos diversos tipos de produtores cultivando as mais variadas culturas, ainda que a predominância se dê em torno da fruticultura.

Os pequenos produtores de acerola que foram analisados neste estudo são alguns dos muitos produtores que longe de negociarem suas produções com o exterior, estão sujeitos a relações comerciais locais bem mais perversas. Sujeito a vender a atravessadores, agroindústrias e outros compradores que ditam os preços e as condições de mercado, a realidade enfrentada pelos pequenos produtores não é das mais agradáveis.

Em espaços produtivos como PISNC a situação dos pequenos agricultores que produzem no arranjo da agricultura familiar é marcada por dificuldades. Estas, por sua vez remetem às condições de mercado extremamente competitivas. Bispo (2009, p. 327) destaca, nesta perspectiva, a "incapacidade de responder à demanda externa por produtos de boa

qualidade, certificados, que dependem de altos investimentos" como elemento de grande impacto no contexto geral das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar Vale do São Francisco.

Muito embora o pequeno produtor de acerola não realize a venda do produto diretamente para o exterior, estando diretamente ligado à cadeia de exigências que se imprime em produtores que buscam realizar transações internacionais, ainda assim acaba sofrendo com o elevado nível de exigências produtivas quando negocia sua produção com as agroindústrias. O produtor que pretende vender sua produção de acerola às empresas que fabricam produtos sofisticados derivados da acerola (como as agroindústrias que foram analisadas), cujo destino acaba sendo o mercado externo, é comprimido por exigências produtivas de mesma natureza. Tornar-se fornecedor de empresas deste porte implica em adequação coberta por exigências e princípios produtivos de rigidez considerável. O poder das exigências externas de um mercado mais sofisticado acaba se abatendo sobre estes sujeitos da mesma forma que opera nos produtores que negociam diretamente com o exterior.

Em estudo que direciona análises para os projetos públicos de irrigação na região do Vale do São Francisco, Bispo (2009), mostrou existir uma baixa capacidade associativa dos indivíduos. Essa dificuldade de integração dos indivíduos acaba por gerar cenários sociais e econômicos críticos e sem grandes perspectivas de melhoria. A quase inexistência de articulação coletiva e mobilização em prol de melhores situações de mercado e mesmo de condições de existência dificulta a formação de associações e cooperativas, capazes de integrar os produtores, reduzindo a fragilidade de negociação destes quando sozinhos na esfera do mercado.

Cavalcanti (1999) mostrou como a formação da VALEXPORT, oriunda da articulação de produtores de manga e uva, preferencialmente, suscitou uma melhor conjuntura de relações comerciais em nível global. Esta associação de produtores implicou na ascensão das vendas e em uma melhor gerência da produção agrícola com fins à exportação alcançando um nível de excelência produtiva. Foi a partir de então que o volume de frutas exportadas da região do Vale do São Francisco cresceu contundentemente. Embora esta realidade esteja presente no âmbito do PISNC ela não toca os atores sociais que foram estudados nesta pesquisa. Os pequenos produtores de acerola em sua grande maioria não utilizaram a articulação como forma de facilitar a inserção no mercado e ganhar maior poder de barganha nas negociações.

Com a exceção de uma única Cooperativa de produtores, no âmbito da produção de acerola não encontramos, no decorrer da pesquisa, nenhuma outra forma coletiva permanente de união dos pequenos produtores de acerola no PISNC capaz de posicioná-los de uma melhor forma nas relações de mercado. Sujeitos às oscilações de mercado de forma frequente, certamente a união dos produtores sinalizaria uma condição comercial futura bem menos fragilizada.

A subalternidade, a qual fizermos referência ao longo do texto, se configura enquanto uma situação conjuntural marcada por diversos fatores ou elementos que acabam por dispor os produtores de forma submissa na relação comercial com as agroindústrias que atuam diretamente no PISNC. A subalternidade enquanto uma condição de um ator social em uma determinada relação não é algo tão transparente. Como ocorreu no caso analisado, a subalternização pode estar escondida ou encoberta por um aparente teor benéfico da relação. As vantagens em termos de preços ofertados, compromisso com o produtor, pagamento em dia, dentre outras acabam por retirar dos produtores a capacidade de realizar uma critica à relação comercial com as agroindústrias. Além disso, os benefícios existentes na referida relação dificulta a luta dos produtores por condições futuras de mercado mais favoráveis a eles, na exata medida em que cria nestes um contentamento.

A condição subalterna que emerge da relação entre pequenos produtores e agroindústrias processadoras é algo que não parece ter surgido instantaneamente, longe disso, a referida condição é fruto de um histórico de relações que foram travadas ao longo dos anos. Neste caso, parece-nos que a condição de subalternidade, enquanto passividade frente às imposições advindas das agroindústrias, tem uma "certa tendência" a aumentar com os anos em que esta relação comercial se perpetua. A "satisfação" dos produtores, transmitida nos vários depoimentos coletados, é um estado incompatível com a postura ativa de um produtor que negocia e barganha os valores de seu produto, não aceitando passivamente condições e valores impostos.

O entendimento advindo do estudo que fora realizado é de que as políticas públicas de irrigação na região do semiárido realmente mudaram a condição de pequenos agricultores quando lhes possibilitou adentrar numa condição produtiva menos dependente. Contudo, a formação de espaços produtivos como os projetos de irrigação deve estar atrelada a outras ações de extrema importância como as ações de regulação de mercado. Neste sentido, caberia

a seguinte reflexão: qual o sentido em proporcionar ao produtor realizar o cultivo de uma cultura, com alto valor agregado se, no final das contas, ele acaba espremido em condições de mercado extremamente competitivas que o colocam sempre em relação subalterna? Em outros termos, é de se questionar se a atuação do Estado em perímetros públicos de irrigação deveria cessar, mesmo depois da produção já existindo.

Ao que nos parece, ao menos no PISNC onde realizamos o estudo, a condição dos pequenos produtores, sobretudo os pequenos produtores de acerola, indica uma notável fragilidade que poderia ser diminuída, caso o Estado agisse no sentido de construir linhas de comercio para o pequeno produtor a partir de articulações específicas com as esferas estadual e municipal. O desafio em espaços como o PISNC, contemporaneamente, parece estar em conseguir assegurar condições de mercado menos predatórias, já que a dimensão da produção está sendo conseguida pelos pequenos produtores.

### REFERÊNCIAS

ANA. **Brasil: recursos hídricos: resumo executivo.** Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional das Águas; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente: Brasília, 2007. 60p

ALVES, Selma Maria Rodrigues de Andrade. **Trajetória de vida e mobilidade dos trabalhadores do Núcleo 4 do Projeto Senador Nilo Coelho, em Petrolina- PE.** Viçosa: UFV, 2006 (Dissertação de mestrado)

ANDRADE, Manuel Correia de. <b>A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste</b> . 6.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1980.
A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 135.
ARAÚJO, Orlando de. <b>Avaliação econômica e social de projetos de irrigação: o caso do Nordeste brasileiro.</b> Brasília: UNB, 2001. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <a href="http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1537/3/Dissertacao_Orlando_Araujo.pdf">http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1537/3/Dissertacao_Orlando_Araujo.pdf</a> >. Acesso em 09 de agosto de 2011.
ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência do planejamento regional no Brasil. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. <b>Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro</b> : heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de <b>. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro</b> : heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
BANCO DO NORDESTE. <b>A importância do agronegócio da irrigação para o desenvolvimento do Nordeste.</b> Francisco Mavignier Cavalcante França (Coord.). Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001a.
<b>Políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação: documento síntese.</b> Francisco Mavignier Cavalcante França (Coord.). Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001b.
Modelo específico para otimização e promoção do projeto de Irrigação Salitre- Juazeiro da Bahia. Francisco Mavignier Cavalcante França (Coord.). Fortaleza: Banco do

BANCO MUNDIAL. Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semiárido Brasileiro. Brasília: Banco Mundial. 2004.

Nordeste, 2001c.

BERNARDO, S. **Desenvolvimento da irrigação no Brasil**. Rev. Brasileira de Engenharia - Caderno de Recurso Hídricos, 7(2):31-38. 1989.

BISPO, Rogério de Souza. Acesso, uso e gestão de recursos hídricos no Vale do São Francisco. In: SILVA, Aldenor Gomes da.; CAVALCANT, Josefa Salete Barbosa.;

- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. (organizadores). **Dinâmicas rurais no nordeste:** teses e dissertações. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009. p. 323-354.
- BISPO, R. S.; GOMES DA SILVA, Aldenor. Capital Social e Desenvolvimento Rural: Participação da Agricultura familiar nas Políticas Públicas de Recursos Hídricos no Vale do São Francisco. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.
- BLOCH, D. **As frutas amargas do velho Chico:** Irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra/Oxfam, 1996.
- .; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRANCO, Adélia de Melo.; VAINSENCHER, Semira Adler. **Imprescindíveis e Discriminadas:** As trabalhadoras rurais na fruticultura do Vale do São Francisco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, 177 p.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.) **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 4 vols.
- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste secas, irrigação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID-Associação Brasileira de Irrigação e drenagem, 1988.
- \_\_\_\_\_. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, Maria Flora.; BRANDÃO, Carlos Antônio.; GALVÃO, Antônio Carlos. (Orgs.) Regiões e cidades, cidades nas regiões o desafio urbano regional. São Paulo: UNESP, 2003. 303-362.
- CASIMIRO FILHO, F.; SHIKIDA, P. F. A. (orgs) **Agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- CAVALCANTI, J. E. A. Impactos Sócio-econômicos da irrigação na região mineira da SUDENE. Viçosa, 1998.
- CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa.; FERREIRA IRMÃO, José. **Globalização, integração regional e seus impactos sobre a agricultura familiar**: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale do São Francisco, NE BRASIL. In: Encontro Nacional Do Pipsa, 17., 1994. Anais. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, p. 59-72.
- CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa. **Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas**. Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 1, n. 2, 1995. p.105-118.

·	Globaliza	ação, nov	as regiões	de prod	ução agrí	ícola, e des	igualdades	sociais.
Caderno	CRH, Salv	vador, n.24	/25, p.109-1	121, jan./d	lez. 1996			
		-		global.	Estudos	avançados	vol.11 n°	29. São
Paulo Ja	n./Apr. 199	97. p. 80-9	3.					
Francisc	o In: CAV	, .	TI, J. S. B.			de exportaçã abalho, Mei		
CHESNA	AIS, Franç	ois. <b>A mu</b> i	ndialização	do capita	al. São Pau	ılo: Xamã, 20	000.	

CHRISTOFIDIS. Demetrios.; LIMA, Jorge E. F. W.; FERREIRA, R. S. A. O Uso da Irrigação no Brasil (O estado das águas no Brasil). Brasília., 1999. Disponível em: http: <www.cf.org.br>. Acessado em 12 de dezembro de 2012.

CHRISTOFIDIS, Demetrios. **Agricultura irrigada sustentável no Semi-Árido e no Rio Grande do Norte.** Brasília: ITEM, 2007. n.74/75, p. 62-67.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Socioeconômicos da Agricultura Irrigada.** Seminário Nacional: Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável. Brasília. maio de 2009.

COELHO NETO, Agripino Souza. **Políticas territoriais e impactos socioespaciais e econômicos**: a irrigação pública na região do médio São Francisco baiano. In: II Encontro de Economia Baiana, 2006, Salvador. Anais do II Encontro de Economia Baiana. Salvador: UFBA/SEI. v. 1. p. 1-18.

\_\_\_\_\_. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. XIX Encontro Nacional de Geografia. São Paulo: 2009, pp. 1-32.

CODEVASF; HIDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO. **Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.** Petrolina, 1986. v. 1.

CODEVASF. Modelo de Irrigação. Brasília: CODEVASF, 1999.

DOURADO, José Aparecido Lima.; MESQUITA, Helena Angélica de. **Irrigação no Nordeste:** considerações a partir da implantação do projeto de irrigação Livramento de Nossa Senhora (BA). Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. setembro de 2010, Londrina, UEL. ISSN: 2177-9503

FERNANDES DE NÓBREGA, Ig Nunes de Souza. Crescimento e desenvolvimento da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. Recife: Departamento de Economia e Administração-UFPE, 2004. (Trabalho de conclusão de curso)

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

GARCIA, Carlos. O que é nordeste brasileiro. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEROLAMO, Mateus Cecílio. et. al. **Clusters e redes de cooperação de pequenas e médias empresas:** observatório europeu, caso alemão e contribuições ao caso brasileiro. Gest. Prod., São Carlos, v. 15, n. 2, p. 351-365, maio-ago. 2008

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural.** São Paulo em Perspectiva, 18(2): 95-103, 2004

GOMES DA SILVA, Aldenor. Trabalho e Tecnologia na Produção de Frutas Irrigadas no Rio Grande do Norte. In: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. (Org.). **Globalização, Trabalho, meio ambiente:** mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. 1 ed. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1999, v. 1, p. 307-340

GOODMANN, D. E.; SORJ, B. WILSON, J. **Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais:** análises recentes sobre a agricultura brasileira. Revista de Economia Política, v.5, n.4, p.31-55, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José F. et. al. Estrutura agrária e irrigação no Nordeste. In: PINTO, Luis Carlos Guedes; FONSECA, Rinaldo Barcia. **Irrigação, estrutura agrária e organização dos agricultores.** Campinas: Instituto de Economia/Fundação Ford, 1989. p. 3-35.

et al. <b>O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário. São Paulo em Perspectiva.</b> São Paulo, v. 10, n. 2, p. 60-72, abr./jun. 1996a.
A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP. IE, 1996b.
.; BALSADI, O. V. & DEL GROSSI, M. E. <b>O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário</b> . São Paulo em Perspectiva, 11 (2): 50-64, São Paulo, 1997.
O novo rural brasileiro. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola, 1992. 13ª edição

IBGE, Censo Agropecuário 1960, 1970, 1980, 1985 e 1996; vários anos; Rio de Janeiro, IBGE.

KAGEYAMA, Ângela Antonia ; SILVA, J. F. G. . O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. C.; Gasques, J. G.; Villa Verde, C. M.. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília/DF: IPEA, 1990, v. , p. 113-224

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital:** produção familiar e acumulação. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

MAIA, Lindalva Silva Correia.; MORAES, Ivonete Cavalcanti de. Impactos da modernização agrícola na renda dos pequenos produtores da fruticultura irrigada do polo Petrolinense-PE. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís - MA, agosto 2007. Anais. p. 1-8.

MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S; PALARETTI, L. F. Irrigação: princípios e métodos. Viçosa: Ed. UFV, 2007. 358p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1982. Livro 01, Volume 01

MARX, Karl. Características essenciais do sistema capitalista. In: MARX, Karl. Sociologia. Octávio Ianni (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1980.

NUNES, Emanoel Márcio. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró. Porto Alegre, UFRGS, 2009. (Tese de Doutorado)

PAULILLO, L. F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes. In: BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 549-573.

PIMES (UFPE). **Impactos econômicos da irrigação sobre o polo Petrolina-Juazeiro.** (Coordenador: Augusto Cesar de Oliveira et.al.) Recife: Editora universitária da UFPE, 1991.

PINTO, Luis Carlos Guedes.; FONSECA, Rinaldo Barcia. (Orgs.) Irrigação, estrutura agrária e organização dos agricultores. Campinas: Instituto de Economia/Fundação Ford, 1989.

PIRES, Regina Célia de M. et al. **Agricultura Irrigada.** São Paulo. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, 2008. p. 98-111.

PRADO JR., Caio. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROZENABAUM, Sérgio.; LEITÃO, Sérgio P. **Para um agronegócio sem exclusão.** RAP, Rio de Janeiro. nº 40, vol. 2. 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. Revista Reforma Agrária, 24 (3): 106-132, set./dez. Campinas, 1994.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. RBCS, vol. 18. N° 15, 2003.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA:** em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. Instituto de Economia - UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado). Acesso em 17 de outubro de 2010.

Disponível em:

<a href="http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000232434&opt=1">http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000232434&opt=1</a>

SOBEL, Tiago Farias. **Desenvolvimento territorial nos perímetros irrigados do submédio do Vale do São Francisco:** o caso dos perímetros Nilo Coelho e Bebedouro. Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal de Uberlândia, 2006. (Dissertação de mestrado)

SOUZA, Gustavo H. F. de. et. al. **Desempenho do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v.5, n.2, p.204-209, 2001.

SZMRECSANYI, T. **Pequena história da agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEDESCO, J. C. Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

VIDAL, Francisco Baqueiro. A problemática do semi-árido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003, p. 197-217.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, out. 2000, pp. 87 – 145

\_\_\_\_\_\_. **O mundo rural brasileiro:** acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85.

XAVIER, Leonardo Ferraz.; COSTA, José Gomes da.; COSTA, Ecio de Farias. **Inadimplência ao crédito rural na fruticultura irrigada do polo Petrolina-Juazeiro.** Revista Desenbahia nº 9 / set. 2008. p. 35-60

ZAGATTO, L. C. A. G., LIMA, J. E. Estrutura produtiva de pequenos agricultores e implicações para a geração e adoção de tecnologia. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Florianópolis: 1990. Anais. Brasília-DF: SOBER, 1990. v.1. p. 225 – 246.

## APÊNDICE A – Questionário utilizado na pesquisa

PESQUISA	Processos sociais de subalternização do pequeno agricultor frente à empresa agrícola no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE
PESQUISADOR	Rodolfo R. S. Feitosa
LOCAL DA PESQUISA	Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, Petrolina-PE - Núcleo N-04

INFORMAÇÕES GERAIS		

Data de aplicação	)		
Local de			
Aplicação			
Nome do			
Entrevistado			
Idade			
Local do Lote			
Agrícola			
Área Total do			
Lote			
Área do Lote dest	inada à		
Acerola			
Proprietário do Lo	ote ou		
Arrendatário			
OBS:			

## 1 - ORIGEM E MIGRAÇÃO

	I - Nasceu nesta unidade da fed ) Sim e sempre morou ) Sim, mas morou em outro mun ) Não		•						
1.2	2 - Nasceu neste município?								
(	) Sim e sempre morou [ <i>Siga para</i> ) Sim, mas morou em outro mun ) Não	-	-	para a	questão 1.	<b>4</b> ]			
1.3	3 - Qual é a unidade da federaç	ão(estado	) de nas	cimen	ito e Cida	ide?			
(	) AC/Cidade:	•	•		PB/Cidad				
(	) AL/Cidade:				PA/Cidad				
(	) AP/Cidade:		_	( )	PE/Cidad	le:			
(	) AM/Cidade:								
(	) BA/Cidade:		_						
(	) CE/Cidade:			( )	RN/Cidad	de:			
(	) DF (Brasília e região metrop.)								
(	) ES/Cidade: ) GO/Cidade:		_	( )	RR/Cidad	אם. אם.			
(	) MA/Cidade:								
(	) MT/Cidade:								
Ì	) MS/Cidade:			, ,					
Ì	) MG/Cidade:		_	( )	To/Cidad	e:			
							~ •		
1.4	I - Há quanto tempo mora sem			unida	ade da fe	deraç			10
(	) Há 1 ano	` '	6 anos			(	,		10 anos
•	) Há 2 anos ) Há 3 anos	( ) па ( ) На	7 anos			(	,		15 anos 20 anos
(	) Há 4 anos	` '	9 anos			(	,		25 anos
(	) Há 5 anos	` '	10 anos			(	,		30 anos
`	) The Grands	( ) ! ! !	10 41100			'	, , ι ι α	maio do	oo anoo
1.5	5 - Há quanto tempo mora sem	interrupçã	ão neste	muni	cípio?				
(	) Há 1 ano	, ,	6 anos			(	,		10 anos
(	) Há 2 anos	, ,	7 anos			(	,		15 anos
(	) Há 3 anos	` '	8 anos			(	,		20 anos
(	) Há 4 anos	` '	9 anos			(	,		25 anos
(	) Há 5 anos	( ) на	10 anos			(	) на	mais de	30 anos
1.6	S - Em que unidade da federaçã	io e munic	cípio mo	rava a	ıntes de r	nuda	r-se pa	ra este	município
(	) AC ( ) CE	( ) MT	)	) PE		( )	RO	(	) TO
Ì	) AL ( ) DF	( ) MS	(	) PI		( )	RR	,	,
(	) AP ( ) ES	( ) MG	(	) R	J	( )	SC		
(	) AM ( ) GO	( ) PB	(	) RI	V	( )	SE		
(	) BA ( ) MA	( ) PA	(	) R	S	( )	SP		

# 2 - SITUAÇÂO CONJUGAL

2.1 - Vive em companhia de cônjuge ou compan	heira?
( ) Sim	
( ) Não, mas viveu antes [Siga para a questão 2.3]	
( ) Nunca viveu [Siga para a questão 2.3]	
2.2 - Qual a natureza da união?	/ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \
( ) Casamento civil e religioso	( ) Casamento apenas no religioso
( ) Casamento apenas no civil	( ) União consensual
2.3 - Qual o seu estado civil?	
( ) Casado (civil e/ou religioso)	
( ) Solteiro [Siga para a questão 3.1]	
. ,	ige mas ainda não se divorciou) [ <b>Siga para a questão</b>
3.1]	ige mas amua nao se divorciou) (siga para a questao
( ) Divorciado [Siga para a questão 3.1]	
( ) Viúvo(a) [Siga para a questão 3.1]	
( ) mano(a) [eiga paira a queeiae eii]	
2.4 - Qual é a situação profissional atual do seu	cônjuge ou companheira: [Estimular a resposta]
( ) Empresário / Empregador	
( ) Profissional Liberal / Autônomo em atividade ,	não Empregador
( ) Funcionário Público	, •
( ) Empregado, tempo integral 44 horas semanais	s ou mais
( ) Empregado, tempo parcial 15 à 44 horas sema	anais
( ) Empregado, menos que tempo parcial Até 15 l	noras semanais
( ) Auxiliar ou Aprendiz familiar, sem remuneração	0.
( ) Desempregado à 12 meses / tentou emprego i	nos últimos 12 meses
( ) Desempregado à mais que 12 meses / tentano	lo o primeiro emprego e não consegue
( ) Estudante que só estuda	
( ) Do Lar que não trabalha fora	
( ) Aposentado por tempo de serviço, que não tra	balha mais
( ) Aposentado por invalidez permanente	
( ) Inválido sem pensão	
( ) Outros	
( ) Não respondeu	
3 - PERFIL SOCIOECONÔMICO	
3.1 Qual o grau de escolaridade do Senhor?	(03 / 1 40 14)
( ) Nenhum (analfabeto)	(8° série do 1° grau completa)
( ) Primário incompleto	( ) Colegial incompleto
(até a 4° série do 1° grau incompleta)	(até a 3° série do 2° grau incompleta)
( ) Primário completo	( ) Colegial completo
(4° série do 1° grau completa)	(3° série do 2° grau completa)
( ) Ginásio incompleto	( ) Superior incompleto
(até a 8° série do 1° grau incompleta)	( ) Superior completo
( ) Ginásio completo	
3.2 - Atualmente frequenta algum curso?	/ \NSo to:
( ) Sim	( ) Não [Siga para a questão 3.4]

<ul> <li>3.3 - Qual curso frequenta?</li> <li>( ) Alfabetização de jovens e adultos</li> <li>( ) Regular do ensino fundamental</li> <li>( ) Educação de jovens e adultos em nível fundamental ou Supletivo do Ensino Fundamental</li> <li>( ) Regular do ensino médio</li> </ul>	<ul> <li>( ) Educação de jovens e adultos em nível médio ou Supletivo do Ensino Médio</li> <li>( ) Curso técnico (subsequente, profissionalizante, etc.)</li> <li>( ) Curso Superior</li> <li>( ) Pós-graduação</li> </ul>
3.4 - Atualmente possui algum rendimento provenie 3.4.1 - Aposentadoria ou pensão de Instituto de Pre <i>Municipal)?</i> ( ) Sim	
3.4.2 - Aluguel de Imóvel?  ( ) Sim	( ) Não
3.4.3 - Programa Social (Bolsa-Família ou Programa ( ) Sim	a de Erradicação do Trabalho Infantil)? ( )Não
<ul><li>3.4.4 - Outros programas sociais ou de transferênce</li><li>( ) Sim</li></ul>	ia de renda(oficial)? ( ) Não
3.4.5 - Outras fontes (juros de poupança, aplicação previdência privada, etc.)  ( ) Sim	ões financeiras, pensão ou aposentadoria de ( ) Não
3.5 - Além da produção de acerola, possui algum ou ( ) Sim	utro trabalho remunerado fixo? ( ) Não [Siga para a questão 3.7]
3.6 - Em qual setor econômico?  ( ) Construção Civil ( ) Agropecuária e Extrativismo Vegetal/Animal ( ) Serviços de Alojamento e Alimentação ( ) Comércio Varejista/Atacadista e Serviços de Reparação de Produtos ( ) Serviços Diversos de Apoio à Atividade Empresarial ( ) Indústria de Produtos Minerais Não- Metálicos ( ) Serviços de Transporte, Correios e Auxiliares ( ) Indústria de Produtos de Madeira e de Produtos Mobiliários ( ) Serviços Financeiros e Auxiliares ( ) Indústria de Papel e Gráfica ( ) Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	<ul> <li>( ) Serviços de Comunicação/Telecomunicação</li> <li>( ) Indústria de Produtos de Borracha e Plástico</li> <li>( ) Indústria Têxtil, de Vestuário e de Calçados</li> <li>( ) Indústria de Produtos Minerais Metálicos</li> <li>( ) Indústria de Produtos Eletroeletrônicos, de Comunicação e de Medicina</li> <li>( ) Serviços de Locação Imobiliária</li> <li>( ) Atividades Associativas</li> <li>( ) Indústria/Serviços Urbanitários</li> <li>( ) Indústria de Alimentos, Bebidas e Fumo</li> <li>( ) Indústria de Produtos Mecânicos</li> <li>( ) Indústria Extrativista Mineral</li> <li>( ) Indústria Química e Petroquímica</li> <li>( ) Indústria de Produtos de Transporte</li> <li>( ) Serviços de Educação, Saúde, Assist.</li> </ul>

( ) Outras Atividades 3.7 - Além da produção de acerola, possui algum outro trabalho remunerado não-fixo ("bicos", etc.)? ( ) Sim ( ) Não 3.8 - Qual o rendimento bruto mensal da produção de acerola em período de safra? (aproximadamente) ) Entre R\$0,00 e R\$500,00 ) Entre R\$5.500,00 e R\$6.000,00 ) Entre R\$500,00 e R\$1.000,00 ) Entre R\$6.000,00 e R\$6.500,00 ) Entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00 ) Entre R\$6.500,00 e R\$7.000,00 ) Entre R\$1.500,00 e R\$2.000,00 ) Entre R\$7.000,00 e R\$7.500,00 ) Entre R\$2.000,00 e R\$2.500,00 ) Entre R\$7.500,00 e R\$8.000,00 ) Entre R\$2.500,00 e R\$3.000,00 ) Entre R\$8.000,00 e R\$8.500,00 ) Entre R\$3.000,00 e R\$3.500,00 ) Entre R\$8.500,00 e R\$9.000,00 ) Entre R\$3.500,00 e R\$4.000,00 ) Entre R\$9.000,00 e R\$9.500,00 ) Entre R\$4.000,00 e R\$4.500,00 ) Entre R\$9.500,00 e R\$10.000,00 ) Entre R\$4.500,00 e R\$5.000,00 ) Entre R\$10.000,00 e R\$12.000,00 ) Entre R\$5.000,00 e R\$5.500,00 ) Não sabe/Não respondeu 3.9 - Qual o rendimento bruto mensal da produção de acerola em período de entressafra? ) Entre R\$5.500,00 e R\$6.000,00 ) Entre R\$0,00 e R\$500,00 ) Entre R\$500,00 e R\$1.000,00 ) Entre R\$6.000,00 e R\$6.500,00 ) Entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00 ) Entre R\$6.500,00 e R\$7.000,00 ) Entre R\$1.500,00 e R\$2.000,00 ) Entre R\$7.000,00 e R\$7.500,00 ) Entre R\$2.000,00 e R\$2.500,00 ) Entre R\$7.500,00 e R\$8.000,00 ) Entre R\$2.500,00 e R\$3.000,00 ) Entre R\$8.000,00 e R\$8.500,00 ) Entre R\$3.000,00 e R\$3.500,00 ) Entre R\$8.500,00 e R\$9.000,00 ) Entre R\$3.500,00 e R\$4.000,00 ) Entre R\$9.000,00 e R\$9.500,00 ) Entre R\$4.000,00 e R\$4.500,00 ) Entre R\$9.500,00 e R\$10.000,00 ) Entre R\$4.500,00 e R\$5.000,00 ) Entre R\$10.000,00 e R\$12.000,00 ) Entre R\$5.000,00 e R\$5.500,00 ) Não sabe/Não respondeu 3.10 - Renda individual mensal? ) Até 1.000,00 ) Entre R\$6.000,00 e R\$7.000,00 ) Entre R\$1.000,00 e R\$ 2.000,00 ) Entre R\$7.000,00 e R\$8.000,00 ) Entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00 ) Entre R\$8.000,00 e R\$9.000,00 ) Entre R\$9.000,00 e R\$10.000,00 ) Entre R\$3.000,00 e R\$4.000,00 ) Entre R\$4.000,00 e R\$5.000,00 ) Acima de 10.000,00 ) Não sabe/Não respondeu ) Entre R\$5.000,00 e R\$6.000,00 3.11 - Renda familiar mensal? ) Até 1.000,00 ) Entre R\$6.000,00 e R\$7.000,00 ) Entre R\$1.000,00 e R\$ 2.000,00 ) Entre R\$7.000,00 e R\$8.000,00 ) Entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00 ) Entre R\$8.000,00 e R\$9.000,00 ) Entre R\$3.000,00 e R\$4.000,00 ) Entre R\$9.000,00 e R\$10.000,00 ) Entre R\$4.000,00 e R\$5.000,00 ) Acima de 10.000,00 ) Entre R\$5.000,00 e R\$6.000,00 ) Não sabe/Não respondeu

(	<b>2 - A sua ren</b> ) Sim ) Não	da é uma	das duas pi	rincipais fontes ecc		família? ão respondeu	
(	<b>3 - Em média</b> ) Até 2 horas ) Entre 2 e 4 l ) Entre 4 e 6 l	horas	horas desti ( (	na à produção de a ) Entre 6 e 8 horas ) Acima de 8 horas	•	ia? ( ) Não sabe/Não respondeu	
(	<b>4 - O senhor</b> ) Sim ) Não	classifica	a produção	o de acerola como s ( )		fonte de renda? ão respondeu	
4	- PERFIL DO	OMICILIAF	2				
(	- <b>O domicílio</b> ) Próprio (já p ) Próprio (aind	ago)	(	) Alugado ) Cedido por empre	gador	( ) Cedido de outra forma ( ) Outra condição	ì
( (	- Quantas po ) 1 pessoa ) 2 pessoas ) 3 pessoas ) 4 pessoas	essoas re	sidem atual ( ( (	mente no domicílio ) 5 pessoas ) 6 pessoas ) 7 pessoas ) 8 pessoas	<b>?[</b> Excluir e	mpregados domésticos  ( ) 9 pessoas ( ) 10 pessoas ( ) Entre 10 e 15 pessoas ( ) Acima de 15 pessoas	
( (	- Quantos ac ) 1 pessoa ) 2 pessoas ) 3 pessoas ) 4 pessoas	dultos res	idem na cas ( ( (	6a? ) 5 pessoas ) 6 pessoas ) 7 pessoas ) 8 pessoas		( ) 9 pessoas ( ) 10 pessoas ( ) Entre 10 e 15 pessoas ( ) Acima de 15 pessoas	
( ( ( (	- Quantos m ) 1 pessoa ) 2 pessoas ) 3 pessoas ) 4 pessoas ) 5 pessoas	enores de	e idade resid ( ( ( (	dem no domicílio? ) 6 pessoas ) 7 pessoas ) 8 pessoas ) 9 pessoas ) 10 pessoas		( ) Entre 10 e 15 pessoas ( ) Acima de 15 pessoas ( ) Nenhum	
	- <b>O Senhor t</b> ) Sim	em filhos	?	( )	Não [Siga pa	ra a questão 5.1]	
4.6	- Em relação	_			<b> </b>		
	Gênero	Quant.	Moram n	o mesmo domicílio	Depend	entes financeiros do Sr.	
	Homens						
		i	i				

### 5 - ASPECTOS GERAIS DA PRODUÇÃO

5.1 - Há quanto tempo é produtor ( ) Há menos de 1 ano ( ) Entre 1 e 2 anos ( ) Entre 2 e 4 anos ( ) Entre 4 e 6 anos ( ) Entre 6 e 8 anos	r agrícola no Projeto Senador Nilo Coelho?  ( ) Entre 8 e 10 anos ( ) Entre 10 e 12 anos ( ) Entre 12 e 14 anos ( ) Acima de 14 anos ( ) Não sabe informar
5.2 - Há quanto tempo é produtor  ( ) Há menos de 1 ano ( ) Entre 1 e 2 anos ( ) Entre 2 e 4 anos ( ) Entre 4 e 6 anos ( ) Entre 6 e 8 anos	r de acerola no Projeto Senador Nilo Coelho?  ( ) Entre 8 e 10 anos ( ) Entre 10 e 12 anos ( ) Entre 12 e 14 anos ( ) Acima de 14 anos ( ) Não sabe informar
5.3 - Emprega algum trabalhador ( ) Sim ( ) Não [Siga para a questão 5.7]	fixo na produção de acerola?  - Considerar apenas trabalhadores remunerados
<ul> <li>5.4 - Quantos funcionário(s) fixo(</li> <li>( ) Apenas 1 funcionário</li> <li>( ) 2 funcionários</li> <li>( ) 3 funcionários</li> </ul>	(s) emprega na produção de acerola?  ( ) 4 funcionários ( ) 5 funcionários ( ) Acima de 5 funcionários
<ul><li>5.5 - Qual o regime de trabalho d</li><li>( ) Trabalhador em tempo integra</li><li>( ) Trabalhador em tempo parcial</li></ul>	I (acima de 30 horas semanais)
5.6 - Os trabalhadores fixos tamb ( ) Sim	pém auxiliam em na colheita em época de safra? ( ) Não
5.7 - Em período de safra contrat ( ) Sim	a trabalhadores destinados especificamente para a colheita? ( ) Não [Siga para a questão 5.11]
<ul> <li>5.8 - Em média, quantos trabalha</li> <li>( ) Até 2 funcionários</li> <li>( ) Até 4 funcionários</li> <li>( ) Até 6 funcionários</li> <li>( ) Até 8 funcionários</li> </ul>	dores contrata na época de colheita da safra?  ( ) Até 10 funcionários ( ) Até 18 funcionários ( ) Até 20 funcionários ( ) Até 14 funcionários ( ) Acima de 20 ( ) Até 16 funcionários
5.9 - Os trabalhadores contratado	os na época de colheita são pagos por produção?

<ul> <li>5.10 - Qual o valor médio pago pela caixa (20kg) col</li> <li>( ) Aproximadamente R\$ 2,00</li> <li>( ) Aproximadamente R\$ 3,00</li> <li>( ) Aproximadamente R\$ 4,00</li> <li>( ) Aproximadamente R\$ 5,00</li> </ul>	olhida de acerola?  ( ) Aproximadamente R\$ 7,00 ( ) Aproximadamente R\$ 8,00 ( ) Aproximadamente R\$ 9,00 ( ) Aproximadamente R\$ 10,00 ( ) Acima de R\$ 10,00
( ) Aproximadamente R\$ 6,00	( ) Acima de R\$ 10,00
5.11 - O Senhor produz alguma outra cultura além ela(s)? [Pode marcar mais de uma alternativa]	da acerola? Qual(is)? Qual a área destinada a
( ) Bananahectares	( ) Feijãohectares
( ) Goiabahectares	( ) Tomatehectares
( ) Cocohectares	( ) Mandiocahectares
( ) Melãohectares	( ) Outra. Qual(is):
( ) Melanciahectares	hectares
( ) Mangahectares	hectares
( ) Maracujáhectares	hectares
( ) Caju hectares	hectares
( ) Mamãohectares	( ) Não produz outra cultura além da acerola
5.12 - Dos itens abaixo escolha os 4 mais important marcar mais de uma alternativa]  ( ) Baixo custo inicial para produção ( ) Facilidade de manejo ( ) Bons preços no mercado ( ) Possibilidade de firmar parceira como fornecedor o ( ) Facilidade de comercialização ( ) Conhecimento que tinha sobre a cultura ( ) Estímulo externo (de consultores, técnicos, outros ( ) Possibilidade de acessar linhas de crédito específi	de alguma empresa específica s produtores, órgãos governamentais, etc.)

## 5.13 - Qual(is) variedade(s) de acerola o Senhor(a) cultiva? Qual a área destinada a ela(s)? Qual a produção média anual por cada variedade? [Pode marcar mais de uma alternativa]

item	Variedade	hectares	Toneladas por ano
	Okinawa		
	Junko		
	Flor Branca		
	Sertaneja		
	Costa Rica		
	Comum		
	Outra. Qual?		
	Outra. Qual?		
	Outra. Qual?		
	nl de área plantada de produção anual	1	2

( ( (	4 - Qual o tipo de irrigação uti ) Aspersão convencional ) Micro-aspersão ) Gotejamento ) Pivô central ) Canhão Hidráulico		le por	arcar mais de uma alt ( ) Não utiliza ne método de Irrigaçã ( ) Não sabe info	enhum ão
	<b>5 - Há algum interesse em m</b> u ) Sim	dar as variedades cul (		rola por outra(s)? ra a questão 5.18]	
	6 - Por qual(is) motivo(s)? [Po ) Baixa produtividade das espéc ) Baixo valor agregado do produ ) Idade das plantas cultivadas ) A espécie atual é mais suscep ) A ocorrência de alguma praga ) Melhor valor de mercado das ) Incentivo e/ou sugestão de alg ) Incentivo e/ou sugestão de alg ) Outro motivo. Qual?	cies atuais uto gerado pela espécie otível à pragas orástica na lavoura espécies a serem impla gum parceiro comercial gum técnico agrícola ou	e atual antadas agrônomo		
( ( (	7 - Qual a nova variedade que ) Okinawahec ) Junkohec ) Flor Brancahec ) Sertanejahec ) Costa Ricahec	tares ( tares ( tares	quantos hectaro ) Comum ) Outra. Qual(is	hecta	res _hectares _hectares
cul	8 - O Senhor cogita trocar tura? ) Sim	a área plantada da	•	ou parcialmente) a a questão 5.20.1]	por outra
	9 - Por qual(is) motivo(s)? [Po ) Baixa produtividades da acerd ) Baixo valor agregado da acerd ) Oscilação constante de preços ) Crise no mercado ) Elevado custo na manutenção ) Melhor valor de mercado das o ) Mão-de-obra exigida na colhe ) A acerola é mais susceptível ) Idade das plantas cultivadas ) Incentivo e/ou sugestão de alg ) Incentivo e/ou sugestão de alg ) Outro motivo. Qual?	ola plantada ola o da acerola culturas a serem implar ita da acerola é muito d à pragas	ntadas iispendiosa		

١٠.		hectares		( ) Feijã	0	he	ctares
) Golaba		hectares				he	ctares
		hectares		( ) Mano	dioca	he	ectares
,		hectares			a. Qual(is):		
, Melancia		hectares		,	` ,		hecta
,		hectares					hecta
		hectares					hecta
, .		hectares					hecta
) Mamão		hectares		( ) Ainda	a não sabe	e informar	
<b>1.1 - Os m</b> ) Sim <b>2.2 - Quai</b> s	embro d		trabalham en	- n alguma etap	Siga para a	questão 5.2	0.3]
rnativa]							
			Etapa	do processo pro	dutivo		
Membro da Família	Plantio	Adubação e Fertilização	Etapa Manejo de Irrigação	do processo pro Aplicação de defensivos	dutivo Colheita	Pós Colheita	Outras atividades
Família	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família Filho(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família Filho(s) Filha(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s)  Filha(s)  Esposa  Pai  Mãe	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s) Irmã(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			
Família  Filho(s)  Filha(s)  Esposa  Pai  Mãe  Irmão(s)  Irmã(s)  Cunhado(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s) Irmã(s) Cunhado(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s) Irmã(s) Cunhado(s) Cunhada(s) Genro(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s) Irmã(s) Cunhado(s) Cunhada(s) Genro(s) Nora(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s) Irmã(s) Cunhado(s) Cunhada(s) Genro(s) Nora(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s) Irmã(s) Cunhado(s) Cunhada(s) Genro(s) Nora(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades
Família  Filho(s) Filha(s) Esposa Pai Mãe Irmão(s) Irmã(s) Cunhado(s) Cunhada(s) Genro(s) Nora(s) Sobrinho(s)	Plantio		Manejo de	Aplicação de			atividades

5.	.24 - Atualmente qual o destino de sua produção de acerola? [Pode marcar mais de uma alternativa
(	) I - Venda para empresas que fabricam Concentrados (Nutriligth, Niagro, Duas Rodas, etc.)
(	) II - Venda para empresas que fabricam Polpas e Sucos (da própria região do Vale)
(	) III - Venda para empresas que fabricam Polpas e Sucos (fora da região do Vale)
(	) IV - Venda para atravessadores locais
ĺ	<b>V</b> - Venda para atravessadores de outra(s) localidade(s)
(	) VI - Venda direta para grandes distribuidoras (Mercado do produtor, CEASA's)
(	) VII - Venda direta em outros mercados do Nordeste (via preposto)
Ì	) VIII - Venda direta em outros mercados fora do Nordeste (via preposto)
ĺ	) IX - Venda direta para Supermercados, Lojas de Frutas, etc.
ì	X - Venda direta ao consumidor final em Feiras livres (Ex. feiras doe produtores)

### ) XI - Venda para Cooperativas e/ou Associações

) XII - Não sabe informar/Não quis

# 5.25 - Com base na resposta anterior faça uma estimativa (valores aproximados) de quanto por cento (%) de sua produção é destinada a cada um dos itens escolhidos. [Considerar quantidade ou porcentagem]

- Considerar a "região do Vale" apenas as cidades do polo Petrolina/Juazeiro e circunvizinhas (Santa Maria da Boa Vista; Lagoa Grande; Casa Nova; Curaçá)

Item	Destino da Produção	Quant. (kg)	Porcentagem (%)
	I - Venda para empresas que fabricam Concentrados (Nutriligth, Niagro, Duas Rodas, etc.)		
	II - Venda para empresas que fabricam Polpas e Sucos (da própria região do Vale)		
	III - Venda para empresas que fabricam Polpas e Sucos (fora da região do Vale)		
	IV - Venda para atravessadores locais		
	V - Venda para atravessadores de outra(s) localidade(s)		
	VI - Venda direta para grandes distribuidoras (Mercado do produtor, CEASA´s)		
	VII - Venda direta em outros mercados do Nordeste (via preposto)		
	VIII - Venda direta em outros mercados fora do Nordeste (via preposto)		
	IX - Venda direta para Supermercados, Lojas de Frutas, etc.		
	X - Venda direta ao consumidor final em Feiras livres (Ex: feiras doe produtores)		
	XI - Venda para Cooperativas e/ou Associações		

### ATENÇÃO!

Caso o entrevistado NÃO indique o item *I - Venda para empresas que fabricam Concentrados (Nutriligth, Niagro, Duas Rodas, etc.)* como um dos destinos de sua produção (questão 5.26):

→ ENCERRAR O QUESTIONÁRIO!

( )	Para on NIAGF Nutrilg Duas F	RO ht	le concentrados forne	ece acerola? ( ) Outra. Qual? ( ) Não informou		
	<b>Como</b> Verde	a acerola é vend	ida para a empresa? ( ) Madura		( ) Mista (Verde	e Madura)
	- Qual		pago pela empresa	na caixa (20kg)	de acerola? [Conside	rar números
		No ano passado		Atualmente		]
	Item	Tipo de Acerola	Preço por caixa (20kg)	Tipo de Acerola	Preço por caixa (20kg)	
		Acerola Verde		Acerola Verde		
		Acerola Madura		Acerola Madura		
		Acerola Mista (Verde e Madura)		Acerola Mista (Verde e Madura)		
6.5 - ( ) 6.6 - ( ) ( ) ( ) ( )	Existe Sim Qual(i Pagam Valor p Transp Forned Manute	em vantagens na is) é (são) esta(s) nento em dia pago pela caixa de porte do produto ro cimento de assistên cimento de content enção do preço pa	ça/empresa ncia técnica	( ) Não  m a empresa? ( ) Não [Siga  marcar mais de uma	lação	
<b>6.7</b> - ( )		em desvantagens	na parceria comercia	•	? para a questão 6.9]	
<pre>( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( )</pre>	Forned Adequ Fiscali: Mudan Ausên Outras	simento exclusivo ação obrigatória a zação e/ou monito iça de preço sem a cia de transporte p	ara a acerola: Roça-en	aráter produtivo rodução pela emp npresa	resa	
ნ.9 -	<b>Qual</b> a	a periodicidade d	o pagamento?			

<ul><li>( ) Diariamente</li><li>( ) Semanalmente</li><li>( ) Quinzenalmente</li></ul>	<ul><li>( ) Mensalmente</li><li>( ) Outros. Qual?</li></ul>
6.10 - Como é a forma de pagamento?  ( ) Pagamento em dinheiro diretamente na cas ( ) Pagamento em cheque diretamente na cas ( ) Pagamento em dinheiro diretamente na em ( ) Pagamento em cheque diretamente na em ( ) Pagamento com depósito em conta bancário	a ou lote do produtor npresa presa
6.11 - Há atrasos no pagamento?  ( ) Constantemente ( ) Raran	mente ( ) Não há atrasos
empresa(s)?	bandonar as relações comerciais a(s) com a(s)
( ) Sim	( ) Não [Siga para a questão 7.1.1]
<ul> <li>( ) Rigidez das normas de produção</li> <li>( ) Fiscalização constante</li> <li>( ) Outros canais de comercialização com pred</li> <li>( ) Outros. Qual?</li> </ul> 7 - VINCULAÇÃO 7.1 - ADUBOS 7.1.1 - A empresa fornece ou já forneceu adu <ul> <li>( ) Sim</li> </ul>	ıbos para a plantação do senhor ( ) Não [Siga para a questão 7.1.4]
7.1.2 - A empresa facilita ou já facilitou a comercial ou fornecedor da região?  ( ) Sim	compra de Adubos junto a algum estabelecimento  ( ) Não
	ecedores da empresa nto aos estabelecimentos comerciais da região pensado quando do processamento da acerola
7.2 - FERTILIZANTES 7.2.1 - A empresa fornece ou já forneceu ferti	ilizantes para a plantação do Senhor? ( ) Não [Siga para a questão 7.2.3]
7.2.2 - A empresa facilita ou já facilitou a co comercial ou fornecedor da região?  ( ) Sim	mpra de fertilizantes junto a algum estabelecimento  ( ) Não

<ul> <li>7.2.3 - De que modo é feito essa facilitação?</li> <li>( ) Descontos específicos para produtores fornecedore</li> <li>( ) Flexibilização das formas de pagamento junto aos</li> <li>( ) Adiantamento de pagamento para ser compensado</li> <li>( ) Outra forma. Qual?</li> </ul>	estabelecimentos comerciais da região o quando do processamento da acerola
7.3 - DEFENSIVOS AGRÍCOLAS 7.3.1 - A empresa fornece ou já forneceu defensivo a	agrícola para a plantação do Senhor? ( ) Não [ <i>Siga para a questão 7.3.3</i> ]
7.3.2 - A empresa facilita ou já facilitou a compestabelecimento comercial ou fornecedor da região ( ) Sim	
<ul> <li>7.3.3 - De que modo é feito essa facilitação?</li> <li>( ) Descontos específicos para produtores fornecedore</li> <li>( ) Flexibilização das formas de pagamento junto aos</li> <li>( ) Adiantamento de pagamento para ser compensado</li> <li>( ) Outra forma. Qual?</li> </ul>	estabelecimentos comerciais da região o quando do processamento da acerola
7.4 - MUDAS E PLANTAS 7.4.1 - A empresa fornece ou já forneceu mudas par	a o cultivo do Senhor? ( ) Não [Siga para a questão 7.4.4]
7.4.2 - A empresa facilita ou já facilitou a cor estabelecimento comercial, viveirista ou fornecedo ( ) Sim	
7.4.3 - De que modo é feito essa facilitação?  ( ) Descontos específicos para produtores fornecedore ( ) Flexibilização das formas de pagamento junto aos ( ) Adiantamento de pagamento para ser compensado ( ) Outra forma. Qual?	estabelecimentos comerciais da região o quando do processamento da acerola
7.5 - EQUIPAMENTOS 7.5.1 - PREPARO DO SOLO 7.5.1.1 - A empresa fornece ou já forneceu algum e cultivada do senhor?  ( ) Sim	equipamento para o preparo do solo na área ( ) Não [Siga para a questão 7.5.1.4]
7.5.1.3 - A empresa facilita ou já facilitou a compralgum estabelecimento comercial ou fornecedor da ( ) Sim	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
<ul><li>7.5.1.5 - De que modo é feito essa facilitação?</li><li>( ) Descontos específicos para produtores fornecedore</li></ul>	es da empresa

<ul> <li>( ) Flexibilização das formas de pagamento junto aos estabelecimentos comerciais da região</li> <li>( ) Adiantamento de pagamento para ser compensado quando do processamento da acerola</li> <li>( ) Outra forma. Qual?</li> </ul>	
7.5.2 - PLANTIO 7.5.2.1 - A empresa fornece ou já forneceu algum equipamento para a etapa de plantio na cultivada do senhor?  ( ) Sim	ı área
7.5.2.4 - A empresa facilita ou já facilitou a compra equipamentos para plantio junto a a estabelecimento comercial ou fornecedor da região?  ( ) Sim	ılgum
<ul> <li>7.5.2.5 - De que modo é feito essa facilitação?</li> <li>( ) Descontos específicos para produtores fornecedores da empresa</li> <li>( ) Flexibilização das formas de pagamento junto aos estabelecimentos comerciais da região</li> <li>( ) Adiantamento de pagamento para ser compensado quando do processamento da acerola</li> <li>( ) Outra forma. Qual?</li> </ul>	
7.5.3 -TRATOS CULTURAIS E MANEJO 7.5.3.1 - A empresa fornece ou já forneceu algum equipamento para a etapa de manejo na cultivada do senhor?  ( ) Sim   ( ) Não [Siga para a questão 7.5.3.4]	ı área
7.5.3.4 - A empresa facilita ou já facilitou a compra de equipamento de manejo junto a a estabelecimento comercial ou fornecedor da região?  ( ) Sim	ılgum
<ul> <li>7.5.3.5 - De que modo é feito essa facilitação?</li> <li>( ) Descontos específicos para produtores fornecedores da empresa</li> <li>( ) Flexibilização das formas de pagamento junto aos estabelecimentos comerciais da região</li> <li>( ) Adiantamento de pagamento para ser compensado quando do processamento da acerola</li> <li>( ) Outra forma. Qual?</li> </ul>	
7.5.4 - COLHEITA 7.5.4.1 - A empresa fornece ou já forneceu algum equipamento para a etapa de colheita na cultivada do senhor?  ( ) Sim	ı área
7.5.4.4 - A empresa facilita ou já facilitou a compra de equipamentos de colheita junto a a estabelecimento comercial ou fornecedor da região?  ( ) Sim	ılgum
<ul> <li>7.5.4.5 - De que modo é feito essa facilitação?</li> <li>( ) Descontos específicos para produtores fornecedores da empresa</li> <li>( ) Flexibilização das formas de pagamento junto aos estabelecimentos comerciais da região</li> <li>( ) Adiantamento de pagamento para ser compensado quando do processamento da acerola</li> </ul>	

( ) Outra forma. Qual?		
7.5.5 - PÓS-COLHEITA 7.5.5.1 - A empresa fornece ou já forneceu algumárea cultivada do senhor (a):  ( ) Sim	n equipamento para a etapa ( ) Não [Siga para a questa	•
7.5.5.4 - A empresa facilita ou já facilitou a cor algum estabelecimento comercial ou fornecedor c		oós-colheita junto a
<ul> <li>7.5.5.5 - De que modo é feito essa facilitação?</li> <li>( ) Descontos específicos para produtores fornecedo</li> <li>( ) Flexibilização das formas de pagamento junto ao</li> <li>( ) Adiantamento de pagamento para ser compensa</li> <li>( ) Outra forma. Qual?</li> </ul>	os estabelecimentos comercia do quando do processamento	o da acerola
7.6 - CONTRATOS 7.6.1 - O Senhor (a) fez algum tipo de contrat produção para a empresa?  ( ) Sim  ( ) Não [Siga para a questão]	o (informal ou formal) pa	ra fornecimento da
<ul> <li>7.6.2 - O contrato é de natureza?</li> <li>( ) Formal, ajuizado em cartório</li> <li>( ) Informal, sem ajuizamento em cartório mas com</li> <li>( ) Verbal</li> </ul>	a presença de documentação	)
( ) Não sabe informar		
7.6.3 - Qual o prazo de duração do contrato (indep ( ) Mensal ( ) Semestral ( ) Bimestral ( ) Anual ( ) Trimestral ( ) 2 anos		ntrato)? ( )Apenas no período da safra
7.6.4 - Há quantos anos ininterruptos o senhor com a respectiva empresa?  ( ) Há três meses ( ) Há 3 anos	mantém contrato de forne  ( ) Há 7 anos	cimento de acerola  ( ) Mais de 10
( ) Há seis meses ( ) Há 4 anos ( ) Há 1 ano ( ) Há 5 anos ( ) Há 2 anos ( ) Há 6 anos	( ) Há 8 anos ( ) Há 9 anos ( ) Há 10 anos	anos ( ) Não sabe informar
7.6.5 Já se desvinculou da empresa como forne tempo?		ar depois de algum
( ) Sim	()Não	

7.6.6 - Os contratos são estabelecido ( ) Antes da colheita (	s geralmente em qual período? ) No período da colheita	( ) Depois da fruta colhida
7.6.7 - Os preços são fixados em qua ( ) Antes da colheita (	I período? ) No período da colheita	( ) Depois da fruta colhida
7.6.8 - Há clausula de exclusividade i ( ) Sim	no fornecimento de acerola? ( ) Não	
7.6.9 - É estipulada pela empresa um ( ) Sim		er fornecida pelo senhor (a): ara a questão7.6.11]
<ul> <li>7.6.10 - Esta quantidade estipulada é</li> <li>( ) Sim</li> <li>( ) Não [Siga para a questão 7.6.12]</li> <li>( ) Não sabe informar [Siga para a questão 7.6.12]</li> </ul>	·	da?
<ul> <li>7.6.11 - No caso do Senhor, qual a qu</li> <li>( ) No mínimo 5 toneladas</li> <li>( ) No mínimo entre 5 e 10 toneladas</li> <li>( ) no mínimo entre 10 e 15 toneladas</li> <li>( ) No mínimo entre 15 e 20 toneladas</li> </ul>	( ) No mínimo ( ( ) No mínimo ( ( ) Acima de 30	entre 20 e 25 toneladas entre 25 e 30 toneladas
7.6.12 - Há cláusulas de penalidades ( ) Sim ( 7.6	para o senhor por quebra de co ) Não [Siga para a questão 5.14]	,
7.6.13 - Há cláusulas de penalidad informal) em qual situação?  ( ) Uso indevido de fertilizantes, adube ( ) Não alcance da cota mínima de pro ( ) Fornecimento para empresas conc ( ) Criação de animais na área de cult ( ) Outra forma. Qual?	os e defensivos agrícolas odução orrentes da empresa relacionada ivo da acerola	por contrato
7.6.14 - Do total da produção quant informal)?		
( ) Em torno de 25% ( ) Entre 25% e 50%	( ) Entre 50% e ( ) Entre 75% e	
7.6.15 - Há a cláusulas de penalid informal)?	ades para a empresa por qu	ebra de contrato (formal ou
( ) Sim	( ) Não sabe in	formar
Não [Siga para a questão 7.6.17]	,	
<ul> <li>7.6.16 - Há clausulas de penalidade p</li> <li>( ) Atraso de pagamento</li> <li>( ) Quebra de demanda da produção</li> <li>( ) Outra forma. Qual?</li> </ul>	ara a empresa em que situação	o? 

( ) Não sabe informar
7.6.17 - Antes de ser formalizada a parceira comercial com a empresa existem fiscalizações o averiguações sobre a produção?  ( ) Sim
7.6.18 - A empresa pode romper o contrato (formal ou informal) com o Senhor a qualque instante, mesmo o Senhor estande de acordo com todas as exigências produtivas?  ( ) Sim
7.6.19 - Numa situação como esta, a empresa é obrigada a pagar algum tipo de multa rescisóri ao produtor?  ( ) Sim
Já houve situações onde a empresa não cumpriu com algo que foi acordado no contrato (forma ou informal)?  ( ) Sim
7.8 - CRÉDITO 7.8.1 - A empresa fornece ou já lhe forneceu algum tipo de crédito?  ( ) Sim  ( ) Não [Siga para a questão 7.8.3]  ( ) Não sabe informar [Siga para a questão 7.8.3]
<ul> <li>7.8.2 - O Senhor recebeu o crédito para que situação?</li> <li>( ) Recebe ou recebeu crédito para cobrir custo com preparo, correção do solo ( ) Recebe ou recebeu crédito para cobrir custo com preparo, correção do solo e plantio ( ) Recebe ou recebeu crédito para cobrir custo com preparo, correção do solo, plantio e trato culturais</li> <li>( ) Recebe crédito para cobrir custo com preparo, correção do solo, plantio, tratos culturais e colheita ( ) Recebe crédito para cobrir custo com preparo, correção do solo, plantio, tratos culturais, colheita pós-colheita</li> </ul>
7.8.3 - Tem conhecimento se a empresa já forneceu a outro(s) produtores?  ( ) Sim
ATENÇÃO → AGRADECER, e SOLICITAR A ASSINATURA DO ENTREVISTADO NO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (última página) ENCERRAR O QUESTIONÁRIO!

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa Pequena produção agrícola e agronegócio no Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho: construção de índice de vinculação, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica do IFECT do Sertão Pernambucano Campus Petrolina Zona Rural e à pesquisa Processos sociais de subalternização do pequeno agricultor à empresa agrícola no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado) da Universidade Federal de Campina Grande.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelos pesquisadores Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, Manoel Pedro da Costa Júnior e Aline Rocha e eventuais alunos orientados.

Qualquer informação concedida será utilizada exclusivamente para fins científicos podendo ser veiculada em artigos, dissertações, teses e outros textos do gênero, mantendo sempre preservada a identidade do informante.

	Petrolina,	de	de
Assinatura do Entrevistado:			

ANEXO A - Tabela geral de produtores de acerola do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

QU	QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO DE ACEROLA NO PROJETO SENADOR NILO COELHO (2011)							
		ARE	A NILO COI	ELHO				
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO		
11	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A			
12	N-04	COLONO	ACEROL	1,80	С			
13	N-04	COLONO	ACEROL	4,00	С			
13	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M			
13	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	С			
13	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A			
14	N-04	COLONO	ACEROL	4,78	A	С		
15	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A			
16	N-04	COLONO	ACEROL	0,67	A			
16	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	С		
18	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A			
18	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A			
19	N-04	COLONO	ACEROL	5,50	A			
19	N-04	COLONO	ACEROL	0,80	A			
19	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A			
20	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	С			
24	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A			
24	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A			
26	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A			
26	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A			
26	N-04	COLONO	ACEROL	0,80	A			
26	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A			
28	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A			
28	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A			
28	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A			
28	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A			
30	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A			
30	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A			
30	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A			
30	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A			
32	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A			
32	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A			

ACEROL

1,00

С

N-04

33

COLONO

33	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
34	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	C	
35	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
36	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
36	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
36	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
37	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	С	
37	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
37	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
37	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
38	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
38	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
38	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
39	N-04	COLONO	ACEROL	0,70	M	С
40	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
40	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	A	
40	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
41	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
41	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
41	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
45	N-04	COLONO	ACEROL	4,00	A	
46	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	C	
47	N-04	COLONO	ACEROL	2,42	M	
48	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
51	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
53	N-04	COLONO	ACEROL	6,00	A	C
55	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	C
58	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
58	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
66	N-04	COLONO	ACEROL	4,90	C	
67	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
67	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
67	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
68	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	C	
68	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
68	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
68	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
68	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
68	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
69	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
69	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
69	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
69	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	

70	N-04	COLONO	ACEROL	4,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
71	N-04	COLONO	ACEROL	0,75	A	
71	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
71	N-04	COLONO	ACEROL	1,25	A	
71	N-04	COLONO	ACEROL	0,60	A	
72	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
72	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
73	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
73	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
73	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
74	N-04	COLONO	ACEROL	1,76	A	
74	N-04	COLONO	ACEROL	0,80	A	
74	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
74	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
76	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
76	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
76	N-04	COLONO	ACEROL	1,20	A	
76	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
78	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	M	
80	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
80	N-04	COLONO	ACEROL	2,50	A	
80	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
81	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	С	
81	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	С	
81	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	С	
81	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
82	N-04	COLONO	ACEROL	2,50	A	
82	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
82	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
83	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	С	
83	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
84	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
84	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
87	N-04	COLONO	ACEROL	0,80	A	
87	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
89	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
89	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
89	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
89	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
93	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
93	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	
93	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
94	N-04	COLONO	ACEROL	0,30	A	

94	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
94	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
94	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
94	N-04	COLONO	ACEROL	0,80	A	
95	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
95	N-04	COLONO	ACEROL	2,50	A	
95	N-04	COLONO	ACEROL	0,40	A	С
96	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
96	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	M	
97	N-04	COLONO	ACEROL	2,50	A	С
98	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
101	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	G	
101	N-04	COLONO	ACEROL	0,60	A	
103	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
103	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
104	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
104	N-04	COLONO	ACEROL	1,60	A	
105	N-04	COLONO	ACEROL	2,50	M	
105	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	
105	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
106	N-04	COLONO	ACEROL	1,80	A	
106	N-04	COLONO	ACEROL	4,40	A	
107	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
107	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
107	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
107	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
108	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	
108	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	A	
108	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
108	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
111	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
112	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
113	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
113	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
113	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
113	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
113	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
117	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
117	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
117	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
119	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
119	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
119	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	

119	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
120	N-04	COLONO	ACEROL	1,20	С	
120	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
121	N-04	COLONO	ACEROL	0,80	A	
121	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	A	
122	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
122	N-04	COLONO	ACEROL	0,80	A	
124	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
124	N-04	COLONO	ACEROL	2,10	A	
124	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	A	С
128	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	С	
128	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	С	
128	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	A	
129	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	С	
129	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	С	
129	N-04	COLONO	ACEROL	0,25	С	
130	N-04	COLONO	ACEROL	0,40	С	
130	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	С	
130	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	С	
130	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	
130	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
130	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
131	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
131	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
131	N-04	COLONO	ACEROL	0,30	A	
132	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
133	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	C	
134	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
134	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	C	
134	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
134	N-04	COLONO	ACEROL	0,60	A	
134	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
134	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
135	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
135	N-04	COLONO	ACEROL	1,40	A	
136	N-04	COLONO	ACEROL	0,40	M	
136	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
136	N-04	COLONO	ACEROL	0,60	M	
136	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
136	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	C
137	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	C	
138	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
138	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	

139	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
139	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
139	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	
140	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	
140	N-04	COLONO	ACEROL	0,40	С	
140	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	С	
140	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	
140	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	С	
141	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
141	N-04	COLONO	ACEROL	0,60	A	
142	N-04	COLONO	ACEROL	1,37	M	
142	N-04	COLONO	ACEROL	0,60	M	
143	N-04	COLONO	ACEROL	1,20	M	
143	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
144	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
144	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
144	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
146	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	
146	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	
146	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	
146	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	С	
147	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
147	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	M	
147	N-04	COLONO	ACEROL	0,30	M	
147	N-04	COLONO	ACEROL	0,30	M	
147	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
147	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
149	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
149	N-04	COLONO	ACEROL	0,88	С	
151	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
151	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
151	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
151	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
151	N-04	COLONO	ACEROL	1,80	A	
152	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
152	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
152	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
152	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
153	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	
153	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	С	
153	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	С	
153	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	С
153	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	С	С

153	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	M	С
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
154	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
154	N-04	COLONO	ACEROL	0,90	A	
154	N-04	COLONO	ACEROL	0,30	A	
156	N-04	COLONO	ACEROL	1,22	M	С
158	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
158	N-04	COLONO	ACEROL	0,70	M	
158	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
159	N-04	COLONO	ACEROL	1,30	A	
159	N-04	COLONO	ACEROL	0,60	A	
160	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
160	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
160	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
161	N-04	COLONO	ACEROL	1,32	A	
161	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
161	N-04	COLONO	ACEROL	0,30	A	
161	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
161	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
161	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	A	
162	N-04	COLONO	ACEROL	1,80	A	
162	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
162	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
162	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	A	
163	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
163	N-04	COLONO	ACEROL	3,50	A	
164	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	C	
164	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	
164	N-04	COLONO	ACEROL	0,40	A	
170	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	C	C
172	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
172	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
172	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	
172	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	
175	N-04	COLONO	ACEROL	0,98	С	
175	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	С	
175	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	C	С
175	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	A	
175	N-04	COLONO	ACEROL	3,00	С	
175	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	A	
176	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	C	
176	N-04	COLONO	ACEROL	2,00	M	С
176	N-04	COLONO	ACEROL	1,50	С	
178	N-04	COLONO	ACEROL	1,00	M	

178	N-04	COLONO	ACEROL	0,50	M	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
180	N-04	COLONO	ACEROL	2,50	A	
193	N-05	COLONO	ACEROL	1,50	A	
193	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	A	
195	N-05	COLONO	ACEROL	1,50	M	
195	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	M	
195	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	M	
197	N-05	COLONO	ACEROL	2,00	A	
204	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	M	
209	N-05	COLONO	ACEROL	0,64	A	
209	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	M	
209	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	M	
211	N-05	COLONO	ACEROL	1,28	A	
211	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	A	
211	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	A	
212	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	A	
214	N-05	COLONO	ACEROL	1,12	M	
214	N-05	COLONO	ACEROL	0,60	M	
215	N-05	COLONO	ACEROL	1,60	M	
218	N-05	COLONO	ACEROL	0,36	M	
218	N-05	COLONO	ACEROL	1,16	M	
224	N-05	COLONO	ACEROL	1,92	A	
240	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	A	
247	N-05	COLONO	ACEROL	2,00	C	
247	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	C	
247	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	C	
249	N-05	COLONO	ACEROL	1,50	A	
249	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	A	
249	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	A	
262	N-05	COLONO	ACEROL	1,50	A	
265	N-05	COLONO	ACEROL	0,48	A	С
265	N-05	COLONO	ACEROL	0,96	A	
265	N-05	COLONO	ACEROL	2,40	A	
265	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	A	
274	N-03	COLONO	ACEROL	2,00	A	
274	N-03	COLONO	ACEROL	0,30	A	
275	N-03	COLONO	ACEROL	2,00	A	
275	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
283	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
285	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
285	N-03	COLONO	ACEROL	0,80	A	
285	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
286	N-03	COLONO	ACEROL	1,40	A	

287	N-03	COLONO	ACEROL	3,60	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
289	N-03	COLONO	ACEROL	3,00	A	
289	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
293	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
298	N-03	COLONO	ACEROL	1,50	A	
299	N-03	COLONO	ACEROL	1,75	A	
300	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
300	N-03	COLONO	ACEROL	0,40	A	
300	N-03	COLONO	ACEROL	0,40	A	
300	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
301	N-03	COLONO	ACEROL	0,35	M	С
301	N-03	COLONO	ACEROL	0,30	M	С
301	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	M	
303	N-03	COLONO	ACEROL	1,50	A	
303	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	M	
304	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	M	
304	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
304	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
304	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
305	N-03	COLONO	ACEROL	2,52	A	
307	N-03	COLONO	ACEROL	1,50	A	
309	N-03	COLONO	ACEROL	0,75	A	
312	N-03	COLONO	ACEROL	1,70	A	
312	N-03	COLONO	ACEROL	1,30	M	
312	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
315	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
317	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
317	N-03	COLONO	ACEROL	1,50	A	
318	N-03	COLONO	ACEROL	0,75	A	
326	N-03	COLONO	ACEROL	4,50	M	С
328	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
332	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
332	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
332	N-03	COLONO	ACEROL	0,75	A	
332	N-03	COLONO	ACEROL	0,75	A	
332	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
332	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
333	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	M	
336	N-03	COLONO	ACEROL	0,75	A	
337	N-03	COLONO	ACEROL	3,40	A	
340	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
341	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
341	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	

346	N-03	COLONO	ACEROL	1,50	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
346	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	M	
346	N-03	COLONO	ACEROL	2,00	A	
346	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
350	N-03	COLONO	ACEROL	0,15	A	
350	N-03	COLONO	ACEROL	0,35	A	
353	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
353	N-03	COLONO	ACEROL	0,75	M	
353	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	M	
356	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
358	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
358	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
358	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
358	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
358	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
359	N-03	COLONO	ACEROL	2,00	A	
360	N-03	COLONO	ACEROL	1,35	M	
360	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	M	
361	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	M	
361	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
361	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
363	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
364	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
367	N-03	COLONO	ACEROL	3,00	A	
370	N-03	COLONO	ACEROL	2,00	A	
377	N-03	COLONO	ACEROL	0,30	A	
379	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	M	
379	N-03	COLONO	ACEROL	2,00	A	
380	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
382	N-03	COLONO	ACEROL	4,50	A	
383	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
385	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
385	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
389	N-03	COLONO	ACEROL	1,70	A	
389	N-03	COLONO	ACEROL	0,60	A	
390	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
395	N-03	COLONO	ACEROL	1,50	M	
397	N-03	COLONO	ACEROL	2,00	M	
397	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
397	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	G	
400	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
403	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	M	C
424	N-05	COLONO	ACEROL	0,20	A	

431	N-05	COLONO	ACEROL	1,76	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
433	N-05	COLONO	ACEROL	0,50	A	
434	N-05	COLONO	ACEROL	3,00	A	
438	N-05	COLONO	ACEROL	2,40	M	
439	N-05	COLONO	ACEROL	2,00	M	
441	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	A	
448	N-05	COLONO	ACEROL	1,50	M	
450	N-05	COLONO	ACEROL	2,00	A	
468	N-01	COLONO	ACEROL	0,75	M	
475	N-01	COLONO	ACEROL	1,00	M	
478	N-01	COLONO	ACEROL	1,00	A	
479	N-01	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
483	N-01	COLONO	ACEROL	1,00	С	
483	N-01	COLONO	ACEROL	0,10	A	
483	N-01	COLONO	ACEROL	1,00	A	
483	N-01	COLONO	ACEROL	3,00	A	
484	N-01	COLONO	ACEROL	1,00	M	
484	N-01	COLONO	ACEROL	0,40	M	
484	N-01	COLONO	ACEROL	2,50	M	С
493	N-01	COLONO	ACEROL	0,10	M	
505	N-01	COLONO	ACEROL	2,00	A	
508	N-01	COLONO	ACEROL	1,50	M	
518	N-01	COLONO	ACEROL	0,50	A	
521	N-01	COLONO	ACEROL	0,40	G	
553	N-02	COLONO	ACEROL	2,30	A	
554	N-02	COLONO	ACEROL	1,00	С	
554	N-02	COLONO	ACEROL	2,00	C	C
554	N-02	COLONO	ACEROL	1,00	C	
571	N-02	COLONO	ACEROL	0,20	M	
572	N-02	COLONO	ACEROL	1,00	A	
587	N-02	COLONO	ACEROL	1,00	A	
605	N-02	COLONO	ACEROL	0,50	A	C
609	N-02	COLONO	ACEROL	0,70	A	
619	N-02	COLONO	ACEROL	1,50	A	
655	N-06	COLONO	ACEROL	0,60	A	
655	N-06	COLONO	ACEROL	1,50	A	
676	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	A	
676	N-06	COLONO	ACEROL	0,80	M	
680	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	Α	
680	N-06	COLONO	ACEROL	1,50	A	
680	N-06	COLONO	ACEROL	2,00	A	
686	N-06	COLONO	ACEROL	2,00	Α	
692	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	M	

699	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
701	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	A	
711	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	M	
718	N-06	COLONO	ACEROL	1,50	M	
733	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	M	
733	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	M	
733	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	M	
733	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	M	
736	N-06	COLONO	ACEROL	0,80	A	C
740	N-06	COLONO	ACEROL	2,00	A	
745	N-06	COLONO	ACEROL	0,60	A	
745	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	A	
759	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	M	
760	N-06	COLONO	ACEROL	0,20	M	
762	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	A	
762	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	A	
762	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
778	N-06	COLONO	ACEROL	0,90	M	С
778	N-06	COLONO	ACEROL	0,50	A	
779	N-06	COLONO	ACEROL	1,50	A	C
806	PA-II	EMPRESA	ACEROL	2,00	M	
807	PA-II	EMPRESA	ACEROL	1,60	G	
817	PA-II	EMPRESA	ACEROL	2,00	A	
817	PA-II	EMPRESA	ACEROL	2,00	A	
821	N-11	COLONO	ACEROL	0,80	A	
822	N-11	COLONO	ACEROL	0,30	A	
822	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
824	N-11	COLONO	ACEROL	2,50	A	
824	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	A	
825	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	C	
825	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	С	
825	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	С	
825	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
825	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
826	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
828	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
828	N-11	COLONO	ACEROL	3,00	A	
829	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
829	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
835	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	C	
836	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
837	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	С	
837	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	

838	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
838	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
838	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
838	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
840	N-11	COLONO	ACEROL	3,00	A	
841	N-11	COLONO	ACEROL	3,00	A	
841	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
842	N-11	COLONO	ACEROL	0,30	A	
843	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
843	N-11	COLONO	ACEROL	1,25	A	
843	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
844	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
844	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
844	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
846	N-11	COLONO	ACEROL	2,70	M	
849	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	M	
850	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	С	
850	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	С	
850	N-11	COLONO	ACEROL	1,90	С	
850	N-11	COLONO	ACEROL	0,60	С	
850	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	С	
851	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
851	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
852	N-11	COLONO	ACEROL	2,80	A	
853	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
853	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
853	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
854	N-11	COLONO	ACEROL	1,85	M	
854	N-11	COLONO	ACEROL	0,75	M	
855	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
855	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
856	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
856	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	M	
856	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
857	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
857	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
857	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
857	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
859	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	M	
860	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
860	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	M	
864	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
864	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	

864	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
864	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
869	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
869	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
869	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
872	N-11	COLONO	ACEROL	6,00	A	
872	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	M	
872	N-11	COLONO	ACEROL	0,36	A	
873	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
873	N-11	COLONO	ACEROL	2,70	A	
876	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
876	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
876	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
876	N-11	COLONO	ACEROL	0,85	A	
876	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
877	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
878	N-11	COLONO	ACEROL	2,50	A	
879	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
880	N-11	COLONO	ACEROL	1,25	A	
882	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	С	
882	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
883	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	M	
883	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	M	
883	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
884	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
884	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	A	
884	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
885	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	В	
885	N-11	COLONO	ACEROL	0,80	A	
885	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
885	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
887	N-11	COLONO	ACEROL	2,32	M	
889	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	С	
889	N-11	COLONO	ACEROL	0,80	A	
889	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
890	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
892	N-11	COLONO	ACEROL	0,10	A	
892	N-11	COLONO	ACEROL	0,66	A	
893	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
893	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	A	
894	N-11	EMPRESA	ACEROL	0,70	С	
896	N-11	COLONO	ACEROL	1,30	A	
896	N-11	COLONO	ACEROL	0,40	A	

897	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
897	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
897	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	A	
897	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
899	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	A	
899	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
900	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
900	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
901	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
901	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
904	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
906	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
908	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	M	
908	N-11	COLONO	ACEROL	1,10	A	
909	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	С	
909	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
909	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	M	
909	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	M	
910	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
910	N-11	COLONO	ACEROL	3,00	A	
913	N-11	COLONO	ACEROL	1,68	M	
913	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
913	N-11	COLONO	ACEROL	0,80	M	
913	N-11	COLONO	ACEROL	0,80	A	
915	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	M	
915	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	M	С
918	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
918	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	M	
918	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
918	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
918	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
918	N-11	COLONO	ACEROL	0,54	В	С
919	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	M	
920	N-11	COLONO	ACEROL	3,00	A	
920	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
922	N-11	COLONO	ACEROL	1,60	M	
922	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	A	
927	N-07	COLONO	ACEROL	0,25	A	
935	N-07	COLONO	ACEROL	0,80	M	
935	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	M	
941	N-07	COLONO	ACEROL	6,50	A	
953	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	M	С
953	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	M	

960	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
968	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	A	
969	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	A	
973	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	A	
974	N-07	COLONO	ACEROL	0,60	A	
974	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
978	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	M	
978	N-07	COLONO	ACEROL	0,80	M	
978	N-07	COLONO	ACEROL	0,60	M	
983	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	A	
985	N-07	COLONO	ACEROL	1,20	A	
991	N-07	COLONO	ACEROL	1,35	A	
991	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1001	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1002	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	M	С
1003	N-07	COLONO	ACEROL	1,80	A	
1022	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1029	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1032	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1032	N-07	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1046	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
1050	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1052	N-07	COLONO	ACEROL	0,80	A	
1054	N-07	COLONO	ACEROL	0,20	A	
1066	N-07	COLONO	ACEROL	0,15	A	
1066	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1071	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
1073	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	M	С
1073	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1075	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1076	N-07	COLONO	ACEROL	2,00	M	С
1077	N-07	COLONO	ACEROL	2,87	M	
1077	N-07	COLONO	ACEROL	0,72	A	
1080	N-07	COLONO	ACEROL	0,25	A	
1081	N-07	COLONO	ACEROL	2,50	M	
1081	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1086	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	A	C
1089	N-07	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1089	N-07	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1099	N-09	COLONO	ACEROL	2,50	A	
1099	N-09	COLONO	ACEROL	3,00	A	
1099	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1101	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	

1101	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1101	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1102	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1102	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1102	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1102	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1103	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1103	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1103	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1103	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1103	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1105	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1105	N-09	COLONO	ACEROL	2,50	M	
1105	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1105	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1106	N-09	COLONO	ACEROL	0,40	M	
1106	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1110	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1110	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1110	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1111	N-09	COLONO	ACEROL	1,85	M	С
1111	N-09	COLONO	ACEROL	0,80	M	
1111	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1111	N-09	COLONO	ACEROL	0,75	M	
1111	N-09	COLONO	ACEROL	1,80	M	
1112	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1113	N-09	COLONO	ACEROL	1,26	A	
1114	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1114	N-09	COLONO	ACEROL	0,86	A	
1115	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	C
1115	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1116	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1116	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	G	
1116	N-09	COLONO	ACEROL	0,90	M	
1118	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1118	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1118	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	G	
1118	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1118	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1118	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1119	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	C
1120	N-09	COLONO	ACEROL	1,20	M	
1122	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	

1123	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	M	С
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1127	N-09	COLONO	ACEROL	0,40	M	
1127	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1130	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1130	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1130	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1130	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1131	N-09	COLONO	ACEROL	0,48	A	
1131	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1131	N-09	COLONO	ACEROL	3,00	С	
1132	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	С	
1132	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1132	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1132	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1133	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1133	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1133	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1133	N-09	COLONO	ACEROL	0,80	A	
1135	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1135	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1135	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1136	N-09	COLONO	ACEROL	3,00	A	
1136	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1137	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1137	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1137	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1137	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1138	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1138	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1138	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1139	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1140	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1141	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1141	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1141	N-09	COLONO	ACEROL	4,00	A	
1141	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1141	N-09	COLONO	ACEROL	0,60	P	
1142	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	C	
1142	N-09	COLONO	ACEROL	0,80	A	
1142	N-09	COLONO	ACEROL	0,40	A	
1143	N-09	COLONO	ACEROL	0,70	M	
1143	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1143	N-09	COLONO	ACEROL	0,80	M	

1144	N-09	COLONO	ACEROL	1,30	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1145	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1146	N-09	COLONO	ACEROL	1,30	A	
1146	N-09	COLONO	ACEROL	1,30	A	
1146	N-09	COLONO	ACEROL	0,75	A	
1147	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1147	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	G	
1148	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1148	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1148	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1159	N-09	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1162	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1162	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1163	N-09	COLONO	ACEROL	3,00	M	
1169	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1172	N-09	COLONO	ACEROL	3,00	A	
1179	N-09	COLONO	ACEROL	1,12	A	
1179	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1179	N-09	COLONO	ACEROL	0,80	A	
1180	N-09	COLONO	ACEROL	0,55	M	
1180	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1180	N-09	COLONO	ACEROL	1,80	M	
1181	N-09	COLONO	ACEROL	0,25	M	
1181	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	C
1181	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1182	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1182	N-09	COLONO	ACEROL	2,80	M	
1182	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	C
1186	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1189	N-09	COLONO	ACEROL	1,40	M	
1191	N-09	COLONO	ACEROL	1,67	M	
1191	N-09	COLONO	ACEROL	1,33	M	
1195	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1202	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	С
1203	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1205	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1205	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	С
1206	N-09	COLONO	ACEROL	1,25	A	
1207	N-09	COLONO	ACEROL	0,90	A	
1207	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1207	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1208	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1209	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	

1209	N-09	COLONO	ACEROL	1,60	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1209	N-09	COLONO	ACEROL	1,80	A	
1213	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1216	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1216	N-09	COLONO	ACEROL	2,50	A	
1216	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1221	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1221	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1224	N-08	COLONO	ACEROL	2,50	A	
1226	N-08	COLONO	ACEROL	0,80	A	
1228	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1228	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1229	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	M	С
1229	N-08	COLONO	ACEROL	0,65	M	С
1229	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1229	N-08	COLONO	ACEROL	0,30	A	
1233	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1233	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
1237	N-08	COLONO	ACEROL	1,30	A	
1237	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1250	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1250	N-08	COLONO	ACEROL	2,00	A	С
1250	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1251	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1252	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1252	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1252	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1252	N-08	COLONO	ACEROL	0,70	A	
1255	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1256	N-08	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1256	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1256	N-08	COLONO	ACEROL	1,20	M	
1259	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1259	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1259	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1259	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1259	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1260	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1261	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1263	N-08	COLONO	ACEROL	2,00	A	С
1275	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1278	N-08	COLONO	ACEROL	0,25	M	
1283	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	

1286	N-08	COLONO	ACEROL	2,50	M	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1287	N-08	COLONO	ACEROL	1,30	M	
1287	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1289	N-08	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1290	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1290	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1290	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1290	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1291	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1292	N-08	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1298	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1298	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1300	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1301	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1319	N-08	COLONO	ACEROL	0,60	M	
1322	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1335	N-08	COLONO	ACEROL	0,70	A	
1337	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1337	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1341	N-08	COLONO	ACEROL	0,30	A	
1341	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1346	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1346	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1346	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1350	N-08	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1350	N-08	COLONO	ACEROL	0,75	M	
1350	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1350	N-08	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1357	N-10	COLONO	ACEROL	0,70	A	
1357	N-10	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1357	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1357	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1379	N-10	COLONO	ACEROL	5,00	A	
1379	N-10	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1381	N-10	COLONO	ACEROL	2,30	A	
1382	N-10	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1387	N-10	COLONO	ACEROL	0,70	A	C
1388	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1388	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1392	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1392	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1393	N-10	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1393	N-10	COLONO	ACEROL	0,70	M	

1394	N-10	COLONO	ACEROL	1,80	M	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1395	N-10	COLONO	ACEROL	0,30	A	
1400	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1400	N-10	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1404	N-10	COLONO	ACEROL	0,50	M	
1406	N-10	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1413	N-10	COLONO	ACEROL	0,80	M	
1413	N-10	COLONO	ACEROL	1,70	M	
1413	N-10	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1416	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1418	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1419	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1419	N-10	COLONO	ACEROL	0,80	A	
1427	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1427	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1430	N-10	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1432	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1432	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1435	N-10	COLONO	ACEROL	1,30	M	
1435	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1435	N-10	COLONO	ACEROL	1,80	M	
1437	N-10	COLONO	ACEROL	0,60	A	
1437	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1445	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1447	N-10	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1449	N-10	COLONO	ACEROL	0,70	M	
1454	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1454	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1454	N-10	COLONO	ACEROL	1,30	M	
1454	N-10	COLONO	ACEROL	0,30	A	
1459	N-10	COLONO	ACEROL	0,60	G	
1459	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1459	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	С
1464	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1464	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1465	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1478	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1492	N-10	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1492	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1492	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1497	N-10	COLONO	ACEROL	1,20	M	
1497	N-10	COLONO	ACEROL	0,30	M	
1497	N-10	COLONO	ACEROL	0,50	A	

1498	N-10	COLONO	ACEROL	1,50	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1500	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1511	N-10	COLONO	ACEROL	0,90	G	
1511	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	G	
1511	N-10	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1515	N-10	EMPRESA	ACEROL	1,00	M	
1533	N-05	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1534	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1562	N-06	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1564	N-05	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1564	N-05	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1564	N-05	COLONO	ACEROL	0,70	M	
1567	N-03	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1569	N-01	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1571	N-01	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1574	PA-II	COLONO	ACEROL	0,90	M	
1579	CA-NC	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1580	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1580	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1582	N-11	COLONO	ACEROL	1,50	A	
1582	N-11	COLONO	ACEROL	0,30	A	
1582	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1582	N-11	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1583	N-11	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1584	N-11	COLONO	ACEROL	0,78	M	
1584	N-11	COLONO	ACEROL	0,40	M	
1584	N-11	COLONO	ACEROL	0,50	M	С
1586	CA-NC	EMPRESA	ACEROL	0,56	A	
1591	N-09	COLONO	ACEROL	1,80	M	
1591	N-09	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1592	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1592	N-09	COLONO	ACEROL	3,00	M	
1595	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1595	N-03	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1596	N-03	COLONO	ACEROL	3,26	M	
1598	CA-NC	EMPRESA	ACEROL	1,50	A	
1598	CA-NC	EMPRESA	ACEROL	1,50	A	
1598	CA-NC	EMPRESA	ACEROL	0,50	A	
1602	CA-NC	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1614	N-06	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1615	CA-NC	COLONO	ACEROL	0,40	M	
1615	CA-NC	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1615	CA-NC	COLONO	ACEROL	0,50	M	

1618	CA-NC	COLONO	ACEROL	1,00	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
1618	CA-NC	COLONO	ACEROL	0,30	A	
1618	CA-NC	COLONO	ACEROL	1,50	M	С
1618	CA-NC	COLONO	ACEROL	0,50	A	С
1618	CA-NC	COLONO	ACEROL	0,30	A	
1630	CA-NC	EMPRESA	ACEROL	3,00	M	
1647	CA-NC	EMPRESA	ACEROL	0,30	M	
1656	CA-NC	COLONO	ACEROL	3,00	M	
1666	CA-NC	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1667	CA-NC	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1667	CA-NC	COLONO	ACEROL	1,80	A	
1667	CA-NC	COLONO	ACEROL	3,00	A	
1670	CA-NC	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1670	CA-NC	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1680	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	M	
1681	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1681	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1681	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	
1682	N-09	COLONO	ACEROL	1,00	A	
1682	N-09	COLONO	ACEROL	2,00	A	C
1701	N-01	COLONO	ACEROL	0,80	M	
1701	N-01	COLONO	ACEROL	1,50	M	
1701	N-01	COLONO	ACEROL	6,00	M	
1711	CA-NC	COLONO	ACEROL	1,00	M	
1711	CA-NC	COLONO	ACEROL	0,50	A	
1712	CA-NC	COLONO	ACEROL	0,30	M	
		ÁREA	A MARIA TE	REZA		
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
A1702	N-17	COLONO	ACEROL	0,30	A	
A1703	N-17	COLONO	ACEROL	1,50	M	
A1705	N-17	COLONO	ACEROL	0,90	A	
A1705	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	A	
A1706	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	M	
A1706	N-17	COLONO	ACEROL	1,50	M	
A1711	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	M	
A1903	N-19	COLONO	ACEROL	2,00	A	С
A1904	N-19	COLONO	ACEROL	1,00	M	
A1906	N-19	COLONO	ACEROL	0,50	A	
A2106	N-21	COLONO	ACEROL	3,00	M	
A2204	N-22	COLONO	ACEROL	1,50	A	
A2209	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	M	
A2209	N-22	COLONO	ACEROL	2,00	M	

A2210	N-22	COLONO	ACEROL	0,50	M	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
A2211	N-22	COLONO	ACEROL	0,80	M	
A2211	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
A2212	N-22	COLONO	ACEROL	0,25	A	
A2212	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
A2306	N-23	COLONO	ACEROL	0,50	A	
A2402	N-24	COLONO	ACEROL	1,00	M	
AS2229	N-22	COLONO	ACEROL	4,00	M	
AS38	N-23	COLONO	ACEROL	0,50	M	
AS58	CA-MT	COLONO	ACEROL	2,00	A	
AS58	CA-MT	COLONO	ACEROL	1,00	A	
AS58	CA-MT	COLONO	ACEROL	1,50	A	
C1701	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C1703	N-17	COLONO	ACEROL	0,50	M	
C1705	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C1714	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	A	С
C1720	N-17	COLONO	ACEROL	1,60	M	
C1723	N-17	EMPRESA	ACEROL	0,40	A	
C1723A	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C1723A	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C1723A	N-17	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C1728	N-17	COLONO	ACEROL	0,50	M	
C1730	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C1733	N-17	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C1736	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C1739	N-17	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C1740	N-17	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C1904	N-19	COLONO	ACEROL	1,50	M	
C1905	N-19	COLONO	ACEROL	5,00	A	
C1929	N-19	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C1931	N-19	COLONO	ACEROL	0,50	M	C
C1939	N-19	COLONO	ACEROL	1,50	A	
C1946	N-19	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C1946	N-19	COLONO	ACEROL	0,60	A	
C1948	N-19	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C1952	N-19	COLONO	ACEROL	1,60	M	
C1956	N-19	COLONO	ACEROL	2,50	M	
C1961	N-19	COLONO	ACEROL	1,50	M	
C1961	N-19	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2001	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2001	N-20	COLONO	ACEROL	1,30	M	
C2001	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2002	N-20	COLONO	ACEROL	0,50	A	

C2003	N-20	COLONO	ACEROL	0,20	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
C2003	N-20	COLONO	ACEROL	0,80	A	
C2003	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2007	N-20	COLONO	ACEROL	0,70	A	
C2007	N-20	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2010	N-20	COLONO	ACEROL	0,80	A	
C2013	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2013	N-20	COLONO	ACEROL	3,00	M	
C2017	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	M	С
C2017	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2017	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2018	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2022	N-20	COLONO	ACEROL	0,80	A	
C2024B	N-20	COLONO	ACEROL	2,50	A	
C2027	N-20	COLONO	ACEROL	0,40	A	
C2027	N-20	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2033	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2039	N-20	COLONO	ACEROL	1,30	A	
C2040	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2046	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2051	N-20	COLONO	ACEROL	1,20	A	
C2102	N-21	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2102	N-21	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2106	N-21	COLONO	ACEROL	1,50	A	
C2112	N-21	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2113	N-21	COLONO	ACEROL	1,50	A	
C2117	N-21	COLONO	ACEROL	0,32	A	
C2120	N-21	COLONO	ACEROL	2,00	A	
C2122	N-21	COLONO	ACEROL	0,80	A	
C2123	N-21	COLONO	ACEROL	2,00	M	С
C2127	N-21	COLONO	ACEROL	2,00	A	
C2127	N-21	COLONO	ACEROL	1,50	A	
C2137	N-21	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2145	N-21	COLONO	ACEROL	1,30	A	
C2148	N-21	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2148	N-21	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2153	N-21	COLONO	ACEROL	1,30	A	
C2154	N-21	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2156	N-21	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2158	N-21	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2202	N-22	COLONO	ACEROL	2,90	A	
C2207	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2207	N-22	COLONO	ACEROL	1,70	A	

C2208	N-22	COLONO	ACEROL	0,80	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
C2217	N-22	COLONO	ACEROL	3,00	M	С
C2218	N-22	COLONO	ACEROL	0,30	M	
C2229	N-22	COLONO	ACEROL	3,00	M	С
C2232	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2237	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2245	N-22	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2245	N-22	COLONO	ACEROL	1,50	M	
C2248	N-22	COLONO	ACEROL	3,00	A	
C2251	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2252	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2255	N-22	COLONO	ACEROL	0,70	M	
C2259	N-22	COLONO	ACEROL	3,00	A	
C2259	N-22	COLONO	ACEROL	0,44	A	
C2259	N-22	COLONO	ACEROL	1,50	A	
C2263	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2263	N-22	COLONO	ACEROL	1,80	M	
C2264	N-22	COLONO	ACEROL	1,50	A	
C2265	N-22	COLONO	ACEROL	0,40	A	
C2266	N-22	COLONO	ACEROL	0,50	A	
C2266	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2267	N-22	COLONO	ACEROL	0,40	M	
C2267	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2269	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2269	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2269	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2270	N-22	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2303	N-23	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2303	N-23	COLONO	ACEROL	0,80	A	
C2303	N-23	COLONO	ACEROL	1,00	A	
C2306	N-23	COLONO	ACEROL	0,80	M	
C2306	N-23	COLONO	ACEROL	0,90	M	
C2309	N-23	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2309	N-23	COLONO	ACEROL	1,00	M	
C2320	N-23	COLONO	ACEROL	0,50	M	
C2332	N-23	COLONO	ACEROL	1,50	C	
C2334	N-23	COLONO	ACEROL	0,36	A	
C2338	N-23	COLONO	ACEROL	0,80	A	
C2339	N-23	COLONO	ACEROL	0,15	M	C
C2345	N-23	COLONO	ACEROL	2,00	A	C
C2347	N-23	COLONO	ACEROL	2,00	A	
C2403	N-24	COLONO	ACEROL	2,00	M	
C2406	N-24	COLONO	ACEROL	1,00	M	

C2421	N-24	COLONO	ACEROL	1,20	A	
LOTE	NÚCLEO	TIPO	CULTURA	ÁREA	IRRIG.	CONSORCIO
LP1825	CA-MT	COLONO	ACEROL	1,30	M	
LP2015	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	A	
LP2129	N-21	COLONO	ACEROL	0,50	A	
P2003	CA-MT	COLONO	ACEROL	0,80	M	
P2005	CA-MT	COLONO	ACEROL	1,50	M	
P2008	CA-MT	COLONO	ACEROL	2,00	M	
P2010	CA-MT	COLONO	ACEROL	0,60	M	
P21	N-20	COLONO	ACEROL	1,50	A	
T2001	N-20	COLONO	ACEROL	1,50	A	
T2002	N-20	COLONO	ACEROL	1,00	A	
T2103	N-21	COLONO	ACEROL	1,40	M	
T2104	N-21	COLONO	ACEROL	1,50	A	
T2206	N-22	COLONO	ACEROL	0,74	A	
T2301	N-23	COLONO	ACEROL	1,25	M	
T2301	N-23	COLONO	ACEROL	1,00	M	
T2301	N-23	COLONO	ACEROL	1,00	M	
T2302	N-23	COLONO	ACEROL	0,30	A	
T2304	N-23	COLONO	ACEROL	1,00	A	
T2305	N-23	COLONO	ACEROL	0,40	A	

Fonte: DINC (2011)